

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

São José dos Campos, março de 2016

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Relatório Elaborado pela Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação (CPA)
do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

São José dos Campos, março de 2016

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	9
APRESENTAÇÃO.....	11
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	14
1.1 Finalidade e competências	14
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	16
1.3 Ambiente de atuação.....	17
1.4 Organograma.....	18
1.5 Macroprocessos finalísticos	20
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	29
2.1 Planejamento organizacional	29
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	30
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	47
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	47
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos fixados no PPA.	48
2.3 Desempenho orçamentário.....	50
2.3.1 Execução física e financeira da LOA de responsabilidade da unidade.....	50
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	54
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	55
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	55
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	59
2.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	61
2.3.6 Informações sobre a execução das despesas	62
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	72
3 GOVERNANÇA	87
3.1 Descrição das estruturas de governança	87
3.2 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos	90
3.3 Gestão de riscos e controles internos	90

4	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	92
4.1	Canais de acesso do Cidadão	92
4.2	Carta de serviços ao Cidadão	102
4.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuário	102
4.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	102
4.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	103
5	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	104
5.1	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	104
5.2	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	104
5.3	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	105
6	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	106
6.1	Gestão de pessoas	106
6.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	126
6.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	128
6.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	130
6.1.4	Contratação de pessoal de apoio e estagiários	131
6.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	139
6.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da união.....	139
6.2.2	Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	144
6.3	Gestão da tecnologia da informação	144
6.3.1	Principais sistemas de informações.....	159
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	160
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	160
7.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	176
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário .	177
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5 da Lei 8.666/1993	178
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	178
7.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	179
	ANEXO - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organograma.....	18
Quadro 2 - Objetivo e metas fixados pelo PPA - Meta 0476	30
Quadro 3 - Objetivo e metas fixados pelo PPA – Meta 0990	33
Quadro 4 - Objetivo e metas fixados pelo PPA – META 0555	35
Quadro 5 - Objetivos e metas fixados pelo PPA – Meta 0702	37
Quadro 6 - Objetivos Específicos fixados no Plano Diretor 2011-2015	42
Quadro 7 - Quadro – Ação 20UI	51
Quadro 8 - Quadro – Ação 20V9	53
Quadro 9 – Quadro restos a pagar inscritos em Exercícios Anteriores (São José dos Campos).....	56
Quadro 10 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores (Natal)	57
Quadro 11 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	58
Quadro 12 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	59
Quadro 13 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	59
Quadro 14 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	60
Quadro 15 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	60
Quadro 16 - Despesas por modalidade de contratação.....	62
Quadro 17 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	64
Quadro 18 - Despesas por modalidade de contratação.....	66
Quadro 19 - Despesas por grupo e elemento de despesas (NATAL).....	67
Quadro 20 - Despesas por modalidade de contratação (CACHOEIRA PAULISTA)	69
Quadro 21 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (CACHOEIRA PAULISTA)	70
Quadro 22 - Quadro de Indicadores	72
Quadro 23 - IPUB - Índice de Publicações.....	74
Quadro 24 - IG PUB - Índice Geral de Publicações.....	74
Quadro 25 - ITESE - Índice de Teses e Dissertações.....	75
Quadro 26 - PcTD - Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos.....	76
Quadro 27 - IPin - Índice de Propriedade Intelectual.....	77
Quadro 28 - IDCT - Índice de Divulgação Científica e Tecnológica.....	77
Quadro 29 - IPS - Índice de Produtos e Serviços	78
Quadro 30 - IAL - Índice de Acesso Livre às Publicações	78
Quadro 31 - IPV - Índice de Publicações Vinculadas a Teses e Dissertações	79
Quadro 32 - IATAE - Índice de Atividade em Tecnologia Industrial Básica Aeroespacial	79
Quadro 33 - PIN - Participação da Indústria Nacional.....	80

Quadro 34 - PPACI - Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Internacional	81
Quadro 35 - PPACN - Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Nacional	81
Quadro 36 - FQ – Fator de Qualidade	81
Quadro 37 - APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	82
Quadro 38 - RRP - Relação entre Receita Própria e OCC	83
Quadro 39 - IEO - Índice de Execução Orçamentária.....	84
Quadro 40 - ICT - Índice de Capacitação e Treinamento.....	85
Quadro 41 - PRB - Participação Relativa de Bolsistas.....	85
Quadro 42 - PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	86
Quadro 43 - IBAD - Índice de Beneficiários em Atividades de Divulgação de C,T&I...86	
Quadro 44 - Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação.....	93
Quadro 45 - Pedidos de acesso à informação	94
Quadro 46 - Temas das solicitações de acesso à informação	94
Quadro 47 - Meio de Resposta – acesso à informação.....	95
Quadro 48 - Localização dos solicitantes – acesso à informação.....	96
Quadro 49 - Profissão dos solicitantes	97
Quadro 50 - Quantidade de pedidos – acesso à informação.....	98
Quadro 51 - Quantidade de solicitações recebidas – acesso à informação	98
Quadro 52 - Reclamações recebidas no período	99
Quadro 53 – Cronograma	104
Quadro 54 - Expectativa de aposentadoria dos servidores da UPC	106
Quadro 55 - Escolaridade dos servidores da UPC.....	107
Quadro 56 - Informações contidas no Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação 2015.....	112
Quadro 57 – Licenças de servidores.....	113
Quadro 58 - Servidores de carreira - ingressos em 2015.....	115
Quadro 59 - Servidores de Carreira Egressos em 2015.....	116
Quadro 60 - Informações contidas no Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação 2015.....	117
Quadro 61 – Ações de aperfeiçoamento.....	117
Quadro 62 - Expectativa de aposentadoria dos servidores da UPC	120
Quadro 63 - Evolução do quadro funcional de servidores do INPE.	121
Quadro 64 - Classificação das áreas de atuação do INPE.	122
Quadro 65 - Estimativa da redução da força de trabalho nos projetos e atividades prioritários do INPE.	123
Quadro 66 - Quadro - Força de Trabalho da UPC.....	126
Quadro 67 - Quadro - Distribuição da Lotação Efetiva.....	126
Quadro 68 - Quadro - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	127
Quadro 69 - Quadro - Despesas do pessoal.....	128
Quadro 70 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	131

Quadro 71 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de Cargos da Unidade.....	132
Quadro 72 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de Cargos da Unidade.....	133
Quadro 73 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de Cargos da Unidade.....	134
Quadro 74 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de Cargos da Unidade.....	135
Quadro 75 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de Cargos da Unidade.....	136
Quadro 76 - Contratação de Estagiários	137
Quadro 77 – Evolução das quantidades e despesas nos últimos anos	138
Quadro 78 - Despesa de Manutenção e Qualidade dos Registros Contábeis	141
Quadro 79 - Quadro – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	142
Quadro 80 - Plano e capacitação planejado para o ano de 2015	151
Quadro 81 - Treinamentos efetivamente realizados no período.....	152
Quadro 82 - Quadro CTI / INPE	153
Quadro 83 – Descrição projetos de TI.....	156
Quadro 84 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	160
Quadro 85 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	161
Quadro 86 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	161
Quadro 87 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	163
Quadro 88 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	164
Quadro 89 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	165
Quadro 90 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	166
Quadro 91 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	167
Quadro 92 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	168
Quadro 93 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	169
Quadro 94 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	170
Quadro 95 – Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	171

Quadro 96 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	172
Quadro 97 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	173
Quadro 98 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	174
Quadro 99 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	175
Quadro 100 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	176
Quadro 101 - Despesas com Publicidade INPE	179

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quantidade de pedidos registros por mês - 2015.....	92
Figura 2 – Situação dos pedidos de acesso à informação.....	93
Figura 3 - Pedidos por tipo de resposta	94
Figura 4 - Perfil dos solicitantes – acesso à informação.....	96
Figura 5 - Escolaridade e profissão dos solicitantes.....	97
Figura 6 - Nmero de <i>downloads</i> por mês em 2015 – Programa Queimadas	100
Figura 7 – Participação em cursos	108
Figura 8 – Índices de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	118
Figura 9 – Índice de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho 2008-2015.....	119

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACDH - Subsistema de Controle de Atitude e Órbita
AEB – Agência Espacial Brasileira
AGU – Advocacia-Geral da União
AMAZALERT – Research Project on Impacts of Climate Change and Land-Use Change in Amazonia
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAST – China Academy of Space Technology
CBERS – Satélite Sino Brasileiro
CCST – Centro de Ciência do Sistema Terrestre
CDT – Contratados por tempo determinado
CEA - Ciências Espaciais e Atmosféricas
CEMADEN - Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CGU – Controladoria-Geral da União
CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da CGU
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAE - Comissão Nacional de Atividades Espaciais da Argentina
CPTEC – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
CRA - Centro Regional da Amazônia
CRC – Centro de Rastreamento e Controle de Satélites
CRN – Centro Regional Nordeste
CRS – Centro Regional Sul
CTC - Conselho Técnico-Científico
CTE – Coordenação de Laboratórios Associados
DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DEGRAD – Projeto de Mapeamento de degradação da Floresta na Amazônia Brasileira
DETER - Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real
DN – Decisão Normativa
ECMWF - European Centre for Medium-Range Weather Forecasts (Centro Europeu de Previsão de Tempo de Médio Prazo)
E-Contas - Sistema de Prestação de Contas Anuais ao TCU
EMBRACE - Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENCTI - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
EQUARS – Equatorial Atmosphere Research Satellite
ESA – Agência Espacial Europeia
ETE - Coordenação de Engenharia e Tecnologia Espacial
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FUNCATE – Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais
GOCNAE - Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais
GPS – Global Positioning System
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICT - Instituição Científica e Tecnológica
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima)
JAXA – Japan Aerospace Exploration Agency
LANDSAT-8 - Earth-observing satellite missions
LEONA: Rede Colaborativa na América Latina para a Investigação de Eventos Luminosos Transientes e Emissões de Alta Energia
LIT – Laboratório de Integração e Testes
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC – Ministério da Educação
MIRAX - Monitor e Imageador de Raios X
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NASA – National Aeronautics and Space Administration
NOAA - National Oceanographic and Atmospheric Administration
OBDH - Subsistema de supervisão de Bordo
OBDH - On Board Data Handling
OBT – Coordenação de Observação da Terra
OCI – Órgãos de Controle Interno
OCOE - Equipamento de supervisão de testes elétricos
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PESE - Programa Estratégico de Sistemas Espaciais do Ministério da Defesa
PMM - Plataforma Multi Missão
PNAE - Programa Nacional de Atividades Espaciais
PPA – Plano Plurianual
PRODES - Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite
REDD+ - Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal + conservação dos estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas, aumento dos estoques de carbono florestal
RING - Repositório de Indicadores de Gestão
SAS - Serviço de Assistência e Benefícios
SGDC - Satélite Geoestacionário para Defesa e Comunicação
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SISAC - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SONDA - Sistema de Organização Nacional de Dados Ambientais
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TCG – Termo de Compromisso de Gestão
TCU – Tribunal de Contas da União
TED - Termo de Descentralização de Crédito
TerraLIB – Biblioteca para o Desenvolvimento de Aplicações em Sistemas de Informação Geográfica
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UPC – Unidade de Prestação de Contas

APRESENTAÇÃO

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com sede em São José dos Campos (SP), tem como missão produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil.

Há mais de 50 anos trabalhando com pesquisa, desenvolvimento e aplicação na área espacial, o INPE tem executado atividades que vão desde o monitoramento anual do desmatamento e da dinâmica da cobertura da terra na Amazônia ao desenvolvimento de pesquisa e instrumentação para as ciências espaciais, e é reconhecido como referência nacional em sensoriamento remoto, ciências espaciais, ciências atmosféricas e do sistema terrestre, engenharia e tecnologia espaciais.

Como um dos executores do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), o Instituto vem se alinhando à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015), que reflete as principais necessidades do País em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) para seu desenvolvimento efetivo e sustentável. Em sua área de atuação, o INPE tem sido também um importante vetor de modernização da indústria aeroespacial nacional e da realização de parcerias internacionais de grande importância para o Brasil.

Este Relatório de Gestão está organizado em sete capítulos – Visão Geral da Unidade, Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional, Governança, Relacionamento com a Sociedade, Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, Áreas especiais da Gestão e Conformidade da Gestão e Demanda dos Órgãos de Controle-, e contém um anexo. A sequência das seções observa a estrutura definida pelo Sistema de Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União (e-Contas).

Principais Realizações

O Acesso ao Espaço, a Infraestrutura Espacial e as Aplicações são os principais macroprocessos finalísticos do INPE, e as principais realizações do Instituto nessas três áreas estão descritas na seção *Macroprocessos Finalísticos*, que integra o capítulo “Visão Geral”.

Outras realizações importantes do Instituto ao longo do ano de 2015 foram a solicitação de três pedidos de patente junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), a assinatura de acordos de cooperação internacional com parceiros como Agência Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA) e a NASA (National Aeronautics and Space Administration), dos EUA, e o Centro Europeu de Previsão de Tempo de Médio Prazo (ECMWF), a realização de seminários e workshops internacionais, como o “12th Regional Workshop on Forest Monitoring GEO GFOI – Early Warning Systems for Deforestation”, cujo objetivo foi o compartilhamento de experiências com pesquisadores do Peru, Colômbia, México e Equador, o workshop “Desafios e Tendências do

Agronegócio Sustentável na Amazônia”, cujo objetivo foi discutir como tornar a agropecuária mais produtiva e ao mesmo tempo sustentável, contribuindo para a diminuição do desmatamento, e a reunião da Força Tarefa de Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPPC), que reuniu especialistas de 36 países no Instituto.

Mereceram destaque no ano de 2015 a pesquisadora Thelma Krug, que foi eleita para uma das três vice-presidências do IPCC, e a pesquisadora Inez Staciari Batista, que recebeu o Prêmio Nero Passos concedido pela Sociedade Brasileira de Geofísica por suas contribuições em educação e pesquisas na área.

Para aperfeiçoar a gestão e o planejamento estratégico no Instituto, foi implementado o Repositório de Indicadores de Gestão (RING) com o objetivo de criar ambiente colaborativo (via web) para facilitar a coleta, o armazenamento e a disponibilização de informações que compõem os indicadores de gestão do INPE.

Na área de Recursos Humanos, ao longo do ano de 2015 tomaram posse e entraram em exercício 56 novos servidores (14 Assistentes de Pesquisa e 42 Tecnologistas Júnior), vagas destinadas exclusivamente a substituir trabalhadores contratados por tempo determinado (CDTs). Outros destaques foram a realização de 30 mil horas de capacitação/treinamento, sendo 1.867 participações em ações de capacitação, a participação do INPE, pelo 8º ano consecutivo, na Pesquisa de Clima Organizacional da Pesquisa das Revistas Você S/A e Exame.

Principais Dificuldades

As principais dificuldades que o Instituto enfrentou para a realização de seus objetivos no exercício de 2015 foram a falta de pessoal e a escassez de recursos. A falta de pessoal, decorrência do grande número de aposentadorias - no ano de 2015 foram 63, sendo 34 nas áreas finalísticas e 29 nas áreas-meio-, é especialmente sentida nas áreas de Gestão, Planejamento e Infraestrutura, e vem afetando atividades estratégicas e administrativas de rotina do INPE. A situação se agrava tendo em vista a crescente complexidade exigida para as atividades de gestão, que requerem elevada competência em questões processuais e jurídicas relacionadas não somente ao setor público, mas também a área de ciência, tecnologia e inovação. Conhecimentos específicos e o atendimento a preceitos legais, princípios da governabilidade, transparência e efetividade dos processos exigem um tempo longo de qualificação e preparo para o desempenho pleno do profissional nessa área de atuação da Instituição.

Outra grande dificuldade é relacionada à demora na definição do limite de empenho e descentralização dos créditos orçamentários e ao contingenciamento de recursos - em torno de 14% nos Planos Orçamentários das Ações 20UI, 20VA, 20V9 e 2000, provisionados diretamente pelo MCTI, e de cerca de 23% nos Planos Orçamentários das Ações 20UZ, 20VB e 20VC, descentralizados pela Agência Espacial Brasileira (AEB) por meio de Termo de Descentralização de Crédito (TED).

Embora tenha havido escassez de recursos, o Instituto atingiu bom desempenho operacional, o que decorreu, em grande parte, do esforço realizado pelas equipes das

áreas envolvidas, ainda que o quadro de servidores esteja fortemente fragilizado em razão das aposentarias de servidores e da falta de reposição de mão-de-obra qualificada.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidade e competências

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE é uma unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, na forma do disposto no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.631, de 04 de novembro de 2008. O INPE é também uma Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

De acordo com seu Regimento Interno (Portaria MCTI no 897/2008), “o INPE tem como finalidade realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, atividades operacionais e capacitação de recursos humanos nos campos da Ciência Espacial e da Atmosfera, da Observação da Terra, da Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, da Engenharia e Tecnologia Espacial e áreas do conhecimento correlatas, consoante à política definida pelo Ministério”.

O Plano Diretor 2011-15 define a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos do Instituto:

Missão

Produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil.

Visão

Ser referência nacional e internacional nas áreas espacial e do ambiente terrestre pela geração de conhecimento e pelo atendimento e antecipação das demandas de desenvolvimento e de qualidade de vida da sociedade brasileira.

Valores

Com base em princípios de ética, transparência e integridade, o INPE defende, preserva e promove um conjunto de valores que orientam continuamente suas estratégias e ações:

- Excelência: eficácia, eficiência, efetividade, qualidade e pioneirismo na execução de suas atividades.

- Pluralidade: respeito à diversidade de ideias e opiniões e estímulo à criatividade em harmonia com a missão institucional.
- Cooperação: valorização das alianças institucionais para compartilhar competências, definir e atingir objetivos comuns.
- Valorização das pessoas: reconhecimento de que o desempenho do Instituto depende do desenvolvimento, da valorização, do bem-estar e da realização profissional do seu capital humano.
- Comprometimento: compromisso dos profissionais com o atendimento dos objetivos institucionais e com a realização de propósitos comuns e duradouros.
- Comunicação: interação permanente com a sociedade para atendimento de suas necessidades e divulgação dos resultados do Instituto, facilitando o acesso à informação, produtos e serviços gerados.
- Responsabilidade socioambiental: atuação balizada pela ética, pela transparência e pelo respeito à sociedade, ao ambiente, à diversidade e ao desenvolvimento sustentável.

Objetivos Estratégicos

1. Estabelecer um programa de satélites de observação da Terra para atender a demandas brasileiras e internacionais de monitoramento territorial e oceânico, previsão de tempo e clima, e estudos sobre mudanças globais.
2. Organizar um programa de satélites científicos que produza dados inéditos com tecnologia inovadora para pesquisa em Clima Espacial e Astrofísica.
3. Desenvolver, junto com a indústria nacional, as tecnologias necessárias para as missões do programa espacial brasileiro, enfatizando produtos e processos inovadores.
4. Capacitar o Laboratório de Integração e Testes para atender às atividades de montagem, integração, testes e qualificação requeridas pelos satélites brasileiros.
5. Manter a infraestrutura de controle de satélites, recepção e disseminação de dados espaciais com tecnologia atualizada e padrões internacionais de disponibilidade e qualidade.
6. Ser referência internacional nas atividades de pesquisa e de operações em sensoriamento remoto continental e oceânico, previsão do tempo e do clima sazonal e mudanças climáticas, na região tropical.
7. Liderar as atividades em Geofísica Espacial, Aeronomia e Astrofísica Instrumental no Brasil, por meio de pesquisas de vanguarda e do desenvolvimento de instrumentação científica inovadora.
8. Criar centros operacionais de monitoramento e modelagem de Clima Espacial, Desastres Naturais e Mudanças do Uso da Terra no Brasil.

9. Liderar a pesquisa brasileira e os estudos de impactos e vulnerabilidade às Mudanças Ambientais Globais, com suporte de modelos avançados do sistema terrestre e de infraestrutura de coleta de dados ambientais.
10. Ampliar a presença nacional do INPE a partir das ações de P&D nos centros regionais na Amazônia, Nordeste e Sul, enfatizando as especificidades e desafios de cada região.
11. Produzir dados, software e metodologias para fortalecer a atuação do INPE nas áreas de aplicações espaciais, da saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento urbano.
12. Prover a infraestrutura, a gestão de competências e de pessoas, e os serviços administrativos de forma a garantir a plena execução das atividades do INPE.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:

- Decreto nº 51.133, de 3 de agosto de 1961 - cria o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Estudos Espaciais.
- Decreto nº 68.532, de 22 de Abril de 1971 - extingue o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Especiais (GOCNAE) e cria o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE).
- Portaria/MCTI nº 897, de 3 de dezembro de 2008 - aprova Regimento Interno do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UJ:

- TQ-042 - Responsáveis pelas ações do PPA
- TQ-001 - Estrutura Organizacional
- RE/DIR-487- aplicação de recursos orçamentários
- Plano Diretor 2011-2015
- RE/DIR-111 - "Compras de bens e contratação de serviços no país e no exterior"
- RE/DIR-525 - "Manual de orientação a servidores designados para fiscalizar contratos"
- RE/DIR-568 - "Reestruturação organizacional"

Manuais e Publicações relacionados às atividades da UJ:

- Plano Diretor 2011-2015

1.3 Ambiente de atuação

O INPE é um órgão da Administração Direta Federal, e como tal sua atuação é pautada por políticas, diretrizes e normas definidas pelo Governo Federal e expressas em documentos como a ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, elaborada pelo MCTI, e o PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais, elaborado pela Agência Espacial Brasileira.

As origens do INPE remontam a 1961, quando foi criado o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), com a missão de definir a política espacial brasileira em um contexto internacional de “corrida espacial” deflagrado pela Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética. Em 1971 o Instituto assumiu seu nome atual, inicialmente vinculado ao CNPq, e, a partir de 1985, ao recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ao longo de suas mais de cinco décadas de existência, as atividades do INPE verticalizaram-se em torno de seu eixo principal de atuação, o espaço, de forma que hoje em dia o Instituto tem uma produção científica e tecnológica diversificada, com presença em praticamente todas as etapas da cadeia produtiva do setor espacial, desde sua concepção até os serviços e produtos proporcionados por suas diversas aplicações. Assim, para cumprir sua missão de produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil, o INPE organiza-se em três macroprocessos finalísticos: acesso ao espaço, infraestrutura espacial e aplicações (esses macroprocessos serão explicitados na seção seguinte).

Além da pesquisa científica básica e do desenvolvimento tecnológico, o Instituto também tem grande preocupação com a transmissão de conhecimento e de competências, e para tanto conta com políticas de capacitação permanente, de intercâmbio internacional e com cursos pós-graduação com alta avaliação do MEC. Todos esses fatores tornam o INPE um centro de excelência reconhecido nacional e internacionalmente em áreas tão diversas como desenvolvimento de sistemas espaciais, monitoramento da cobertura da terra e de queimadas, previsão do tempo e do clima, pesquisa, desenvolvimento e inovação em plasma, sensores e novos materiais, combustão e propulsão, computação e matemática aplicada, estudo do clima espacial, entre outros.

Um dos objetivos do INPE é estimular e promover o desenvolvimento de uma indústria espacial no Brasil, que no longo prazo deverá estabelecer uma sinergia de competências tecnológicas entre os setores de aeronáutica, espaço e defesa, tal como ocorre nos Estados Unidos e na Europa.

O setor espacial mundial se desenvolveu voltado primariamente para as áreas de segurança, exploração do espaço e científica. No entanto, assim como ocorreu com outros setores de alta tecnologia, na última década essa dinâmica vem mudando e atraindo a atenção de governos e investidores privados que passaram a tratar o setor como potencial fonte de crescimento econômico e de inovação. A "economia do espaço" vem gerando grande interesse estratégico e comercial, proporcionando oportunidades inéditas, em níveis nacional e internacional. A indústria espacial mundial teve, em 2014, faturamento da ordem de 320 bilhões de dólares, dos quais cerca de 200 bilhões de dólares são referentes à fabricação, ao lançamento, à infraestrutura de solo e aos serviços diretos de

sistemas espaciais. Essa é uma indústria ainda emergente, em crescimento, que ainda proporciona a países como o Brasil a oportunidade de tornar-se um ator internacional relevante, com grandes possibilidades de geração de renda e de divisas. Essa janela de oportunidade, no entanto, tende a se evanescer nos próximos 5 a 10 anos, dada a celeridade com que a indústria espacial mundial caminha para uma fase de maturidade, que, quando atingida, penalizará os atores que desejarem participar desse mercado com uma *late entrance fee*.

Ao longo de sua trajetória, o Programa Espacial Brasileiro desenvolveu uma série de ativos que o qualificam a participar como ator competitivo no emergente setor espacial mundial. Esses ativos são: (a) capacitação em engenharia e a infraestrutura para o desenvolvimento completo do ciclo de vida de sistemas espaciais no país; (b) a infraestrutura de rastreamento e controle e de recepção e distribuição de dados; (c) a qualificação parcial no projeto e desenvolvimento de veículos lançadores, (d) as bases de lançamento; (e) a qualificação de recursos humanos; (f) o conhecimento necessário ao desenvolvimento de diversos serviços associados ao uso de sistemas espaciais; e (g) um arranjo industrial mínimo para a fabricação de sistemas espaciais no Brasil.

Esses ativos, somados à ampla demanda interna por aplicações de sistemas espaciais, como telecomunicações, sistemas de navegação (geoposicionamento), meteorologia, observação da terra, além das aplicações de defesa e científicas, confirmam a capacidade do Brasil de aproveitar as oportunidades disponíveis no setor espacial mundial. Para tanto, já há experiência em que se basear: nos últimos 10 anos, foram contratados três satélites na indústria nacional, no âmbito do Programa CBERS. Todos os contratos foram finalizados e os três satélites foram lançados. No entanto, é imperativo observar que esse arranjo industrial tende a se desfazer caso não sejam realizadas novas contratações no futuro próximo.

1.4 Organograma

Quadro 1 - Organograma

ORGANOGRAMA FUNCIONAL				
INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS				
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
ETE	Desenvolvimento e difusão de tecnologias de sistemas espaciais para suportar programas das áreas científicas e de aplicações.	Amauri Silva Montes	Coordenador - Geral	PORT/MCTI 795 DOU 19/08/2013
LIT	Desenvolvimento, difusão e prestação de serviços de	Geilson Loureiro	Chefe de Laboratório	PORT/MCTI 121 DOU 01/02/2013

	integração e testes de materiais, componentes, equipamentos e sistemas espaciais.			
CPTEC	P&D em ciências atmosféricas, oceano, processos da superfície terrestre e correlatos; Aprimoramento de modelos de previsão numérica para prover ao País o estado da arte das previsões de tempo, clima sazonal e qualidade do ar; Apoio ao monitoramento meteorológico e a elaboração de produtos e serviços de satélites ambientais.	José Antonio Aravéquia	Coordenador -Geral	PORT/MCTI 271 DOU 25/03/2014 a 18/12/2015
		Antonio Ocimar Manzi		PORT/MCTI 1153 DOU 18/12/2015
CCST	Desenvolvimento de modelos do Sistema Terrestre e cenários futuros de mudanças ambientais globais para implementação nos sistemas de supercomputação do INPE. Coordenação, realização e acompanhamento de pesquisas de excelência em mudanças ambientais globais e regionais, com ênfase em temas de Modelagem, Observações e Cenários de ambientes físicos, biológicos e socioambientais do Sistema Terrestre.	Jean Pierre Henry Balbaud Ometto	Chefe de Centro	PORT/MCTI 592 DOU 09/06/2014
OBT	Pesquisa e Desenvolvimento em recepção, tratamento,	Leila Maria Garcia Fonseca	Coordenador - Geral	PORT/MCTI 134 DOU 31/01/2014

	armazenagem e distribuição de dados de satélites. Pesquisa e Desenvolvimento em Geoinformática. Pesquisa e Desenvolvimento em Sensoriamento Remoto óptico e de microondas.			
CTE	Pesquisa, desenvolvimento e domínio de processos e produtos relacionados às tecnologias críticas de interesse estratégico às atividades espaciais e ambientais.	Edson Del Bosco	Coordenador	PORT/MCTI 1034 DOU 30/09/2014
CEA	Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica Instrumental. Pesquisa e Desenvolvimento em Geofísica Espacial e Interações SolTerra.	Oswaldo Duarte Miranda	Coordenador - Geral	PORT/MCTI 195 DOU 08/04/2011
CRC	Rastreamento e controle dos satélites do INPE e manter o segmento solo tecnologicamente atualizado e em estado operacional.	Pawel Rozenfeld	Chefe de Centro	PORT/SCT 225 DOU 12/11/1990 a 30/09/2015
		Valcir Orlando		PORT/MCTI 838 DOU 30/09/2015

1.5 Macroprocessos finalísticos

O Acesso ao Espaço, a Infraestrutura Espacial e as Aplicações são os principais macroprocessos finalísticos do INPE. Embora até o momento o Instituto não tenha realizado um mapeamento global e sistêmico de todos os seus processos, são descritos a seguir cada um desses macroprocessos, seus principais produtos e como eles foram conduzidos pela Unidade no ano de 2015.

Acesso ao Espaço

A área de acesso ao espaço consiste em colocar sistemas espaciais em órbita. Na estrutura interna do INPE, envolve a Engenharia, o Laboratório de Integração e Testes, e o Centro de Tecnologias Especiais.

O INPE é um dos executores do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, sendo responsável pelo desenvolvimento de satélites de observação da Terra óticos e por radar, além de satélites científicos e meteorológicos. As missões desses satélites estão previstas no PNAE e respondem às necessidades governamentais para a implementação de diversas políticas públicas e à solução de problemas nacionais.

Dentre as missões do período 2011-2015, destacam-se o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS-4) e o Satélite de Observação da Terra, da série Amazônia (Amazônia-1). As missões de outros cinco satélites científicos foram revisadas em 2011 pelo PNAE, e foram reagrupadas no satélite EQUARS. A concepção e autoridade dos projetos são de responsabilidade do INPE, enquanto que os equipamentos e subsistemas dos satélites são contratados e fabricados na indústria brasileira. A integração e testes dos satélites são realizados no Laboratório de Integração e Testes (LIT), do INPE.

Em 2015, logo após o lançamento do satélite CBERS-4, foram iniciados os testes em órbita. Estes testes são divididos em duas fases. A primeira fase, cujo objetivo é verificar os aspectos operacionais e de desempenho de todos os subsistemas do satélite, foi concluída com sucesso, confirmando que todos os subsistemas do satélite operam conforme o especificado. A segunda fase, conhecida como fase de comissionamento, consiste em verificar a qualidade das imagens produzidas pelas câmeras do satélite que inclui as calibrações geométricas e radiométricas. Por se tratar de instrumentos de alta complexidade, a fase de comissionamento ainda não foi concluída. O software de processamento de imagens necessitou de correções para que as imagens fossem processadas em “modo de rotina” e assim concluídas as atividades de avaliação da qualidade das imagens. O serviço de apoio técnico ao comissionamento do satélite CBERS-4, incluindo as atividades de correção do software de processamento de imagens foi celebrado somente em novembro de 2015. A previsão para término da fase de comissionamento para que o satélite entre em operação de rotina é até maio de 2016. Embora as quatro câmeras imageadoras ainda estejam em fase de testes, as avaliações preliminares indicam que as imagens são promissoras e devem garantir ao Brasil aprimorar suas atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura, entre outras aplicações. É possível afirmar que os projetos de satélites da família CBERS foram de fundamental importância tanto para o estabelecimento quanto para a capacitação do setor industrial espacial. Esses projetos capacitaram a indústria nacional para projetar e fabricar diversos subsistemas de satélites, tais como estruturas, suprimento de energia, painéis solares, propulsão de satélites, telecomunicação de bordo, câmeras ópticas imageadoras, gravadores digitais de dados e transmissores de imagens de satélites. A capacitação industrial necessária para projetar e fabricar os subsistemas e equipamentos relacionados não se reduz às competências tecnológicas, mas incluem infraestrutura, recursos humanos e metodologias gerenciais extremamente valiosas e aplicáveis a atividades de diferentes setores de atuação dessas empresas.

Com relação ao satélite Amazônia-1, em 2015 foram concluídas as seguintes macro atividades: 1) Disponibilização das Antenas modelo de Voo do Subistema de

Transmissão de dados em banda X; 2) Término da fabricação dos modelos de voo do equipamento gravador de Dados; 3) Realização da revisão de entrega dos subsistemas Tratamento de Dados (OBDH) e Controle de atitude e órbita (AOCS), os quais se encontram em processo de aceitação; 4) Recebimento do primeiro lote dos componentes para a confecção da cablagem do satélite; 5) Realização da revisão interna da missão; 6) Disponibilização dos modelos de voo do equipamento gravador de dados; 7) Realização de testes de compatibilidade entre subsistemas: AOCS e Propulsão, e módulo de serviço (imageador, gravador de dados e transmissor); 8) Conclusão da qualificação térmica do satélite e 9) Definição das estratégias para detecção de falhas, isolamento e recuperação (FDIR) dos subsistemas do módulo de carga útil.

Quanto ao satélite Lattes, como resultado houve a disponibilização do subsistema de propulsão. Esta realização ocorreu apesar do projeto ter recebido recursos financeiros inferiores ao que o tamanho da missão necessita e também das dificuldades enfrentadas em relação à disponibilização da carga útil do MIRAX (Monitor e Imageador de Raios X).

O Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE trabalhou na preparação de documentos de especificação e planos diversos visando à realização das atividades de montagem, integração e testes (AIT) do programa CBERS 04A no Brasil, participou nas reuniões de coordenação técnica (TCM-01 e TCM-02) e preparação para o CDR (revisão crítica do projeto). Finalizou a documentação de AIT de alto nível do programa Amazônia 1 e 1B (requisitos de AIT, plano de AIT, qualidade AIT), preparação de documentos técnicos de preparação e execução AIT (planos de teste elétricos, especificação de EGSE (Equipamento de Suporte Elétrico), fluxogramas, folhas de tarefas e procedimentos diversos, incluindo os de teste elétrico). Também se destacaram as seguintes realizações: (1) Participação na PDR (Revisão do Projeto Preliminar); (2) TBT (Teste de Balanço Térmico); (3) Testes do ACDH (Subsistema de Controle de Atitude e Órbita) no nível de subsistema; (4) Ensaios ambientais do AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e do OBDH (Subsistema de supervisão de Bordo); (5) Desenvolvimento do OCOE (Equipamento de supervisão de testes elétricos); (6) Cablagem (componentes, treinamento, ferramental e procedimentos diversos de fabricação); (7) Acompanhamento e Fiscalização do Processo de Compra de itens para Cablagem do Amazônia 1 (CI208/2014); (8) Treinamento NASA para profissionais do INPE para Fabricação de Cablagem; (9) Apoio ao desenvolvimento do programa PESE (Programa Estratégico de Sistemas Espaciais) do Ministério da Defesa; (10) Participação no programa de absorção tecnológica do desenvolvimento do satélite SGDC (Satélite Geoestacionário para Defesa e Comunicação) com o treinamento de 5 profissionais na Thales Alenia Space, na França; (11) Ampliação do escopo da acreditação de metrologia junto ao INMETRO, renovação da acreditação do Laboratório de EMI/EMC/Antenas pelo INMETRO até 2019; (12) Projeto executivo da obra civil da expansão do LIT e (13) Adequação do relacionamento com fundações de apoio, bem como a busca por fontes de recursos: EMBRAPIL, FUNTELL, INOVARAUTO (14); Desenvolvimento do nanosatélite AESP16, da parceria INPE-ITA, e montagem, integração e testes dos nano satélites SERPENS, Ubatubasat, NanosatCBR-1 e 2.

Dentre os processos e técnicas desenvolvidas pela Coordenação de Laboratórios Associados (CTE) no ano de 2015, destacam-se: (1) Elemento sensor de gases tóxicos baseado em filmes de óxido de zinco, produzidos por implantação de átomos de zinco em silício, para detecção dos gases acetileno e dióxido de carbono; (2) Processo de deposição

de diamante-CVD sobre nanotubos de carbono, gerando eletrodos de altas áreas superficiais, utilizando uma rota líquida para a sementeira; (3) Preparação de dois lotes de alumina em forma de pastilhas esféricas para suporte de catalizadores de irídio e de irídio/rutênio para propulsores de satélites; (4) Novos catalisadores mássicos à base de óxidos mistos de cobalto e manganês para a decomposição do N₂O (óxido de nitroso) e H₂O₂ (peróxido de hidrogênio) para aplicações aeroespaciais; (5) Software EDDA-chuva – estimador da massa e distribuição espacial de chuva convectiva a partir de dados de descargas elétricas atmosféricas nuvem-solo e (6) Sinterização de um lote de pastilhas de cerâmica absorvedora de radiação e partículas ionizantes para uso em satélites e aeronaves

Infraestrutura Espacial

O monitoramento e controle dos satélites em órbita é realizado pelo Centro de Rastreamento e Controle de Satélites (CRC), no qual em 2015 destacaram-se as seguintes atividades: (1) Participação nas operações de controle do satélite CBERS-4, em sua fase de órbitas iniciais, enfatizando a atuação no planejamento operacional e execução dos testes de aceitação em órbita dos subsistemas de bordo desenvolvidos sob a responsabilidade do INPE; (2) Participação de servidores do Centro no grupo de trabalho que analisou a situação atual do Sistema de Estações Terrenas TT&C do INPE, que culminou com a confecção de um relatório com uma proposta de adequação do Sistema para atender aos requisitos impostos pelos programas de satélites do INPE; (3) Participação do controle (LEOP/rotina) do CBERS4, sob coordenação do Centro de Controle de Satélites Chinês de Xian (XSCC); (4) Participação do processo de transferência de responsabilidade pelo controle do satélite CBERS-4, do Centro de Controle de Satélites Chinês de Xian (XSCC) para o CRC, e recepção dessa responsabilidade em 1º de novembro de 2015. (5) Fornecimento, com sucesso, de suporte em rastreamento, telemetria e telecomando ao satélite astronômico indiano ASTROSAT, da Organização de Pesquisa Espacial Indiana, ISRO, lançado em 28 de setembro de 2015, durante os oito primeiros dias em órbita e (6) Fornecimento, com sucesso, de suporte em rastreamento e telemetria à missão PSLV-C29 do lançador de satélites da ISRO, lançado às 10:30:00 (horário de Brasília) do dia 16 de dezembro de 2015

Entre as atividades do INPE no PNAE inclui-se ainda o provimento de acesso e de serviços necessários à plena utilização de informações, imagens e dados espaciais pela sociedade e com qualidade de padrão internacional. Essas atividades são realizadas pelo Centro de Dados, através do qual os dados recebidos pelas estações de recepção são armazenados, processados em vários níveis de correção radiométrica e geométrica, e distribuídos aos usuários finais. O INPE recebe dados dos satélites LANDSAT-8, RESOURCESAT-2, FENGYUN 3A, FENGYUN 3B, FENGYUN 3C e CBERS-4.

Aplicações

O macroprocesso finalístico “aplicações” subdivide-se em quatro áreas: ciência espacial, meteorologia, observação da terra e ciência do sistema terrestre.

a) Ciência Espacial

Na área de Ciências Espaciais e Atmosféricas são realizadas pesquisas básica e aplicada em astrofísica, ionosfera, aeronomia, geomagnetismo, média e alta atmosfera, eletricidade atmosférica, magnetosfera e meio interplanetário, além do desenvolvimento de experimentos científicos embarcados em balões estratosféricos, foguetes de sondagem e satélites. Na área de Geofísica Espacial e Interações Sol-Terra, desde 2008 vem funcionando o serviço de previsão do Clima Espacial.

Entre as principais atividades da Coordenação Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas (CEA) em 2015 estão o desenvolvimento de experimentos para estudo da ionosfera terrestre que serão embarcados em três diferentes nanossatélites: UBATUBASAT (com previsão de lançamento para 2016); Nanosat-C/Br2 (lançamento em 2016) e nanosat-SPORT, proposto em conjunto com a NASA (lançamento em 2018). Também foi concluído o projeto mecânico preliminar do instrumento SLIM-BR - Radiômetro para medida da irradiância solar total, instrumento a ser embarcado em satélites e foguetes de sondagem; e foram realizadas campanhas de medidas magnetotélúricas iniciadas em Bagé-TS e se estendendo até Cascavel-PR. Foi realizada análise preliminar dos dados das sondas Van Allen (NASA), para estudos dos cinturões de radiação terrestre; e o desenvolvimento de metodologia para observação das variações de raios cósmicos, muons, no globo terrestre, com a utilização dos dados da Rede Global de Detectores de Muons (GMDN), da qual faz parte do Detector Multidirecional de Muons do Observatório Espacial do Sul (INPE). Foram concluídos o projeto das interfaces do instrumento Telescópio Solar do INPE e a fase II de desenvolvimento do polarímetro SPARC-4 que será instalado no Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA-MCTI) para atender a comunidade astronômica nacional e internacional. Realizou-se a Nucleação da rede LEONA: Rede Colaborativa na América Latina para a Investigação de Eventos Luminosos Transientes e Emissões de Alta Energia. Foram realizados: adaptação do Sensor de Langmuir Convencional, para estudo de plasma ionosférico, para Plataforma de Nanossatélites; a modelagem de imagens de galáxias através do uso de "high performance computing"; e desenvolvimentos de Subsistemas para experimentos em balões estratosféricos como, por exemplo, Sistema de Telecomando (TC) Secundário de separação balão/carga útil, testes do hardware e software de bordo e solo, projeto de dispositivos e interfaces do sistema de suspensão da carga útil, composto pelo paraquedas, tralha de voo, separador, destorcedor e conexões; desenvolvimento de sistema de alerta automático para eventos extremos de clima espacial; e duas corridas de engenharia do detector de ondas gravitacionais Mario Schenberg. Uma pesquisadora da área recebeu prêmios Nero Passos, dado pela Sociedade Brasileira de Geofísica, por suas relevantes contribuições em educação e pesquisas na área de Geofísica; e um pesquisador da CEA tomou posse na Academia de Ciências do Estado de São Paulo.

O Programa Embrace - Estudo e Monitoramento Brasileiro de Clima Espacial-, foi criado em agosto 2007 por uma força tarefa designada entre os servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para desenvolver e operar um programa de clima espacial. Desde a sua origem, o INPE realiza pesquisas relacionadas aos fenômenos espaciais, desde o sol, o espaço interplanetário, a magnetosfera, até a ionosfera, a alta e média atmosfera, e o geomagnetismo. Desta feita, o advento deste programa transversal foi natural e, por razões estratégicas ele está instalado sob a Coordenação Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas, atuando principalmente em parceria com o Laboratório Associado de Computação e Matemática/CTE e com a Divisão de Sistemas de Solo/ETE e com o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE). O principal objetivo do Programa Embrace/INPE é monitorar o clima no espaço e prever o tempo

desde o sol, passando pelo espaço interplanetário, pela magnetosfera, chegando à atmosfera (ionosfera), a fim de fornecer informações úteis para as comunidades espaciais, áreas tecnológicas, industriais e acadêmicas.

Ao longo de seu curto período de vida, o Programa Embrace/INPE foi nomeado como o Centro de Alerta Regional do Brasil para Previsão do Clima Espacial, único na América do Sul e Latina, membro da International Space Environment Services (ISES), organização na qual seus representantes discutem e propõem mecanismos de alerta e de procedimentos de defesa para os sistemas tecnológicos da era espacial. Entre estes, se enquadram os sistemas energéticos de grande dimensão como as linhas de transmissões de energia.

No exercício de 2015, dentre as diversas atividades realizadas pelo programa Embrace/INPE, destacamos que: (a) foram iniciadas as atividades de instalação de instrumentação conjunta com o National Space Science Center (NSSC) da China, sob o âmbito do Laboratório Conjunto Brasil-China para Clima Espacial; (b) foi desenvolvido um novo portal destinado a livre distribuição dos dados coletados e processados pelas aplicações do programa Embrace/INPE para todos os cidadãos; (c) foi disponibilizado um aplicativo gratuito para dispositivos Android (Embrace Mobile, vide <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.inpe.climaespacial.mobile&hl=pt>) que disponibiliza nas mãos dos usuários todas as informações sobre o clima espacial, inclusive oferecendo alerta de explosões solares e tempestades magnéticas; e (d) foi realizada a terceira edição de seu encontro bianual com usuários brasileiros de Clima Espacial na sede do INPE, em São José dos Campos-SP, no qual puderam-se ouvir críticas e sugestões para o desenvolvimento e melhorias dos produtos destinados aos cidadãos brasileiros.

b) Meteorologia

O INPE tem também como atividade finalística a disponibilização para a sociedade de previsões do tempo e clima, bem como previsões ambientais correlatas como hidrologia e qualidade do ar. Essas atividades são realizadas desde o início de 1995 no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) do INPE, que é um centro avançado de previsão numérica de tempo e clima, fornecendo previsões de tempo de curto e médio prazos e climáticas de alta precisão, além de dominar técnicas de modelagem numérica altamente complexa, da atmosfera e dos oceanos, para prever condições futuras.

As principais atividades desenvolvidas no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) em 2015 foram: 1) Desenvolvimento do projeto Geonetcast (Sistema de recepção de imagens de satélites ambientais de baixo custo) com a estruturação do sistema, desenvolvimento do aplicativo para usuários, criação da rede com os núcleos estaduais brasileiros; 2) Geração da climatologia dos dados ambientais e do risco de queima a partir do ano 2000; 3) Desenvolvimento de novo banco de dados histórico de variáveis meteorológicas; 4) Processamento operacional das imagens VIIRS (conjunto de *imagens* por radiometria infravermelha visível) do satélite NPP (sistema de satélite ambiental com órbita polar) usando um algoritmo que permite detectar focos de queima de vegetação com resolução 375 metros, implementado em conjunto com a NOAA e a Universidade de Maryland (EUA); 5) Finalização do desenvolvimento da primeira versão do Novo Modelo Global do CPTEC/INPE BAM (Brazilian Global

Atmospheric Model) e sua operacionalização na previsão de tempo em 20 km de resolução espacial; 6) Desenvolvimento de uma primeira versão de um sistema de modelagem oceano-atmosfera com assimilação de dados regional para a previsão de ondas e correntes que será utilizada durante as Olimpíadas do Rio de Janeiro 2016; 7) Em apoio ao jogos olímpicos forneceu-se previsão do tempo para vários jogos, de ciclismo e vôlei de praia a maratona aquática, entre outros, além de se responsabilizar pelo escritório de previsões para as competições de vela juntamente com a Marinha do Brasil. Foi feita a preparação e operacionalização do fluxo de dados meteorológicos para o INMET e a instalação de equipamentos e sistemas para o escritório de vela; 8) Criação produtos de apoio e página de internet ao CIMAN - Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal e o início das atividades do novo Banco de Dados com a assinatura do projeto conjunto INPE-DEFRA-Banco Mundial no âmbito do Programa Queimadas; 9) O Laboratório de Instrumentação Meteorológica, LIM, deu seguimento às atividades de manutenção e calibração de sensores ambientais das estações do INPE, em especial ao projeto SONDA que tem a finalidade de mapear o potencial eólico e solar para a geração de energia elétrica; de especificação, aceitação, instalação e calibração dos sensores ambientais, como as que compõem a rede de observação/monitoramento do CEMADEN; e de apoio aos grandes projetos científicos observacionais, contribuindo na manutenção, calibração, instalação e operação de sensores, tais como, do projeto CHUVA, que recebeu reconhecimento oficial da NASA pelo trabalho realizado pelo CPTEC; e do projeto do Observatório da Torre Alta na Amazônia, ATTO, que realizou sua primeira grande campanha intensiva em outubro e novembro com a torre de 325 metros sendo equipada pelo CPTEC para observação da camada limite e nuvens; 10) Acerto da previsão do evento de El Niño muito forte que atingiu sua intensidade máxima em dezembro, realizada com o modelo BESM; 11) Participação efetiva junto ao setor elétrico brasileiro com o fornecimento de previsões semanais e estendidas, até um mês, de precipitação e temperatura, realizadas com o conjunto de modelos operacionais do CPTEC e em especial com o modelo regional Eta aninhado no modelo BESM; 12) Participação efetiva junto ao Grupo de Trabalho de Previsão Climática Sazonal do MCTI nas reuniões mensais de previsão sazonal, de três meses de antecedência, com a disponibilização de saídas do conjunto de modelos do CPTEC e dos dados climatológicos e com os conhecimentos de seus pesquisadores para a previsão de consenso e 13. Participação no cruzeiro oceanográfico do projeto PIRATA em parceria com a Marinha do Brasil.

c) Observação da Terra

O INPE é responsável pelo monitoramento da cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais. Desde 1988, o INPE vem produzindo as taxas anuais do desflorestamento da Amazônia Legal. A partir do ano de 2002, estas estimativas são produzidas por classificação digital de imagens seguindo a Metodologia PRODES (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite). O INPE possui também o DETER (Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real) que é um levantamento rápido feito mensalmente pelo INPE desde maio de 2004, com dados de satélites de resolução espacial de 250 m. O DETER foi desenvolvido como um sistema de alerta para suporte à fiscalização e controle de desmatamento. Por esta razão o DETER mapeia tanto áreas de corte raso quanto áreas em processo de desmatamento por degradação florestal. Em relação a queimadas, o INPE realiza o monitoramento

operacional de focos de queimadas e de incêndios florestais detectados por satélites, e o cálculo e previsão do risco de fogo da vegetação.

Em 2015, a Coordenação Geral de Observação da Terra (OBT) realizou a divulgação da consolidação do PRODES (Mapeamento do Desmatamento na Amazônia) de 2014 e a divulgação dos dados oficiais do TERRACLASS CERRADO (Mapeamento do Uso e Cobertura da terra do Bioma Cerrado) relativo ao ano de 2013. Foi realizada também a recepção dos dados do Satélite de Observação da Terra ResourceSat-2 (Indiano) em 6 de abril 2015. A recepção de imagens deste satélite possibilitou o desenvolvimento e a operacionalização do sistema de alerta de desmatamento e alterações da cobertura vegetal da Amazônia, em tempo quase real, DETER-B. O projeto DETER-B é resultado de cooperação entre CRA/INPE e OBT/INPE. Este projeto foi um avanço em relação ao DETER-A (250 m) – a menor área de desmatamento mapeada com DETER-A é 25 hectares e a menor área de desmatamento mapeada com DETER-B é 6,25 hectares. Através da Coordenação, o INPE participou no projeto TerraClass Cerrado, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e obteve a aprovação da proposta de projeto temático FAPESP de três anos intitulado "*e*-Sensing: Big Earth Observation Data Analytics for Land Use and Land Cover Change Information", que visa conceber, construir e implantar um tipo completamente novo de plataforma de conhecimento para a organização, acesso, processamento e análise de grandes bases de dados de observação da Terra. Outro destaque foi o Projeto “Amazônia SAR” que tem a participação de pesquisadores da OBT/INPE, proposto pelo CENSIPAM ao Fundo Amazônia do banco BNDES, aprovado em julho/2015. O objetivo deste projeto é desenvolver metodologias baseadas em dados de radar para mapeamento de desmatamento na Amazônia. Foi realizado o workshop sobre o projeto de cooperação entre Boeing e a OBT/INPE: III Workshop on Energy Crop Management based on Remote Sensing Technologies (17-18 Junho 2015). Este projeto tem por objetivo desenvolver métodos no estado da arte para mapear culturas energéticas e identificar áreas potenciais para expansão agrícola sustentável no Brasil. Neste workshop foram apresentados os resultados do projeto. A OBT coordenou um dos maiores eventos na área de Sensoriamento Remoto e Observação da Terra, o XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR), realizado entre 25 e 29 de abril de 2015 em João Pessoa-PB. O SBSR contou com cerca de 1.100 participantes compreendendo todas as 27 unidades federativas do Brasil e 20 países - foram apresentadas 100 palestras por convidados brasileiros, americanos, europeus e asiáticos. Além disso, a OBT organizou o Simpósio Brasileiro de Geoinformática - GeoInfo - em Campos de Jordão, SP, no período de 29 de novembro a 2 de dezembro de 2015. Os pesquisadores e tecnólogos publicaram artigos em periódicos especializados e renomados sobre a dinâmica de carbono florestal na Amazônia (Nature e Nature Communication). A OBT ainda produziu ciência inédita no periódico Land Use Policy, direcionada a políticas públicas sobre a disponibilidade de áreas agricultáveis na Amazônia e os possíveis impactos de tal expansão.

d) Ciência do Sistema Terrestre

O Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST) foi criado no INPE em 2008. Esse centro investiga as mudanças ambientais globais, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o processo, identificar os impactos sobre o país e subsidiar políticas públicas de enfrentamento do problema nos planos nacional e internacional. Neste contexto, o CCST tem como objetivo a formulação de cenários para um desenvolvimento

nacional sustentável, fortemente embasados em redes de monitoramento de dados ambientais e modelagem do Sistema Terrestre.

No Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST) se destaca a inauguração das novas instalações em São José dos Campos. A construção iniciou-se em 2011 e a conclusão se deu no final de 2015, proporcionando infraestrutura adequada aos servidores e colaboradores do Centro, para o desenvolvimento de pesquisas e prestação de serviços para a sociedade. Dentre as atividades de pesquisa e serviços destacam-se: avanço no desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre, com o acoplamento da componente de superfície terrestre; lançamento de novas versões dos software livre para modelagem de uso da terra e emissões: LuccME e INPE-EM 2.1; realização do workshop “Improving Biomass Estimation Methods for the Amazon Forest” com a participação de pesquisadores do Brasil e do exterior no âmbito do projeto Monitoramento Ambiental por Satélite no Bioma Amazônia financiado pelo Fundo Amazônia; transferência do laboratório de gases do efeito estufa do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) ao Laboratório Associado de Pesquisas em Biogeoquímica Ambiental (LAPBIO) do INPE/CCST; divulgação de novos cenários de mudanças de cobertura e uso do solo na Amazônia brasileira; e o lançamento de serviço de previsão de raios pelo Laboratório de Eletricidade Atmosférica.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento organizacional

O INPE é parte integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e seu planejamento estratégico está inserido nesse contexto, cujas diretrizes estão consolidadas na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015) e no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE 2012-2020).

Por meio de processo de planejamento estratégico interno, esses planos estratégicos são desdobrados em plano tático, com objetivos de médio prazo, expressos no Plano Diretor 2011-2015 do INPE. Esse documento traz a proposta de 12 objetivos específicos com ênfase no programa de satélites, dos quais se destacam:

- Realizar, em conformidade com o PNAE um programa de satélites de telecomunicação e observação da Terra para atender a demandas brasileiras e internacionais de comunicação, monitoramento territorial e oceânico, previsão de tempo e clima, e estudos sobre mudanças globais.
- Organizar, em conformidade com o PNAE, um programa de satélites científicos que produza dados inéditos com tecnologia inovadora para pesquisa em Clima Espacial e Astrofísica.
- Desenvolver, junto com a indústria nacional, as tecnologias necessárias para as missões do programa espacial brasileiro, enfatizando produtos e processos inovadores.
- Ser referência internacional nas atividades de pesquisa e de operações em sensoriamento remoto continental e oceânico, previsão do tempo e do clima sazonal e mudanças climáticas, na região tropical.
- Criar centros operacionais de monitoramento e modelagem de Clima Espacial, Desastres Naturais e Mudanças do Uso da Terra no Brasil.
- Prover a infraestrutura, a gestão de competências e de pessoas, e os serviços administrativos de forma a garantir a plena execução das atividades do INPE.

A partir desses objetivos estratégicos, por sua vez, foi derivada uma série de objetivos específicos, que são pactuados anualmente entre INPE, MCTI e AEB, e que compõem o TCG – Termo de Compromisso de Gestão. O TCG contém objetivos específicos e indicadores de desempenho, com metas e peso relativos atribuídos, que permitem o acompanhamento e o monitoramento do desempenho do Instituto. Esses objetivos específicos são pactuados ano a ano, de forma a poder refletir modificações nos demais documentos normativos que os informam, como por exemplo o PNAE (Programa Nacional de Atividades Espaciais) e o PPA (Plano Plurianual), bem como eventuais mudanças de cenário e circunstâncias que afetem o Instituto.

A partir do segundo semestre de 2014 e ao longo de 2015 o Plano Diretor vigente foi revisado para elaboração do novo Plano Diretor 2016-2019 que está em processo de validação pela Direção do Instituto.

Com relação ao desempenho do Instituto, o ano de 2015 foi marcado por árduas decisões da gestão por conta do contexto político e econômico do País. Este cenário agravou limitações internas do INPE, desde problemas de instalações a restrições nos recursos financeiros. Problemas de instalações, que necessitavam de obras e reformas que não conseguiram ser realizadas, comprometeram o andamento dos projetos e o adequado uso dos equipamentos. A falta de pessoal é um problema crônico que, em 2015, foi agravado pelo número significativo de aposentadorias, num total de 63, sendo 34 nas áreas finalísticas e 29 nas áreas de gestão. As restrições orçamentárias e financeiras dificultaram, porém não comprometeram seriamente as entregas de compromissos do INPE, o PPA vigente.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Neste item serão apresentados os objetivos e metas relacionados aos programas temáticos do PPA-2012-2015, de responsabilidade desta UPC, e os Objetivos Específicos fixados no Plano Diretor 2011-2015, demonstrando uma análise de seus resultados referentes ao exercício.

Quadro 2 - Objetivo e metas fixados pelo PPA - Meta 0476

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.			
Código	0476	Órgão	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios		Código	2036
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS				
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2015	b)Realizada em 2015
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS				
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2015	b)Realizada em 2015
01	Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional	km ² (quilômetro quadrado)	8.514.887	4.196.943
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a) Prevista até 2015	b)Realizada em 2015

01	Bioma Amazônia	km ² (quilômetro quadrado)	4.196.943	4.196.943
02	Bioma Caatinga	km ² (quilômetro quadrado)	844.453	0
03	Bioma Cerrado	km ² (quilômetro quadrado)	2.036.448	0
04	Bioma Mata Atlântica	km ² (quilômetro quadrado)	1.110.192	0
05	Bioma Pantanal	km ² (quilômetro quadrado)	150.355	0
06	Bioma Pampa	km ² (quilômetro quadrado)	176.496	0
METAS QUALITATIVAS				
Sequencial	Descrição da Meta			

Fonte: SIOP

Análise Situacional

A abrangência das informações sobre o Objetivo 0476 do Programa 2036 do PPA 2012-2015, que estão sendo disponibilizadas, é parcial porque o INPE tem gestão de forma direta apenas sobre uma das quatro metas deste Objetivo.

A expansão da área de monitoramento de desmatamento da Amazônia para os demais biomas brasileiros (escala nacional), para atender às necessidades da implementação dos mecanismos de REDD+ (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal + conservação dos estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas, aumento dos estoques de carbono florestal) não conseguiu ser realizada ao longo deste PPA devido à falta de aporte de recursos orçamentários adicionais. Cabe salientar que o INPE, junto com o MCTI e o MMA, está formulando uma composição de recursos extra orçamentários, para iniciar o monitoramento dos demais biomas. Fontes de recursos consideradas são: Banco Mundial, através do Forest Investment Program (FIP) e Global Environment Fund (GEF), Governo Alemão através do Projeto Cerrado-Jalapão, nova proposta ao Fundo Amazônia-BNDES, e Governo Britânico via Department of Environment Food and Rural Affairs (DEFRA). Com relação ao bioma Amazônia todas as metas foram cumpridas. Em 2015,

excepcionalmente, foi possível fazer o mapeamento de cobertura da terra do bioma Cerrado para o ano de 2013, pois recursos extras foram obtidos junto ao programa GEF-Cerrado, fornecido pelo MMA/Fundo Brasileiro para Biodiversidade. Para esta versão do mapeamento o INPE contou com parceria do IBAMA, EMBRAPA e UFG. Também neste ano foi possível dar início a construção da linha de base do desmatamento para o bioma Cerrado. Novamente o INPE contou com recursos financeiros não orçamentários, providos pelo Projeto Cerrado-Jalapão do MMA em conjunto com KFW/GIZ.

Todos os projetos relacionados à Amazônia, a saber, PRODES, DEGRAD, DETEX, DETER, TerraClass e TerraAmazon, foram executados dentro do planejado. Como atividades realizadas podemos destacar: PRODES - realizado mapeamento para a consolidação da taxa de desmatamento na Amazônia para o ano de 2014 e para a estimativa da taxa de desmatamento na Amazônia para o ano de 2015. DEGRAD - realizado mapeamento e quantificação de áreas de degradação florestal na Amazônia para o ano de 2014. DETEX - realizado mapeamento e quantificação de áreas sob exploração florestal por corte seletivo de madeira para o ano de 2014. DETER - realizado monitoramento em tempo quase real do desmatamento com dados MODIS (250 m) com entregas diárias durante o ano de 2015. DETER-B - realizado desenvolvimento do monitoramento em tempo quase real do desmatamento com dados AWiFS (60 m) realizado durante os anos 2014 e 2015, conforme disponibilidade de dados. TerraClass - realizado levantamento de áreas de florestas secundárias em 2014 e a manutenção do sistema de gerência de bancos de dados geográficos TerraAmazon.

Foram colocados para acesso público em suas respectivas páginas eletrônicas no INPE todos os produtos previstos e dentro dos prazos estipulados. Com isso o PRODES, DETER e DEGRAD foram divulgados publicamente conforme previsto durante toda vigência do PPA; o DETEX foi entregue ao IBAMA e SFB conforme acordo com estas duas instituições e o DETER-B está sendo entregue regularmente ao IBAMA e deverá se tornar público em agosto de 2016.

A partir de novembro de 2014, os dados passaram a ser divulgados publicamente a cada três meses (www.obt.inpe.br/deter), com a divulgação para cada mês do trimestre da área de alertas, dos relatórios de validação, dos mapas de nuvens e dos mapas de alertas agregados em uma grade de 50 km X 50 km.

Quanto ao monitoramento dos focos de queima da vegetação, todos os biomas foram contemplados. Também como resultados foram gerados todos os produtos operacionais previstos para monitoramento do fogo e risco de incêndios, os quais são apresentados e distribuídos em <http://www.inpe.br/queimadas>

Em 2015 houve um aumento significativo de focos de queima de vegetação (236.371) comparado a 2014 (183.693). Este resultado está relacionado ao ano ter sido mais seco que a média nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, o que facilitou o uso e a propagação do fogo de origem antrópica.

Quadro 3 - Objetivo e metas fixados pelo PPA – Meta 0990

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.				
Código	0990	Órgão	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		
Programa	Mudanças Climáticas	Código	2050		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2015		b)Realizada em 2015
01	Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões	unidade	10		10
02	Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação	%	50%		50%
03	Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias	%	75%		83
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2015		b)Realizada em 2015
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2015		b)Realizada em 2015
METAS QUALITATIVAS					
Sequencial	Descrição da Meta				

Fonte: SIOP

Análise Situacional:

A abrangência das informações sobre o Objetivo 0990 do Programa 2050 do PPA 2012-2015 que estão sendo disponibilizadas é integral porque o INPE tem gestão de forma direta sobre todas as três metas deste Objetivo.

As metas relacionadas ao Objetivo 0990 foram cumpridas, a saber: 1) A previsão pode ser feita para 10 ou mais regiões, não havendo limites para o número de regiões a serem analisadas de forma independente. Após o cumprimento desta meta o trabalho com técnicas objetivas aplicadas às previsões climáticas sazonais teve continuidade ao longo de todo PPA-2012- 2015, com a implementação de previsão numérica por conjuntos ("multi-model ensemble") para o clima e de um sistema aprimorado para o monitoramento das condições climáticas para o país, como o monitoramento da estação chuvosa (<http://clima1.cptec.inpe.br/estacaochuvosa/pt>), e produtos específicos para índice padronizado de precipitação (SPI) (<http://clima1.cptec.inpe.br/indice/pt> e <http://clima1.cptec.inpe.br/spi/pt>). Cabe salientar que o trabalho de operacionalização de uma nova versão do modelo climático não pode ser finalizado devido às restrições de pessoal e falta de disponibilidade do supercomputador. A implementação de um novo modelo climático demanda o processamento retroativo de pelo menos 30 anos de previsões com três parametrizações diferentes. O processo de substituição dos funcionários temporários por concursados afetou os trabalhos de implementação de novos sistemas no CPTEC de forma crítica. 2) O desafio de aumentar o índice de acerto da previsão de precipitação foi alcançado. Para mensurar essa melhoria, durante o período 2012-2015 o CPTEC/INPE implementou novos sistemas para avaliar e monitorar a acurácia das previsões numéricas. O acesso aos resultados se dá através do endereço (<http://avaliacaodemodelos.cptec.inpe.br/>). Existem várias formas e índices para avaliação de acurácia de uma previsão, e também uma discussão sobre a referência que se deve adotar para avaliação da existência ou não de melhorias. Estes fatores devem ser formalmente explicitados no estabelecimento de uma meta. Para o caso desta meta em questão foram adotados índices como o ETS (Equitable Threat Score - índice de avaliação de precipitação) e RMSE (Raiz do Erro Quadrático Médio). Também foi usado como referência a acurácia dos modelos que já estavam em operação no CPTEC antes de 2012. As melhorias foram obtidas graças à implementação de novos modelos numéricos de previsão, em particular o BRAMS 5 km que apresentou melhorias significativas em relação aos modelos anteriores, de resolução menor. 3) O desafio de atingir um índice de acerto superior ao esperado (75%) nas previsões de tempo para 4 a 5 dias de antecedência foi superado para 83%. No caso, o critério de avaliação foi a taxa de acerto das previsões numéricas de pressão atmosférica na superfície e na altitude de 500 mb (milibares). Estes resultados são decorrentes da implantação de novos modelos com maior resolução espacial e uma representação mais realística da atmosfera. Durante este período a melhor resolução dos modelos do CPTEC passou de 20 km (modelos ETA e BRAMS) para 5 km (modelo BRAMS) e 15 km (modelo ETA). O aumento na resolução levou a uma melhoria apreciável nos índices de acerto de variáveis como a pressão atmosférica na superfície, quando comparados com dados observados em estações de superfície, efeito devido também pela melhor representação da topografia no modelo. O CPTEC/INPE prossegue com o desenvolvimento de novos modelos e o aumento da resolução temporal e espacial, investindo em pesquisa e atualizações do código de previsão numérica de tempo, em busca contínua pela melhoria da qualidade dos produtos oferecidos para a sociedade. Cabe salientar que melhorias no Centro só serão possíveis com a disponibilidade de um supercomputador atualizado, com alta capacidade de processamento e correspondente capacidade de armazenamento de dados.

Quadro 4 - Objetivo e metas fixados pelo PPA – META 0555

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.			
Código	0555	Órgão	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	
Programa	Política Espacial		Código	2056
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS				
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2015	b)Realizada em 2015
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS				
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2015	b)Realizada em 2015
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2015	b)Realizada em 2015
METAS QUALITATIVAS				
Sequencia 1	Descrição da Meta			
1	Catalisador de hidrazina qualificado para voo			
2	Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria			
3	Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado			
4	Motor iônico qualificado			

Fonte: SIOP

A abrangência das informações sobre o Objetivo 0555 do Programa 2056 do PPA 2012-2015 que estão sendo disponibilizadas é parcial porque o INPE tem gestão de forma direta apenas sobre quatro das onze metas deste Objetivo.

A busca do desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas constitui um dos principais desafios do programa espacial. No âmbito das metas deste Objetivo, cabe destacar:

1) O catalisador a ser empregado nos propulsores da Plataforma Multi Missão (PMM) já havia sido aprovado em testes de qualificação. No entanto, em 2012, testes com o novo lote de catalisador preparado para o modelo de voo apresentaram desempenho inferior ao esperado. A análise dos resultados destes testes, inicialmente, não foi conclusiva, sendo posteriormente atribuída a descontinuidade de produção de um dos componentes da preparação da alumina. Diante destes fatos, foram iniciadas em 2013 as atividades de revisão da metodologia de síntese do sal precursor (aluminato de sódio) da alumina. Inicialmente, os resultados não foram satisfatórios devido a não homogeneidade dos produtos fornecidos pela empresa Carlo Erba. A partir de 2014, novas tentativas foram

efetuadas com diferentes fornecedores dos materiais precursores, o que continuou mantendo uma não homogeneidade dos resultados obtidos, devido à dificuldade de aquisição no INPE de produtos químicos com as especificações necessárias para a obtenção de um produto final satisfatório. Já em 2015 conseguiu-se adquirir precursores com as especificações necessárias à obtenção de uma alumina atendendo as especificações de projeto e com rendimento superior ao até então obtido. O material está pronto para ser moldado e impregnado com o irídio. O ácido precursor do irídio já foi comprado, restando apenas entrega do material. Como resultados para 2015, temos: Foram desenvolvidas as seguintes atividades para a produção da alumina a ser empregada como suporte catalítico: (i) Síntese e caracterização de lotes de hidróxido intermediário na fabricação da alumina. (ii) Moldagem do produto para a obtenção da alumina esferoidizada e em forma de pellets. Todos os materiais moldados apresentaram propriedades dentro das esperadas. Com relação ao Banco de Testes com Simulação de Altitude, a nova equipe de servidores foi integrada e treinada para a operação do Banco.

É importante ressaltar que o Laboratório Associado de Combustão e Propulsão do INPE desenvolveu o seu próprio catalisador para decomposição da hidrazina empregado em propulsores de satélites, denominado LCP-33R, com propriedades e eficiência similares às do catalisador comercial S-405. Todas as técnicas e procedimentos para fabricação e caracterização do catalisador estão dominados, faltando apenas as revisões dos documentos de Garantia do Produto para inserção das modificações efetuadas no procedimento de síntese. Desta forma, a meta inicialmente proposta foi atingida.

2) Destaca-se que, em 2012, a meta de desenvolvimento de Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante já havia sido totalmente cumprida no que tange à aplicação para o satélite Amazônia-1. A mesma tecnologia foi empregada, em 2013, para as peças do satélite Lattes, com o revestimento de 12 peças do satélite com diamante DLC como lubrificante sólido; os testes em vácuo confirmaram o baixo coeficiente de atrito. Uma vez cumprida a meta, deu-se continuidade ao projeto visando o aprimoramento dos processos envolvidos. No primeiro semestre de 2014, começaram a ser realizados estudos de aprimoramento da aderência do diamante DLC sobre o titânio e suas ligas, além de testes tribológicos do diamante DLC sobre o titânio e suas ligas. O Laboratório de Tribologia foi instalado em suas novas dependências e está operacional. Ademais, também foi dado início aos estudos de deposição de diamante em filamentos de titânio e suas ligas e ao desenvolvimento de uma modificação na técnica PECVD (Deposição por Vapor Químico Assistido por Plasma). O grande desafio enfrentado para estas realizações foi escassez de recursos humanos. Já o processo de transferência de tecnologia para a indústria junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do INPE, passou por problemas técnico-jurídicos e ficou suspenso em 2014. No ano de 2015 deu-se continuidade aos estudos de deposição de filmes lubrificantes de DLC sobre o material titânio e suas ligas utilizando a nova técnica, alcançando-se resultados que mostram uma melhora significativa na aderência do filme. Com relação à incorporação de nano partículas de diamante nos filmes de DLC, ainda não se evoluiu como o previsto, pois houve dificuldades na obtenção de soluções com as nano partículas incorporadas que pudessem ser utilizadas como precursoras no crescimento do filme de DLC. Também, houve avanços em relação à gestão dos projetos de inovação, alguns modelos de parceria entre o Instituto e empresas foram discutidos e um deles foi escolhido para ser implementado dentro das exigências administrativas e jurídicas do INPE.

3) Com relação ao Microgiroscópio, em 2015 deu-se continuidade nas instalações de diversos subsistemas tais como: reconstrução de uma evaporadora a vácuo que se encontrava desativada no Laboratório; confecção, instalação e calibração de uma plataforma de substratos para um microscópio óptico para permitir a inspeção de estruturas micromecânicas tridimensionais entre etapas de fabricação; alterações nos sistemas de suprimento ar condicionado, ar comprimido e água deionizada que reduziram significativamente a ocorrência de problemas crônicos; instalação do sistema de vácuo do reator à plasma; testado o sistema de medição de vazão e pressão de água de refrigeração crítica. Iniciou-se, também, o processo de aquisição do projeto executivo para construção de um laboratório de apoio técnico de 24 m².

Apesar das atividades realizadas a meta não foi cumprida no prazo, entretanto, não há empecilhos para a sua conclusão, visto que as etapas críticas das várias frentes de atuação foram executadas: projeto do dispositivo micro-eleto-mecânico; eletrônica associada; equipamentos e processos de fabricação; e obtenção de insumos (gases, reagentes, máscaras e silício).

Quadro 5 - Objetivos e metas fixados pelo PPA – Meta 0702

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.			
Código	0702	Órgão	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	
Programa	Política Espacial	Código	2056	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS				
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2015	b)Realizada em 2015
1	Concluir 50% de execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Teste (LIT) que o capacitará a realizar testes em satélites geoestacionários	%	50	1,7
2	Concluir estudo de viabilidade do satélite radar, com participação da indústria nacional	unidade	1	0
3	Concluir o desenvolvimento dos Satélites CBERS-3 e CBERS-4 e realizar os lançamentos	satélite lançado	2	-
4	Concluir o desenvolvimento e realizar o lançamento do Satélite Amazônia-1	%	100	7%

05	Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013	%	100	98%
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS				
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2015	b)Realizada em 2014
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista até 2015	b)Realizada em 2014
METAS QUALITATIVAS				
Sequencial	Descrição da Meta			

Fonte: SIOP

A abrangência das informações sobre o Objetivo 0702 do Programa 2056 do PPA 2012-2015 que estão sendo disponibilizadas é parcial porque o INPE tem gestão de forma direta sobre cinco das seis metas deste Objetivo.

Estima-se que para o cumprimento da meta do Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE é necessário cerca de 14.000 m² de ampliação do atual prédio e a implantação de novos meios de testes, incluindo: 1) Novo sistema de testes de vibração de grande porte de cerca de 300 kN; 2) Novos sistemas para testes de antenas de pequeno porte, utilizando a técnica de testes de campo próximo; 3) Novo sistema para testes de antenas de grande porte e cargas úteis de telecomunicações, utilizando as técnicas de testes de campo próximo e de campo compacto compensado; 4) Novas salas limpas para montagem e integração de sistemas espaciais de grande porte e com pé direito de cerca de 15 metros sob a ponte rolante. 5) Nova instrumentação. O projeto é composto de dois prédios: o prédio das câmaras, onde se encontrarão os novos meios de testes de antenas e de vibração; e o prédio da integração, onde serão montados, integrados e testados os futuros satélites a serem desenvolvidos. O investimento total necessário e atualizado em 2015 foi estimado em R\$ 260 milhões e o projeto conta apenas com apoio da FINEP (convênio FINEP nº 01.13.0355.00 de 10/12/2013) com o valor de R\$ 45 milhões, para a sua 1ª fase, incluindo a elaboração dos projetos básico e executivo e parte das obras civis e instalações das novas edificações, ainda muito aquém das necessidades reais. Os sucessivos atrasos na liberação dos recursos vêm comprometendo o maior avanço da Meta, possibilitando, para o exercício de 2015, o cumprimento de apenas 1,7% do planejado.

Com relação à meta do satélite Radar não houve progresso em razão das prioridades a outros projetos em andamento, como os dos satélites CBERS-4A e Amazonia-1, bem como das restrições de ordem orçamentário-financeiras e de disponibilidade de pessoal técnico para o seu desenvolvimento.

Buscando consolidar a importante autonomia no monitoramento do imenso território brasileiro, cabe destacar os importantes esforços desenvolvidos em cooperação com a China no âmbito do Programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*). Logo após o lançamento do satélite CBERS-4, foram iniciados, em 2015, os testes em órbita, divididos em duas fases. A primeira fase, cujo objetivo é verificar se os aspectos operacionais e de desempenho de todos os subsistemas do satélite foi concluída com sucesso, confirmando que todos os subsistemas do satélite operam conforme o especificado. A segunda fase, conhecida por fase de comissionamento, consiste em verificar a qualidade das imagens produzidas pelas câmeras do satélite, e inclui as calibrações geométricas e radiométricas. O comissionamento do satélite CBERS-4, que envolve instrumentos de alta complexidade, foi parcialmente concluída. O software de processamento de imagens necessitou de correções para que as imagens fossem processadas em “Modo de Rotina”, para que seja concluída a avaliação da qualidade das imagens. O serviço de apoio técnico ao comissionamento do satélite CBERS-4, incluindo as atividades de correção do software de processamento de imagens, foi celebrado somente em novembro de 2015. O término desta fase de comissionamento, para que o satélite entre em operação de rotina, está previsto para acontecer até maio de 2016. É importante ressaltar que em todas as passagens do satélite sobre o Brasil, os dados produzidos pelas quatro câmeras a bordo do satélite CBERS-4 têm sido gravados pelo INPE. Estes dados brutos encontram-se devidamente armazenados para oportuno processamento. Os dados já processados podem ser acessados no endereço eletrônico <http://www.dgi.inpe.br/catalogo/>, que, por ora, já disponibiliza em torno de 10 mil imagens do CBERS-4, referentes ao sensor MUX. Foi possível, ainda em 2015, concluir parcialmente o transporte dos equipamentos da China para o Brasil. Dois dos três embarques marítimos previstos já ocorreram e os materiais/equipamentos já se encontram nas instalações do INPE em São José dos Campos. O último dos embarques está em processo de inspeção da carga no porto de Tianjin/China e estima-se que a carga esteja no Brasil até março de 2016. Embora as quatro câmeras imageadoras ainda estejam em fase de testes e comissionamento, as avaliações preliminares indicam que as imagens devem garantir ao Brasil um aprimoramento em suas atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura, entre outras aplicações. É possível afirmar que os projetos de satélites da família CBERS foram de fundamental importância para o estabelecimento e a capacitação do setor industrial espacial nacional. Estes projetos capacitaram a indústria nacional para projetar e fabricar diversos subsistemas de satélites, tais como estruturas, suprimento de energia, painéis solares, propulsão de satélites, telecomunicação de bordo, câmeras ópticas imageadoras, gravadores digitais de dado e transmissores de imagens de satélites.

Para o Satélite Amazônia, que visa ampliar a capacidade nacional em observação da Terra, em 2015, foram concluídas as seguintes macro atividades: 1) Disponibilização das Antenas modelo de Voo do Subsistema de Transmissão de dados em banda X; 2) Término da fabricação dos modelos de voo do equipamento gravador de Dados; 3) Realização da revisão de entrega dos subsistemas OBDH e AOCS, os quais se encontram em processo de aceitação; 4) Recebimento do primeiro lote dos componentes para a confecção da cablagem do satélite; 5) Realização da revisão interna da missão; 6) Disponibilização dos modelos de voo do equipamento gravador de dados; 7) Realização de testes de compatibilidade entre subsistemas: AOCS e Propulsão, e módulo de serviço (Imageador, gravador de dados e transmissor); 8) Conclusão da qualificação térmica do satélite; 9) Definição das estratégias de FDIR dos subsistemas do módulo de carga útil. No entanto, em 2015, o desenvolvimento do projeto foi afetado pelo limite orçamentário

alocado inferior ao necessário, o que levou à reprogramação das contratações de modo que os desembolsos fossem compatibilizados. Isso fez com que as contratações previstas para serem realizadas simultaneamente fossem escalonadas. Vale ainda ressaltar que essa nova realidade postergou para 2016 a contratação do veículo lançador, item fundamental para o lançamento do satélite. Também foram postergadas para 2016 as contratações dos equipamentos remanescentes, a serem efetivadas por meio de convênio com a fundação de apoio (FUNCATE). Considerando o acima exposto, conclui-se que significativos avanços foram obtidos em várias frentes, porém, o projeto também foi afetado por fatores de natureza técnica, administrativas, legais e orçamentárias. Um dos pontos mais relevantes do desenvolvimento (a qualificação mecânica e térmica) já foi superado. As atividades de verificação funcional e interfaces (teste do modelo elétrico) estão em andamento e com o provimento dos equipamentos remanescentes, os testes integrados se iniciarão em 2016. Não havendo novos obstáculos ao cronograma, estima-se lançamento do satélite Amazonia-1 para o ano de 2018. Finalmente, no período do PPA 2012-2015, foram concluídos com sucesso 24 % da execução do programa, o que resultou num acumulado total de 69 %.

Por fim temos o Centro de Previsão e Monitoramento de Clima Espacial do INPE, membro da rede internacional ISES (International Space Environment Service), entidade que desenvolve, coordena e provê serviços operacionais de clima espacial, com a participação de diversos países. Destacamos que estes centros de previsão e monitoramento são uma inovação científica e tecnológica com alto valor agregado, e se encontram na fronteira do desenvolvimento científico e tecnológico associado às pesquisas espaciais. Dessa forma, por se tratar de um processo inovador, alguns atrasos e adaptações na construção e aperfeiçoamento desses centros podem ser esperados, em função da necessidade de adequar o projeto às realidades apresentadas. Dentre as atividades a serem ainda desenvolvidas para a conclusão da meta de implantação do sistema de monitoramento de clima espacial até constam: (1) contínuo investimento no serviço de manutenção de software e sistemas de monitoramento e previsão do clima espacial; (2) a finalização das instalações de equipamentos adquiridos em 2014 e 2015; (3) a implantação da solução de garantia de continuidade do monitoramento de clima espacial, que se traduz na construção de abrigo para receber os sistemas de estabilização e suprimento emergencial de energia; e (4) a implantação da solução de redundância dos sistemas de banco de dados em outra unidade do INPE. Estas etapas demandarão grandes esforços na superação de desafios, enfrentados desde 2012, os quais ainda persistem. Dentre esses desafios, ressaltam-se: (a) Para a implantação de sítios de coleta há restrições operacionais pela baixa qualidade ou inexistência de serviços de internet e/ou energia, além da dificuldade logística para o transporte dos sistemas até o sítio. (b) Nos processos de compras há uma excessiva demora nos trâmites, podendo comprometer a execução final e os prazos, particularmente no caso dos produtos importados, que exigem a realização de processos licitatórios internacionais, e a consequente longa espera nos processos de nacionalização para entrega. Como principais resultados alcançados em 2015, destacam-se: 1) realização de um exitoso workshop com usuários de produtos de clima espacial, cujo resultado tem sido usado para ajustar a implantação do sistema de monitoramento de clima espacial às necessidades dos usuários brasileiros; 2) assinatura pelo Ilmo. Sr. Ministro de Estado Aldo Rebelo, do acordo bilateral entre o INPE e a NOAA para o estabelecimento de uma estação de recepção de dados da constelação de satélites Cosmic, aumentando a capacidade geográfica de monitoramento de perturbações ionosféricas da América Sul para o Globo Terrestre; 3) instalação de um magnetômetro para o monitoramento de perturbações magnéticas na cidade de Vassouras (RJ); 4)

finalização do processo licitatório de projeto básico para a construção da casa de força e do sistema de estabilização de energia elétrica para o centro de monitoramento do clima espacial, e início do processo licitatório para a contratação da execução da obra. Também em 2015 optou-se por focar esforços na execução das ações de operação associadas ao monitoramento do clima espacial, disponibilizando relevantes informações sobre o clima em boletins diários, e comunicados à imprensa, quando aplicável. Em conclusão, mesmo com o ajuste do cronograma para a implantação do sistema de monitoramento de clima espacial até 2015, ainda não foi possível concluí-la totalmente. Fatores ocorridos ao longo de todo PPA 2012-2015, tais como restrições orçamentárias, a redução no quadro de Recursos Humanos do INPE e o incremento das exigências legais para a execução de obras no setor público, impediram que a meta fosse completamente concluída. Como resultado efetivo alcançado, estima-se a implantação de 98% da meta.

Objetivos Específicos fixados no Plano Diretor 2011-2015

O Quadro abaixo foi extraído do relatório anual do Termo de Compromisso de Gestão (TCG) 2015, cujo objeto é ajustar as condições específicas no relacionamento entre o MCTI, por meio da sua Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa, denominada SCUP e o INPE e assegurar a essa Unidade as condições necessárias ao cumprimento de sua missão e de seu Plano Diretor – PD 2011-2015. Ele representa os objetivos e metas estabelecidas para o exercício, decorrentes do planejamento estratégico desta UPC. Para resultados superiores ou inferiores ao pactuado, uma justificativa será apresentada.

Quadro 6 - Objetivos Específicos fixados no Plano Diretor 2011-2015

	Objetivo Específico	Indicativo/ Indicador	Unidade	Peso	Realizado 2011	Realizado 2012	Realizado 2013	Realizado 2014	Realizado 2015	Total previsto na vigência do P.D. 2011- 2015
1	Implantar até 2014 o Centro de Ciências do Sistema Terrestre (1)	Centro implantado	%	2	70	60	90	98	100	100
2	Melhorar a qualidade da previsão de tempo, aumentando a confiabilidade dos dados e aprimorando a resolução espacial (2)	Aumento do acerto da previsão de precipitação	%	3	17,1	19,5	19,5	20	20	20
3	Implantar o sistema de ALERTA de tempestades geomagnéticas através do programa de estudos e previsão do clima espacial	Sistema implantado	%	2	80	90	100	-	-	100
4	Implantar, até 2012, o laboratório multiusuário de supercomputação para tempo, clima e mudanças climáticas	Laboratório implantado	%	2	90	100	-	-	-	100
5	Implantar a Rede Internacional de Distribuição de Imagens, com 4 estações na África, América do Norte e Europa (3)	Número de estações operacionais no exterior	número de estações operacionais	3	-	-	-	-	-	-

	Objetivo Específico	Indicativo/ Indicador	Unidade	Peso	Realizado 2011	Realizado 2012	Realizado 2013	Realizado 2014	Realizado 2015	Total previsto na vigência do P.D. 2011- 2015
6	Lançar, em 2013, o satélite CBERS-3 (4)	Satélite lançado	%	3	91	97	100	-	-	100
7	Lançar, em 2014, o satélite CBERS-4 (4)	Satélite lançado	%	2	21	30	75	100	100	100
9	Lançar, em 2015, o satélite Amazônia-1 (4)	Satélite lançado	%	3	70	76	78	62	69	100
10	Desenvolver o satélite Amazônia-1B até 2017 (4)	Satélite desenvolvido	%	1	4	-	6	10	12	70
11	Desenvolver o satélite Amazônia-2 até 2019 (4)	Satélite desenvolvido	%	1	0	0	0	0	0	40
12	Desenvolver o satélite Lattes até 2018 (5)	Satélite desenvolvido	%	3	45	55	56	53	-	75
13	Desenvolver o satélite SABIA-Mar até 2019 (6)	Satélite desenvolvido	%	2	2	2	3	-	-	-
15	Desenvolver o satélite SAR (Satélite de Observação da Terra por Radar) até 2020 (6)	Satélite desenvolvido	%	2	10	-	11	-	-	-

20	Desenvolver tecnologias críticas para o setor espacial (7)	Tecnologia desenvolvida	número por ano	3	1	5	11	20	26	12
21	Realizar o monitoramento dos biomas nacionais por satélites (8)	Área mapeada por ano	km ²	3	4x10 ⁶	4x10 ⁶	4x10 ⁶	4x10 ⁶	4x10 ⁶	7x10 ⁶

- (1) Valores de meta ajustados para ficarem em acordo com o pactuado no produto intermediário do PO 0002 da Ação Orçamentária 20VA.
- (2) Valores de meta ajustados para ficarem em acordo com o relatado em SIOP para o objetivo 0990 do Programa 2050
- (3) A implantação da Rede Internacional de Distribuição de Imagens está fora da governabilidade do INPE, por envolver ações de outros países
- (4) Objetivos específicos atualizados em função de alinhamento com o PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais 2012-2021.
- (5) O projeto foi revisado e formalizada sua descontinuidade.
- (6) A partir de 2014, o Satélite SABIA-Mar e SAR estão sob a responsabilidade da Agência Espacial Brasileira.
- (7) Foram corrigidos os valores das colunas com os valores acumulados no período 2011-2015.
- (8) Corresponde apenas ao Bioma Amazônia.

Meta (Linha 01): “Implantar até 2014 o Centro de Ciências do Sistema Terrestre.”
Justificativa: Meta concluída.

Meta (Linha 02): “Melhorar a qualidade da previsão de tempo, aumentando a confiabilidade dos dados e aprimorando a resolução espacial.”
Justificativa: Meta Concluída

Meta (Linha 03): “Implantar o sistema de ALERTA de tempestades geomagnéticas através do programa de estudos e previsão do clima espacial.”
Justificativa: Meta concluída.

Meta (Linha 04): “Implantar, até 2012, o laboratório multiusuário de supercomputação para tempo, clima e mudanças climáticas.”
Justificativa: Meta concluída.

Meta (Linha 05): “Implantar a Rede Internacional de Distribuição de Imagens, com 4 estações na África, América do Norte e Europa.”
Justificativa: Meta cancelada.

Meta (Linha 06): “Lançar, em 2013, o satélite CBERS-3.”
Justificativa: Meta concluída.

Meta (Linha 07): “Lançar, em 2014, o satélite CBERS-4.”
Justificativa: Meta concluída

Meta (Linha 09): “Lançar, em 2015, o satélite Amazônia-1.”
Justificativa: Foram desenvolvidas nove macro atividades: 1) Disponibilização das Antenas modelo de Voo do Subsistema de Transmissão de dados em banda X; 2) Término da fabricação dos modelos de voo do equipamento gravador de Dados; 3) Realização da revisão de entrega dos subsistemas Tratamento de Dados (OBDH) e Controle de atitude e órbita (AOCS), os quais se encontram em processo de aceitação; 4) Recebimento do primeiro lote dos componentes para a confecção da cablagem do satélite; 5) Realização da revisão interna da missão; 6) Disponibilização dos modelos de voo do equipamento gravador de dados; 7) Realização de testes de compatibilidade entre subsistemas: AOCS e Propulsão, e módulo de serviço (imageador, gravador de dados e transmissor); 8) Conclusão da qualificação térmica do satélite; 9) Definição das estratégias para detecção de falhas, isolamento e recuperação (FDIR) dos subsistemas do módulo de carga útil.

Meta (Linha 10): “Desenvolver o satélite Amazônia-1B até 2017.”
Justificativa: Não foi alocado nenhum recurso orçamentário para o satélite Amazônia 1-B em 2015. No entanto, como esse satélite é derivado do satélite Amazônia 1, serão utilizados no desenvolvimento equipamentos sobressalentes desse satélite. Deste modo, obtiveram-se avanços devido à evolução do Amazônia-1. Os principais avanços estão relacionados ao subsistema ACDH, disponibilização do gravador de dados, revisão de sistema e conclusão dos testes térmicos.

Meta (Linha 11): “Desenvolver o satélite Amazônia-2 até 2019.”
Justificativa: O satélite Amazônia-2 foi idealizado para ser uma evolução do Amazônia-1. Está prevista uma atualização principalmente nas câmeras, as quais requerem um

longo período de desenvolvimento. Entretanto, o desenvolvimento da câmera AWF1 não foi retomado e não foram alocados recursos financeiros para o Amazônia-2. Dado este cenário, a missão Amazônia-2, hoje, tem previsão de ser concluída em 2022, desde que os recursos (financeiros e pessoal) necessários sejam disponibilizados.

Meta (Linha 12): “Desenvolver o satélite Lattes até 2018.”

Justificativa: Devido à complexidade tecnológica e elevados custos envolvendo um único satélite para atender as missões EQUARS e MIRAX, em 2015 formalizou-se a descontinuidade deste projeto.

Meta (Linha 13): “Desenvolver o satélite SABIA-Mar até 2019.”

Justificativa: A partir de 2014, o Satélite SABIA-Mar passou para a responsabilidade da Agência Espacial Brasileira (AEB).

Meta (Linha 15): “Desenvolver o satélite SAR até 2020.”

Justificativa: A partir de 2014, o Satélite SAR está sob a responsabilidade da Agência Espacial Brasileira.

Meta (Linha 20): “Desenvolver tecnologias críticas para o setor espacial.”

Justificativa: No ano de 2015 foram concluídos seis produtos e processos inovadores nas áreas de novos materiais e sensores, tecnologia de plasma, combustão e propulsão, e computação e matemática aplicada: (1) Elemento sensor de gases tóxicos baseado em filmes de óxido de zinco, produzidos por implantação de átomos de zinco em silício, para detecção dos gases acetileno e dióxido de carbono; (2) Processo de deposição de diamante-CVD sobre nano tubos de carbono, gerando eletrodos de altas áreas superficiais, utilizando uma rota líquida para a sementeira; (3) Preparação de dois lotes de alumina em forma de pastilhas esféricas para suporte de catalizadores de irídio e de irídio/rutênio para propulsores de satélites; (4) Software EDDA – estimador da massa e distribuição espacial de chuva convectiva a partir de dados de descargas elétricas atmosféricas nuvem-solo; (5) Sinterização de um lote de pastilhas de cerâmica absorvedora de radiação e partículas ionizantes para uso em satélites e aeronaves; (6) catalisadores mássicos à base de óxidos mistos de cobalto e manganês para a decomposição do óxido nítrico e peróxido de hidrogênio para aplicações aeroespaciais. Verifica-se um quantitativo acima da meta estabelecida para o período que é de quatro tecnologias por ano. Este bom desempenho na parte técnica, assim como, na parte acadêmica, com a publicação de resultados científicos e formação de pessoal, evidencia a excelente qualificação e o alto grau de comprometimento de toda a equipe do CTE. Destaca-se, também, a colocação de uma patente relacionada com cerâmicas e pós absorvedores de radiação e partículas ionizantes para uso em satélites e aeronaves. Os resultados registrados nos anos anteriores (2011-2014) não foram acumulativos. Deste modo, está sendo corrigida a somatória das tecnologias desenvolvidas no período 2011-2015. O total de tecnologias desenvolvidas é de 26 tecnologias.

Meta (Linha 21): “Realizar o monitoramento dos biomas nacionais por satélites.”

Justificativa: A área de 4.000.000 km² é referente apenas à região amazônica. Para os demais biomas estão sendo buscados recursos extra orçamentários para o desenvolvimento e execução dos levantamentos dos níveis de referência de emissão florestal que requer mapeamentos em tempos pretéritos e sistemas de monitoramento anual de desmatamento, de detecção em tempo real de desmatamento e de levantamento do uso da terra das áreas desmatadas.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O INPE considera que está inserido no contexto dos planos estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação: PNAE e ENCTI. Isso não significa que o INPE se furte de realizar seu planejamento estratégico, que é concretizado em seu Plano Diretor que já caminha para sua terceira edição.

O primeiro Plano Diretor do INPE (2007-2011) marcou a conclusão do processo de planejamento estratégico e representou o início de um novo ciclo no Instituto, expressando seu compromisso com o governo e com o país, para desenvolver ciência, tecnologia e inovação diferenciadas e voltadas às demandas nacionais.

O segundo Plano Diretor (2011-2015) representou os anseios e as perspectivas do INPE em relação aos investimentos em tecnologia de ponta, como os necessários à área espacial, que possibilitam aliar os benefícios sociais à promoção de inovação em nossa indústria.

O terceiro Plano Diretor (2016-2019) vem sendo elaborado desde o final de 2014 com previsão de entrar em vigência em 2016. Este Plano se alinha aos programas nacionais e aos instrumentos de governança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e reflete a maturidade alcançada em uma década de atuação sob as diretrizes do Planejamento Estratégico. Estruturado em três camadas – acesso ao espaço, aplicações e infraestrutura –, o documento destaca o papel do INPE como gerador de conhecimento de fronteira, de pesquisa aplicada e de produtos e serviços inovadores em benefício da sociedade, sem perder de vista as necessidades urgentes do Instituto na área de gestão.

Além disso, no ano de 2015 o Instituto participou ativamente em oficinas, realizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI), nas quais foram estruturados os programas, seus objetivos, metas e iniciativas para o novo PPA 2016-2019. A participação proativa dos representantes do Instituto nas oficinas resultou na inserção do INPE em sete Programas finalísticos, dois a mais do que no PPA 2012-2015.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

De acordo com seu Regimento Interno (Portaria MCTI no 897/2008), “o INPE tem como finalidade realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, atividades operacionais e capacitação de recursos humanos nos campos da Ciência Espacial e da Atmosfera, da Observação da Terra, da Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, da Engenharia e Tecnologia Espacial e áreas do conhecimento correlatas, consoante à política definida pelo Ministério”. O Regimento Interno também define a Missão do Instituto: “Produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil”.

Podemos observar, portanto, que a participação do INPE nos seguintes Programas do PPA 2011-2015, está perfeitamente aderente à Missão e à finalidade do Instituto, portanto às suas competências: Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Informação; Programa 2036 – Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios; Programa 2050 – Mudanças Climáticas e Programa 2056 – Política Espacial.

Na mesma linha, os Objetivos Estratégicos do Plano Diretor (já mencionados no item Planejamento Organizacional) e os Objetivos Específicos do Termo de Compromisso de Gestão (TCG), acordado anualmente entre o INPE e o MCTI (já mencionados no item Descrição sintética dos objetivos do exercício) também tem plena aderência e Missão e finalidade do Instituto.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos fixados no PPA.

O acompanhamento e monitoramento do cumprimento dos planos fixados no PPA, desta UPC, são realizados de acordo com as diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e acontecem semestralmente. Excepcionalmente no ano de 2015 os monitoramentos foram feitos somente com resultados anuais, no início de 2016. O instrumento utilizado é o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

Existem dois tipos de monitoramento: o monitoramento quantitativo LOA para as Ações e Planos Orçamentários e o monitoramento qualitativo PPA para os Objetivos e Metas.

Com relação ao monitoramento quantitativo LOA (Ações e Planos Orçamentários), o objetivo é obter subsídios para tomadas de decisão e identificar pontos frágeis e restrições. As informações são cadastradas diretamente no SIOP pelos coordenadores executivos de Ação e responsáveis dos Planos Orçamentários em data definida pelo MPOG. O INPE, no PPA 2012-2015, tinha como responsabilidade duas Ações e dezenove Planos Orçamentários. Cabe salientar que até o primeiro semestre de 2015 este monitoramento era realizado no Sistema de Informações Gerenciais do MCTI – SigMCT.

Para o monitoramento qualitativo PPA (Objetivos, Metas) prima-se em discorrer sobre a linha de ação proposta para alcance dos resultados. As informações são cadastradas diretamente no SIOP, pelos respectivos responsáveis, também em data definida pelo MPOG. Como responsabilidade do Instituto, neste PPA, destacamos: três Indicadores, dois Objetivos e doze Metas.

Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos estratégico, tático e operacional

O monitoramento da execução e resultados dos planos estratégico, tático e operacional desta UPC é realizado por meio dos seguintes documentos:

A) Termo de Compromisso de Gestão (TCG) - Relatório Semestral, Anual e Pactuação

O TCG é um instrumento pactuado anualmente entre o INPE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), no qual estão estabelecidas as metas a serem alcançadas pela instituição no período de vigência.

Além deste documento de pactuação outros dois relatórios são realizados ao ano: um semestral (de acompanhamento) e um anual (de avaliação).

Esses relatórios de gestão são realizados de acordo com as diretrizes do MCTI/Secretaria Executiva/Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa e são compostos por três partes.

Na primeira parte são descritos os resultados em conformidade com o modelo de gestão adotado por este Instituto, que consiste em ancorar o planejamento e acompanhamento nas Ações/Planos Orçamentários.

Na segunda parte são apresentados os estágios de implementação dos objetivos específicos pactuados que, por sua vez, estão alinhados ao Plano Diretor do INPE 2011-2015.

Na terceira parte são apresentados os resultados obtidos por meio de uma lista de indicadores de produção científica, tecnológica, industrial e de gestão, seguida de comentários e justificativas.

B) Relatório de Gestão

Documento encaminhado anualmente ao Tribunal de Contas da União – TCU. É composto por um conjunto de demonstrativos e documentos de natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e operacional que objetiva a prestação de contas das unidades da Administração Pública Federal sujeitas a sua jurisdição.

C) Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários - TED

Este documento objetiva dar maior agilidade e regulamentação as descentralizações de créditos orçamentários efetuados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, inclusive pelas suas entidades vinculadas e também prover mecanismos que permitam a manutenção, o controle e o acompanhamento destas Descentralizações, nos termos da legislação em vigor, Portaria MCTI nº 682, de 07.07.2014.

No caso desta UPC estes termos são pactuados anualmente, com a Agência Espacial Brasileira – AEB, que representa a unidade orçamentária para as Ações 20UZ; 20VB e 20VC do Programa Política Espacial. Para estas Ações, no PPA 2012-2015, o INPE respondia por onze Planos Orçamentários. Juntamente com as pactuações são elaborados Planos de trabalho para prestação de contas a cada final de exercício.

2.3 Desempenho orçamentário

A demora na publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 13.115), ocorrida em 20 de abril de 2015, e do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, apenas em 22 de maio de 2015, levaram a um atraso na definição dos limites de empenho e, conseqüentemente, na liberação completa do orçamento para o INPE em 2015. Os créditos provenientes diretamente do MCTI foram provisionados na forma de duodécimos até o mês de abril, e somente no final de maio foram recebidos na sua totalidade. Os limites de empenho dos créditos do Programa de Política Espacial, descentralizados para o Instituto pela AEB por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), foram definidos apenas em meados de julho. A definição tardia destes limites, num ano de forte restrição orçamentária, fez com que a Instituição enfrentasse muitos desafios para adequar a disponibilidade de recursos aos compromissos contratuais assumidos, especialmente em relação aos contratos de manutenção e funcionamento das infraestruturas instaladas. Esses contratos passam por reajustes anuais em decorrência de repactuações e, especialmente no caso dos contratos para fornecimento de energia elétrica, houve expressivo aumento de tarifa em 2015. É importante ressaltar que o corte nos recursos de custeio da Ação 2000 (Administração da Unidade), que historicamente tem sido insuficiente para custear uma estrutura de 12 Unidades espalhadas pelo território nacional, dificultou a execução orçamentária desta UPC. Neste contexto, procurou-se concentrar os cortes em capital para preservar, dentro do possível, os créditos de custeio necessários para manter o Instituto em condições mínimas de operação.

Também há de se considerar as dificuldades geradas pelo limite financeiro disponibilizado, que ficou aquém das necessidades do Instituto. A liberação de recursos financeiros ocorreu praticamente em função da necessidade de pagamentos das faturas e notas fiscais em cada mês, principalmente os recursos oriundos dos TEDs.

Embora tenha havido escassez de recursos, o Instituto atingiu bom desempenho operacional, o que decorreu, em grande parte, do esforço realizado pelas equipes das áreas envolvidas, ainda que o quadro de servidores esteja fortemente fragilizado em razão das aposentarias de servidores e da falta de reposição de mão-de-obra qualificada.

2.3.1 Execução física e financeira da LOA de responsabilidade da unidade

O INPE é responsável por apenas duas ações do OFSS, a Ação 20UI e a Ação 20V9. Os demais recursos provêm de Planos Orçamentários associados a outras cinco ações também do OFSS sob responsabilidade do MCTI e da AEB, a saber, Ação 20VA e Ação 2000 (MCTI) e Ações 20VB, 20VC e 20UZ (AEB).

A seguir são apresentados os quadros das Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS:

Quadro 7 - Quadro – Ação 20UI

Identificação da Ação						
Código 19.571.2021.20UI	Tipo: Atividade					
Título	Ciência, Tecnologia & Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Iniciativa	182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI					
Objetivo	Código: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.					
Programa	Código: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.012.550,00	7.012.550,00 (1)	5.859.887,33 (2)	4.655.298,03	4.635.132,35	20.165,68	1.204.589,30
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Artigo publicado		unidade		10		18
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas (3)			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.091.770,02	1.001.531,47	54.961,33	-		-	-

(1) O Limite de Empenho da Ação 20UI para o INPE foi R\$ 5.902.793,00;

(2) O valor de R\$ 35.760,00 do Plano Orçamentário 0003 da Ação 20UI foi descentralizado por meio de TED para a UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) para acesso à rede física e lógica

(3) A liquidação de restos a pagar não processados não influenciou a execução da meta, que já tinha sido superada.

Na execução física da Ação 20UI em 2015, o INPE aprimorou o foco das pesquisas espaciais em desafios regionais realizadas nos Centros Regionais do Instituto, o que foi feito por meio de projetos de desenvolvimento tecnológicos inovadores nucleados no CRA (Centro Regional da Amazônia), no CRN (Centro Regional do Nordeste) e no CRS (Centro Regional Sul) e da operação continuada de serviços prestados à sociedade. Os resultados das iniciativas lideradas em Belém (PA), Natal (RN) e Santa Maria (RS), além de exceder a meta com margem significativa, totalizando 18 artigos publicados (7 em revistas de referência internacional e 11 em conferências nacionais e internacionais), marcam a contribuição do INPE no IGBP com a publicação da Newsletter 12, em outubro de 2015 (que pode ser visualizada no endereço: www.globallandproject.org). O foco do CRA em tecnologias de monitoramento de florestas tropicais e uso da terra gerou o projeto de vulto em “mapeamento do uso e cobertura da terra na Amazônia Legal”, aprovado em maio/2015 com recursos do Fundo Amazônia/BNDES; o foco do CRN na modernização do sistema de coleta de dados ambientais do INPE promoveu o desenvolvimento de tecnologias inovadoras a bordo de missões nanosatélites, tais como a constelação CONASAT e o subsistema de telecomunicação DCS, e, em solo, a operação do SINDA (Sistema Integrado de Dados Ambientais), que disponibiliza via web os dados ambientais coletados pelos satélite CBERS-4; o foco no CRS em pesquisas afins ao Programa Clima Espacial nucleou o desenvolvimento de novos instrumentos científicos embarcados na família NanosatC-Br em colaboração com universidades regionais (UFSM e URGs).

Quadro 8 - Quadro – Ação 20V9

Identificação da Ação						
Código 19.542.2036.20V9	Tipo: Atividade					
Título	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais					
Iniciativa	01KU - Monitoramento da cobertura da terra na Amazônia e demais biomas brasileiros por satélite					
Objetivo	Código: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.					
Programa	Código: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.389.700,00	6.389.700,00 (1)	4.823.118,85	4.287.784,83	4.156.852,32	130.932,51	535.334,02
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Mapa divulgado		Unidade	365		365	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas (2)			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.360.718,05	1.326.067,40	17.997,09	-	-	-	

(1) O Limite de Empenho da Ação 20V9 para o INPE foi R\$ 4.824.142,00;

(2) A liquidação de restos a pagar não processados não influenciou a execução da meta, que já tinha sido superada.

Os resultados físicos da Ação 20V9 foram alcançados com a divulgação dos trezentos e sessenta e cinco mapas gerados no ano passado. Em 2015, a situação do Monitoramento da Cobertura da Terra continuou igual aos anos anteriores, sendo realizado somente o bioma Amazônia. A falta de recursos orçamentários impossibilitou, ao longo de todo PPA 2012-2015, a expansão do monitoramento da cobertura vegetal para os demais biomas brasileiros. Esta expansão possibilitaria atender às novas demandas de monitoramento necessárias para a implementação de políticas para a remuneração por redução de desmatamento e degradação florestal – REDD+. Conforme orientações do MCTI, para a viabilização da expansão de biomas, uma busca de recursos extraorçamentários seria necessário. Cabe salientar que esta captação de recursos extraorçamentários, para o monitoramento dos demais biomas, está em curso com a aprovação em instância nacional da proposta ao Programa de Investimento Florestal (FIP) do Fundo Clima do Banco Mundial e atualmente aguardando a aprovação pelo comitê do FIP no Banco Mundial. Este recurso garantirá a execução do monitoramento do desmatamento atual no bioma Cerrado. Ainda para o bioma Cerrado está sendo executado o levantamento do desmatamento pretérito para o período de 2000 a 2010, com recursos do Governo Alemão, dentro do Projeto Cerrado-Jalapão liderado pelo MMA, do qual o INPE faz parte com atividades de monitoramento de desmatamento e de áreas com cicatrizes de incêndio florestais. Foi também submetida ao Fundo Amazônia do BNDES uma carta consulta para uma proposta para a realização da linha de base e implementação de sistemas de monitoramento de desmatamento para os demais biomas, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Campos Sulinos. Todas estas atividades foram consolidadas como objetivos de governo com a edição da Portaria 365 de 27/11/2015 do MMA que estabelece o Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros e designa o INPE e o IBAMA como os responsáveis pela implementação deste Programa e da utilização das informações a serem por ele produzidas como instrumento de controle de desmatamento e de gestão de terras no Brasil. Quanto ao monitoramento do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais, a abrangência é para todos os biomas. Em 2015 foram gerados todos os produtos operacionais previstos para monitoramento, os quais são apresentados e distribuídos em <http://www.inpe.br/queimadas>.

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A programação orçamentária originária do Instituto apresenta valores superiores ao encaminhado e aprovado na LOA, visto que as necessidades do INPE para a execução das atividades e compromissos pactuados no PPA vigente foram e continuam sendo maiores que os limites do Orçamento. Em 2015, especificamente, o contingenciamento orçamentário agravou esta situação. A seguir são apresentados os eventos que prejudicaram o desenvolvimento das ações do Instituto ao longo de 2015: (1) demora na definição do limite de empenho e descentralização dos créditos orçamentários; (2)

contingenciamento de recursos em torno de 14% nos Planos Orçamentários das Ações 20UI, 20VA, 20V9 e 2000, provisionados diretamente pelo MCTI, e cerca de 23% nos Planos Orçamentários das Ações 20UZ, 20VB e 20VC, descentralizados pela AEB por meio de TED; (3) redução no quadro efetivo de servidores, evidenciada pelo alto número de aposentadorias, sem que houvesse as reposições necessárias, especialmente nas áreas de compras, licitação e finanças envolvidas na gestão do Instituto, com consequente perda de *expertise*, uma vez que nessas áreas a capacitação é complexa, demorada e exige aprimoramento permanente; (4) restrições jurídicas decorrentes do nível de complexidade inerente aos processos de C,T&I.

2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve registro de nenhuma obrigação assumida sem respectivo crédito autorizado no orçamento

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

De forma geral, a ocorrência de altos valores classificados como restos a pagar é decorrente do atraso na definição do contingenciamento e na liberação dos recursos orçamentários e da demora na elaboração dos processos licitatórios, ocasionada pela complexidade inerentes a elaboração dos processos na área de C&T, e também pela redução do quadro de servidores e consequente falta de pessoal qualificado e capacitado.

A) UG 240106 – São José dos Campos

Quadro 9 – Quadro restos a pagar inscritos em Exercícios Anteriores (São José dos Campos)

UG Executora: 240106: INPE - S.J.CAMPOS – MCTI

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	41.930.400,45	31.829.068,09	1.061.806,17	9.039.526,19
2013	19.367.876,81	9.355.825,32	14.956,30	9.997.095,19
2012	3.384.523,33	365.126,79	0,00	3.019.396,54
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	359.656,87	286.398,00	0,00	73.258,87
Total	65.042.457,46	41.836.418,20	1.076.762,47	22.129.276,79

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	2.342.489,13	2.337.081,41	88,75	5.318,97
2013	4.213.775,79	4.213.775,79	0,00	0,00
2012	2.315.042,45	2.304.914,39	0,00	10.128,06
2011	24.914,81	24.914,81	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	8.896.222,18	8.880.686,40	88,75	15.447,03

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica - UG Executora:

240106: INPE São José dos Campos

A permanência de Restos a Pagar Não Processados, por mais de um exercício financeiro sem pagamento, tem como razão alguns aspectos tais como: plurianualidade da vigência contratual, alterações no cronograma físico-financeiro da contratação, princípio da economicidade por se tratar de processos licitatórios complexos, entregas parciais aguardando solução de continuidade.

B) UG 240107 - Natal

Quadro 10 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores (Natal)

UG Executora 240107 INPE - NATAL – MCTI

Ano Emissão NE CCor	Item Informação		RP Não Processados - Montante 01/01/2015	RP Não Processados - Pagamento	RP Não Processados - Cancelamento	RP Não Processados - Saldo a Pagar em 31/12/2015
	UG Executora		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
2014	240107	INSTIT.NAC.D E PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT	605.675,43	543.972,67	44.644,93	17.057,83
2013	240107	INSTIT.NAC.D E PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT	55.900,00			55.900,00
2010	240107	INSTIT.NAC.D E PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT	17.959,32	2.709,27		15.250,05
Total			679.534,75	546.681,94	44.644,93	88.207,88

Análise Crítica dos restos a pagar - UG Executora:

240107 INPE - NATAL - MCTI

a) No âmbito do Centro Regional do Nordeste não há registro de impactos na gestão financeira decorrentes do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores

b) As razões da permanência de Restos a Pagar por mais de um exercício financeiro sem o pagamento são as seguintes:

RP de 2013 – Trata-se de equipamento não entregue pelo contratado. Tendo em vista que ainda não se decidiu quanto ao mérito da rescisão contratual, e tendo a empresa realizado a entrega provisória e parcial do objeto contratual, e tendo a Administração recusado a aceitá-lo, opta-se pela manutenção da referida Nota de Empenho na inscrição de Restos a Pagar não Processados a Liquidar em razão do disposto no § 3º, I, e § 4º, I, do art. 68 do Decreto nº 98.872/86.

RP de 2010 – Trata-se de processo tramitando na justiça com mandado de bloqueio. Crédito devido em virtude de aceitação integral do serviço prestado ao INPE à época. Em virtude de decisão judicial, o crédito foi bloqueado pelo Poder Judiciário. Em 2015, houve a retenção dos valores devidos de INSS.

c) Não há existência de registro no SIAFI como “vigentes” de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de referência do relatório de gestão sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

C) UG 240108 – INPE - Cachoeira Paulista

Quadro 11 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

UG Executora 240108 INPE – Cachoeira Paulista - MCTI

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano de 2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2015
2014	3.779,50	3.779,50	-	-
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano de 2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2015
-	-	-	-	-

Análise Crítica – Cachoeira Paulista

Os respectivos empenhos de restos a pagar são em consequência de compras realizadas no final do exercício, geralmente no mês de dezembro, e que os fornecedores não conseguem entregar. Neste caso, os empenhos são inscritos em restos a pagar não processados.

Os contratos obedecem o plano plurianual. Os serviços prestados no mês de dezembro são faturados pela empresa no primeiro dia útil do mês subsequente, o que naturalmente coloca o empenho reservado para a liquidação e o pagamento em Restos a Pagar.

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 12 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS					
UG/GESTÃO:	240106					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	01	01	-	800.000,00	1.911.899,42	800.000,00
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
...						
Totais	01	01	-	800.000,00	1911.899,42	800.000,00

Fonte: Convênios Nacionais INPE

Quadro 13 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

UNIDADE CONCEDENTE					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS					
UG/GESTÃO: 240106					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	
		Montante Repassado	1.170.420,44	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	

Fonte: Convênios Nacionais INPE

Quadro 14 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE				
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS				
UG/GESTÃO: 240106				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	01	-	
	Quantidade reprovada	-	-	
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	
	Montante repassado (R\$)	1.170.420,44	-	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
	Montante repassado (R\$)	-	-	
Fonte: Convênios Nacionais INPE				

Quadro 15 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS					
UG/GESTÃO: 240106					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
...					
...					

Análise Crítica, Análise de Riscos e Estrutura de Controle Interno, Visão Gerencial

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE vem se estruturando e implementando rotinas para acompanhamento, fiscalização e gestão dos convênios nacionais celebrados com repasse de recursos financeiros da ICT.

Os convênios com repasse de recursos para outros órgãos/instituições são inseridos e acompanhados via sistema do governo federal SICONV – portal dos convênios. Atualmente estão sendo elaborados e implementados os primeiros casos, entre eles, dois convênios celebrados com a fundação de apoio desta ICT, discriminados nos quadros acima.

O INPE possui também convênios, acordos e protocolos nacionais sem repasse de recursos financeiros entre os partícipes. Atualmente o Instituto possui cerca de 35 (trinta e cinco) instrumentos vigentes assinados com universidades, institutos, empresas privadas, empresas de economia mista e fundações.

Em 2015, foi feita, analisada e aprovada - dentro dos prazos estipulados - a prestação de contas final do Convênio 802083/2014. Neste instituto, as prestações de contas parciais e finais, são analisadas e aprovadas pelo próprio gestor/coordenador do convênio e/ou seu substituto. O gestor tem como responsabilidade e autoridade a verificação da execução do plano de trabalho, cumprimento dos prazos estipulados, bem como a quantidade e qualidade da execução do objeto do respectivo instrumento.

Tratando-se de uma quantidade pequena de convênios com repasses celebrados pelo INPE, e de um procedimento de trabalho relativamente novo, o Instituto vem inovando na construção, validação e acompanhamento dos indicadores de efetividade, eficiência, eficácia e economicidade para os casos que couber, com o objetivo de auxiliar a gestão destes instrumentos jurídicos e otimização dos recursos financeiros da união envolvidos nos instrumentos.

2.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Atualmente o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE conta com 03 (três) servidores designados para acompanhamento e controle dos convênios nacionais, conforme DE/DIR-2115.07. Suas atribuições visam instruir os interessados sobre os procedimentos a serem seguidos para elaboração das propostas de convênios e instrumentos congêneres, a serem submetidos à AGU/CJU, tais como: verificar a instrução processual conforme disposto na legislação pertinente; elaborar e encaminhar as vias definitivas dos convênios e instrumentos congêneres para as assinaturas de seus participantes; encaminhar à Gestão da Comunicação Normativa – GCN do Instituto a solicitação de portaria de designação de coordenador de convênio, esta baseada em documento próprio constante do processo, indicado e aprovado pelo Coordenador da área interessada; elaborar e criar planilhas, controles e outros mecanismos para acompanhamento das parcerias nacionais. Esses servidores não participam da análise das prestações de contas parciais e finais.

Cabe salientar que as prestações de contas parciais e finais são analisadas e aprovadas pelo próprio gestor/coordenador do convênio e/ou seu substituto. O gestor tem como responsabilidade e autoridade a verificação da execução do plano de trabalho, cumprimento dos prazos estipulados, bem como a quantidade e qualidade da execução do objeto do convênio.

2.3.6 Informações sobre a execução das despesas

A) UG 240106 – São José dos Campos

Quadro 16 - Despesas por modalidade de contratação

UG Executora: 240106: INPE São José dos Campos - MCTI

TOTAL DA UG 240106				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	38.443.131,15	40.845.143,58	35.604.894,47	40.616.138,31
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	1.867.339,88	2.383.663,38	1.225.662,20	2.383.663,38
d) Pregão	36.575.791,27	38.461.480,20	34.379.232,27	38.232.474,93
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	23.752.727,37	22.253.305,23	20.747.519,67	20.141.373,37
h) Dispensa	22.718.251,92	21.735.556,13	19.728.577,92	19.638.992,11
i) Inexigibilidade	1.034.475,45	517.749,10	1.018.941,75	502.381,26
3. Regime de Execução Especial	38.886,30	40.843,50	38.886,30	40.843,50
j) Suprimento de Fundos	38.886,30	40.843,50	38.886,30	40.843,50
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	861.544,10	3.289.811,26	861.544,10	3.289.811,26
k) Pagamento em Folha	101.740,54	89.473,85	101.740,54	89.473,85
l) Diárias	759.803,56	3.200.337,41	759.803,56	3.200.337,41
5. Outros	4.830.198,69	3.393.381,82	4.830.198,69	3.391.829,52
6. Total (1+2+3+4+5)	67.926.487,61	69.822.485,39	62.083.043,23	67.479.995,96

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Verifica-se no quadro acima que a distribuição de despesa por modalidade se apresenta de forma geral constante nos dois últimos anos, destacando-se a concentração de gastos por meio de pregão eletrônico em atendimento as disposições legais.

Observa-se também que houve redução dos gastos com diárias e passagens, decorrente da limitação imposta pela Portaria 172 de 27 de maio de 2015 e do encerramento da campanha de lançamento do CBERS 4 ocorrido em 2014.

Quadro 17 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

UG Executora: 240106: INPE São José dos Campos - MCTI

<i>DESPESAS CORRENTES</i>								
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>
<i>1. Pessoal</i>								
<i>92 - Despesas de Exercícios Anteriores</i>	50.070,98	0,00	50.070,98	0,00	0,00		50.070,98	0,00
<i>13 - Obrigações Patronais</i>	40.960,51	59.689,02	40.960,51	59.689,02	0,00		40.960,51	59.689,02
<i>07 - Contribuição a Entidade Fechada previdência</i>	10.709,05	29.784,83	10.709,05	29.784,83	0,00		10.709,05	29.784,83
<i>Demais elementos do grupo</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
<i>2. Juros e Encargos da Dívida</i>								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
<i>3. Outras Despesas Correntes</i>								
<i>39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica</i>	48.396.455,09	52.507.478,58	38.544.169,41	33.908.083,58	9.852.285,68	18.599.395,00	35.554.020,01	31.599.882,20
<i>37 - Locação de Mão de Obra</i>	21.291.033,50	21.868.064,27	19.463.304,19	19.813.076,14	1.827.729,31	2.054.988,13	19.463.304,19	19.785.659,36
<i>30 - Material de Consumo</i>	2.524.821,74	4.541.912,41	1.681.713,36	2.023.949,31	843.108,38	2.517.963,10	1.681.713,36	2.023.949,31
<i>Demais elementos do grupo</i>	3.157.640,31	8.208.109,55	2.516.165,60	7.709.627,11	641.474,71	498.482,44	2.502.367,90	7.708.075,11

DESPESAS DE CAPITAL								
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não Processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>
<i>4. Investimentos</i>								
<i>41 - Contribuições</i>	22.100.644,15	0,00	0,00	0,00	22.100.644,15	0,00	0,00	0,00
<i>52 - Equipamento e Material Permanente</i>	16.181.467,97	18.422.464,15	3.492.504,13	3.490.126,02	12.688.963,84	14.932.338,13	1.156.826,45	3.484.807,05
<i>39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica</i>	3.580.049,35	3.414.713,58	1.813.252,22	2.770.449,08	1.766.797,13	644.264,50	1.309.432,62	2.770.449,08
<i>Demais elementos do grupo</i>	471.368,71	2.700.669,15	313.638,16	17.700,00	157.730,55	2.682.969,15	313.638,16	17.700,00
<i>5. Inversões Financeiras</i>								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
<i>6. Amortização da Dívida</i>								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
Totais	117.805.221,36	111.752.885,54	67.926.487,61	69.822.485,09	49.878.733,75	41.930.400,45	62.083.043,23	67.479.995,96

Fonte: Tesouro Gerencial

B) UG 240107 – Natal

Quadro 18 - Despesas por modalidade de contratação

UGO: 240107: INPE Natal - MCTI

Unidade Orçamentária: MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO		Código UO: 24101		UGO: 240107:INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	R\$ 1.626.821,52	R\$ 1.702.109,01	R\$ 1.620.655,84	R\$ 1.702.109,01	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	R\$ 1.626.821,52	R\$ 1.702.109,01	R\$ 1.620.655,84	R\$ 1.702.109,01	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	R\$ 340.855,32	R\$ 306.415,57	R\$ 326.855,32	R\$ 306.415,57	
h) Dispensa	R\$ 308.370,55	R\$ 241.407,71	R\$ 308.370,55	R\$ 241.407,71	
i) Inexigibilidade	R\$ 32.484,77	R\$ 65.007,86	R\$ 18.484,77	R\$ 65.007,86	
3. Regime de Execução Especial		R\$ 1.496,87		R\$ 1.496,87	
j) Suprimento de Fundos		R\$ 1.496,87		R\$ 1.496,87	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros		R\$ 22.022,07		R\$ 22.022,07	
6. Total (1+2+3+4+5)	R\$ 1.967.676,84	R\$ 2.032.043,52	R\$ 1.947.511,16	R\$ 2.032.043,52	

Quadro 19 - Despesas por grupo e elemento de despesas (NATAL)

Unidade Orçamentária: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			Código UO: 24101		UGO: 240107:INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	R\$ 2.230.849,65	R\$ 2.441.629,94	R\$ 1.944.087,29	R\$ 1.980.157,09	R\$ 286.762,36	R\$ 461.472,85	R\$ 1.923.921,61	R\$ 1.980.157,09
Nome do elemento de despesa								
339037 - Locação de Mão-de-obra	R\$ 1.697.416,17	R\$ 1.738.105,33	R\$ 1.490.475,51	R\$ 1.547.245,65	R\$ 206.940,66	R\$ 190.859,68	R\$ 1.484.633,23	R\$ 1.547.245,65
339039 - Outros Serviços de Terceiros PJ	R\$ 399.749,13	R\$ 395.155,00	R\$ 343.707,36	R\$ 288.103,53	R\$ 56.041,77	R\$ 107.051,47	R\$ 329.707,36	R\$ 288.103,53
339030 - Material de Consumo	R\$ 123.019,06	R\$ 282.720,25	R\$ 99.407,51	R\$ 119.384,36	R\$ 23.611,55	R\$ 163.335,89	R\$ 99.084,11	R\$ 119.384,36
Demais elementos do grupo	R\$ 10.665,29	R\$ 25.649,36	R\$ 10.496,91	R\$ 25.423,55	R\$ 168,38	R\$ 225,81	R\$ 10.496,91	R\$ 25.423,55
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	R\$ 39.687,44	R\$ 196.089,01	R\$ 23.589,55	R\$ 51.886,43	R\$ 16.097,89	R\$ 144.202,58	R\$ 23.589,55	R\$ 51.886,43
449052 - Equip. e Material Permanente	R\$ 38.699,55	R\$ 171.397,73	R\$ 23.589,55	R\$ 27.195,15	R\$ 15.110,00	R\$ 144.202,58	R\$ 23.589,55	R\$ 27.195,15
449039 - Outros Serviços de Terceiros PJ		R\$ 18.963,18		R\$ 18.963,18				R\$ 18.963,18
449030 - Material de Consumo	R\$ 987,89	R\$ 5.728,10		R\$ 5.728,10	R\$ 987,89			R\$ 5.728,10

Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Análise Crítica

Não houve no âmbito do CRN alterações significativas no exercício. Houve apenas uma pequena redução das despesas em razão da adoção de medidas estabelecidas por meio do Decreto n. 8540/2015; não houve no âmbito do CRN concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade; não houve no âmbito do CRN contingenciamento no exercício; não temos relato de eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentaria.

C) UG 24108 – Cachoeira Paulista

Quadro 20 - Despesas por modalidade de contratação (CACHOEIRA PAULISTA)

Unidade orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-	-
d) Pregão	-	-	-	-	-
e) Concurso	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa	178.685,27	231.858,32	178.685,27	231.858,32	
i) Inexigibilidade	79.445,36	61.148,28	79.445,14	61.148,28	
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	7.316,31	3.059,75	7.316,31	3.059,75	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	-	-	-	-
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-	-
l) Diárias	-	-	-	-	-
5. Outros	-	1.095,43	-		1095,43
6. Total (1+2+3+4+5)	265.446,94	297.161,78	265.446,94	297.161,78	

Fonte: Siafi

Quadro 21 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (CACHOEIRA PAULISTA)

<i>DESPESAS CORRENTES</i>								
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>
<i>1. Pessoal</i>								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
<i>2. Juros e Encargos da Dívida</i>								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
<i>3. Outras Despesas Correntes</i>								
<i>39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa jurídica</i>	<i>170.880,72</i>	<i>174.931,90</i>	<i>170.880,72</i>	<i>172.788,90</i>	<i>0,00</i>	<i>2.143,00</i>	<i>170.880,72</i>	<i>172.788,90</i>
<i>30 - Material de Consumo</i>	<i>76.621,69</i>	<i>93.842,26</i>	<i>76.621,69</i>	<i>92.205,76</i>	<i>0,00</i>	<i>1.636,50</i>	<i>76.621,69</i>	<i>92.205,76</i>
<i>Demais elementos do grupo</i>	<i>4.193,37</i>	<i>2.852,43</i>	<i>4.193,37</i>	<i>2.852,43</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>4.193,37</i>	<i>2.852,43</i>
<i>DESPESAS DE CAPITAL</i>								
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não Processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2014</i>
<i>4. Investimentos</i>								

52 - Equipamento e Mat.Permanente	13.751,16	29.314,69	13.751,16	29.314,69	0,00	0,00	0,00	29.314,69
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	265.446,94	300.941,28	265.446,94	297.161,78	0,00	3.779,50	251.695,78	297.161,78

Fonte: Siafi

Análise Crítica

As Despesas por Grupo e Elemento de Despesa ocorreram dentro da normalidade conforme análise dos últimos anos.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O desempenho da gestão do INPE é acompanhado semestralmente e avaliado anualmente por meio da verificação objetiva do cumprimento das metas acordadas para os indicadores a seguir, pactuadas anualmente entre o INPE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Quadro 22 - Quadro de Indicadores

INDICADORES			SÉRIE HISTÓRICA			2015		
			2012	2013	2014	Realizado 1º. Sem	Total previsto	Total realizado
Físicos e Operacionais (cumulativo)	Unidade	Peso						
1. IPUB – <i>Índice de Publicação</i>	Pub/téc	3	0,54	0,58	0,61	0,3	0,64	0,46
2. IGPUB – <i>Índice Geral de Publicação</i>	Pub/téc	3	2,38	2,14	1,7	0,4	1,4	2,24
3. ITESE – <i>Indicador de Teses e Dissertações</i>	Nº	3	118	126	136	60	135	135
4. PcTD – <i>Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos</i>	Nº/téc	3	2,4	2,1	2,1	1	2,1	1
5. IPin – <i>Índice de Propriedade Intelectual</i>	Nº	2	5	4	2	1	2	3
6. IDCT – <i>Índice de Divulgação Científica e Tecnológica</i>	Nº/téc	3	3,1	3,9	2,7	1	2,4	3,4
Físicos e Operacionais (não cumulativo)	Unidade	Peso	2012	2013	2014	Realizado 1º. Sem	Total previsto	Total realizado
7. IPS - <i>Índice de Produtos e Serviços</i>	Nº	2	277	221	305	130	288	242
8. IAL – <i>Índice de Acesso Livre às Publicações</i>	%	2	73	76	73	70	70	68
9. IPV - <i>Índice de Publicações Vinculadas a Teses e Dissertações</i>	Nº/Teses	2	1,5	1,4	0,85	0,88	0,88	0,54
10. IATAE - <i>Índice de Atividade em Tecnologia Aeroespacial</i>	HH/téc	2	58	58	59	50	50	63

INDICADORES			SÉRIE HISTÓRICA			2015		
11. PIN – Participação da Indústria Nacional	%	2	84	84	74	51	51	68
Físicos e Operacionais (não cumulativo)	Unidade	Peso	2012	2013	2014	Realizado 1º. Sem	Total previsto	Total realizado
12. PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	Nº	2	65	49	46	35	35	38
13. PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	Nº	2	78	48	44	48	48	48
14. FQ – Fator de Qualidade	Nº/Pub	3	8,2	8,3	8,4	8,5	8,5	8,2
Administrativo-Financeiros	Unidade	Peso	2012	2013	2014	Realizado 1º. Sem	Total previsto	Total realizado
15. APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	%	2	50	47	35	40	40	24
16. RRP - Relação entre Receita Própria e OCC	%	2	35	29	46	40	40	74
17. IEO - Índice de Execução Orçamentária	%	2	68	57	64	100	100	99
Recursos Humanos	Unidade	Peso	2012	2013	2014	Realizado 1º. Sem	Total previsto	Total realizado
18. ICT – Índice de Capacitação e Treinamento	%	2	1	0,38	0,43	0,40	0,40	0,35
19. PRB – Participação Relativa de Bolsistas	%	-	16	15	13	13	13	13
20. PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	%	-	32	36	37	37	37	40
Inclusão Social					2014	Realizado 1º. Sem	Total previsto	Total realizado
21. IBAD – Índice de Beneficiários em atividades de Divulgação de C,T&I	No.	-	-	-	7936	1500	2500	14834

Fonte: INPE, 2016.

ANÁLISE INDIVIDUAL DOS INDICADORES

Quadro 23 - IPUB - Índice de Publicações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IPUB = NPSCI/TNSE	Número de publicações por técnico	0,64	0,46
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPSCI	Número de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, no ano	282	
TNSE	∑ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.	618	

Comentários: O IPUB apresentou crescimento constante entre os anos de 2002 e 2014. Entretanto, essa tendência de crescimento não se manteve em 2015. Contribuiu para o decréscimo do IPUB a redução do número de técnicos de nível superior (TNSE) devido a aposentadorias de pesquisadores e tecnologistas sêniores que são aqueles que priorizam as publicações em periódicos indexados, dada a relevância dos artigos indexados no processo de avaliação das agências. As aposentadorias de profissionais sêniores e a exigência de envolvimento de muitos pesquisadores e tecnologistas em atividades de gestão – devido, inclusive, à aposentadoria de profissionais de gestão – justificam o decréscimo desse índice.

Quadro 24 - IGPUB - Índice Geral de Publicações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IGPUB = NGPB/TNSE	Número de publicações por técnico	1,4	2,24
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NGPB	(Número de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados) + (Nº de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (Nº de artigos	1385	

	completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (Nº de capítulo de livros), no ano	
TNSE	∑ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.	618

Comentários: Ao contrário do ocorrido nos dois anos anteriores (2013-2014), o IGPUB em 2015 ficou acima do pactuado. Isso se deve ao aumento na quantidade de artigos publicados em anais de eventos. Contrariando a tendência de redução do IGPUB, analisada no relatório de 2014, houve em 2015 um número significativo de artigos em anais de congresso uma vez que no ano foi realizado o Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR), que contribuiu com 218 artigos. Contando com as publicações do Simpósio, o aumento do número total de artigos foi de 23%. Devido à expectativa de aposentadoria de pesquisadores e tecnologistas nos próximos anos, profissionais que priorizam a publicação em periódicos indexados, deve haver alternância no crescimento do número de IPUB e IGPUB para os próximos períodos.

Quadro 25 - ITESE - Índice de Teses e Dissertações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
ITESE=NTD	Número	135	135
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NTD	Número de Teses e Dissertações finalizadas no ano com orientador pertencente ao quadro funcional do INPE	135	

Comentário: A meta pactuada para 2015 foi plenamente atingida. O valor apurado ficou dentro do valor pactuado para 2015. Contudo, estima-se que devido à elevada quantidade de aposentadorias de pesquisadores e tecnologistas – potenciais orientadores nos cursos de pós-graduação – possa levar ao decréscimo de teses e dissertações defendidas nos próximos anos.

Quadro 26 - PcTD - Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
PcTD = NPTD/TNSEt	Número de processos e técnicas por técnico	2,1	1
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPTD	Número total de processos, protótipos, <i>softwares</i> e técnicas desenvolvidas no ano, medidos pelo número de relatórios finais produzidos	439	
TNSEt	Σ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente a atividades de pesquisas tecnológicas (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.	438	

Comentário: A meta não foi atingida. Alguns segmentos da indústria que mais utilizam os serviços do Instituto – telecomunicações e automotiva – reduziram suas demandas, o que impactou o índice no ano. Além disso, houve redução do número de processos e técnicas devido ao término das atividades de engenharia (ETE) referentes aos Programas CBERS 3&4, visto que o satélite CBERS-4 foi lançado com sucesso em dezembro de 2014.

Quadro 27 - IPin - Índice de Propriedade Intelectual

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IPin=NP	Número	2	3
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NP	Número de pedidos de privilégio de patente, protótipos, <i>softwares</i> , modelos de utilidade e direitos autorais, protocolados no país e no exterior.	3	

Comentário: A meta pactuada foi superada. O valor do indicador refere-se aos pedidos de privilégio de patente protocolados pelo INPE, através do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), junto ao INPI, a destacar: Registro de Programa de Computador - EDDA-Chuva – Estimador de Chuva Convectiva usando Dados de Descargas Elétricas Atmosféricas; Registro de Programa de Computador - Estimador de Densidade de Descargas Elétricas Atmosféricas; e pedido de Registro de Programa de Computador - Compressor de Imagens JPEG-LS Tolerante.

Quadro 28 - IDCT - Índice de Divulgação Científica e Tecnológica

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IDCT = NDCT / TNSE	Número	2,4	3,4
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NDCT	Número de cursos de extensão e divulgação, palestras, artigos, entrevistas, demonstrações técnico-científicas, comprovados através de documento adequado, realizados no ano por pesquisadores e tecnologistas vinculados à Unidade de Pesquisa.	2136	
TNSE	Σ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.	618	

Comentário: A meta pactuada foi superada. Houve um crescimento de aproximadamente 20% no índice, como resultado do esforço das Coordenações, Centros

e Laboratórios em desenvolver grande número de atividades como cursos, palestras, entrevistas e demonstrações técnico-científicas no país e no exterior. A inovação na coleta de dados através do Repositório de Indicadores de Gestão (RING), implementado pelas Coordenações de Planejamento Estratégico e Avaliação (CPA) e de Tecnologia da Informação (CTI) do INPE, contribuiu para a melhoria no levantamento das informações sobre a divulgação científica e tecnológica em todas as áreas do Instituto.

Quadro 29 - IPS - Índice de Produtos e Serviços

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IPS = NPS	Número (não cumulativo)	288	242
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPS	Número de produtos e serviços disponibilizados para o governo e sociedade, seja mediante contrato de venda ou prestação de serviços, seja distribuído gratuitamente no ano.	242	

Comentário: Os produtos e serviços tem se concentrado na oferta de base de dados (dados meteorológicos, descargas atmosféricas, resultados de modelagem climática e de processos de mudanças no uso e cobertura do solo), testes e ensaios. As áreas responsáveis pelo fornecimento das informações foram orientadas a registrar e documentar adequadamente cada produto e serviço oferecido, relatando no Repositório de Indicadores de Gestão (RING) somente os sistemas com comprovação de nota técnica, manual de usuário ou outra documentação pertinente. O novo procedimento de coleta e documentação contribuiu para esse resultado.

Quadro 30 - IAL - Índice de Acesso Livre às Publicações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IAL = (NPBAL/NTPB)*100	Número (não cumulativo)	70	68
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPBAL	Número de publicações com texto completo com acesso livre no ano	741	
NTPB	Número total de publicações no ano com texto completo	1097	

Comentário: O valor apurado ficou ligeiramente abaixo do pactuado para 2015. Entretanto, ao se analisar isoladamente as variáveis utilizadas no cálculo deste indicador, observa-se que: o número de publicações disponibilizadas em acesso aberto

(NPBAL) foi maior que nos anos anteriores (aprox. 25% a mais em relação a 2014), assim como o número total de publicações com texto completo disponibilizadas na biblioteca digital (NTPB) aumentou em relação aos anos anteriores (aprox. 35% em relação a 2014); o que representa avanço no índice de acesso livre às publicações do INPE.

Quadro 31 - IPV - Índice de Publicações Vinculadas a Teses e Dissertações

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IPV = PUB / NTD	Número (não cumulativo)	0,88	0,54
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
PUB	Número acumulado de artigos completos publicados ou aceitos em revistas, anais de congresso ou capítulos de livro diretamente vinculados a teses ou dissertações finalizadas no ano	173	
NTD	Número total de teses e dissertações finalizadas no ano com orientador pertencente ao quadro funcional do INPE	135	

Comentário: O valor apurado ficou abaixo do valor pactuado para 2015. O resultado é justificado pela dificuldade de obtenção, junto aos orientadores dos cursos de pós-graduação do Instituto, das informações referentes aos artigos publicados em conjunto com seus orientados, assim como falta de informações dos egressos em seus curriculum Lattes e no sistema de autoarquivamento na Biblioteca do INPE. Esse indicador está sendo discutido entre o Serviço de Informação e Documentação e a Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação do INPE, para apresentação de uma proposta de alteração por outro indicador que reflita a produção discente do Instituto.

Quadro 32 - IATAE - Índice de Atividade em Tecnologia Industrial Básica Aeroespacial

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IATAE = NAER / (NAER + NDIFAER) * 100	%, sem casa decimal (não cumulativo)	50	63
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NAER	Nº de homens-hora dedicados às atividades na área Aeroespacial (atividades de montagem e integração, e atividades de tecnologia industrial básica na	92.823	

	área aeroespacial), no ano.	
NDIFAER	Nº de homens-hora dedicados aos setores industriais diferentes do setor aeroespacial, no ano. Essas atividades incluem as atividades de metrologia e qualificação de componentes, produtos e processos.	55.301

Comentário: O indicador busca mostrar o balanço entre as atividades dedicadas à área espacial e as dedicadas a outros setores industriais. Entende-se que, no INPE, a infraestrutura disponível deva ser utilizada não apenas pelos programas espaciais, mas também por outros setores da indústria nacional, de forma a agregar valor ao produto nacional. Por outro lado, a partir de 2015 foram incluídas na variável NAER as atividades desenvolvidas pelos departamentos do INPE que necessitam da colaboração do Laboratório de Integração e Testes, ao que se deve o aumento deste índice.

Quadro 33 - PIN - Participação da Indústria Nacional

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
PIN = $[\text{DIN} / (\text{DIN} + \text{DIE})] * 100$	%, sem casa decimal (não cumulativo)	51	68
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
DIN	Σ dos dispêndios em contratos e convênios com indústrias nacionais que desempenhem atividades relacionadas à área espacial para efeito de projeto na área de satélites, fornecimento de partes e equipamentos de satélites ou outras atividades.	R\$ 21.390.313,02	
DIE	Σ dos dispêndios em contratos e convênios com indústrias estrangeiras que desempenhem atividades relacionadas à área espacial para efeito de projeto na área de satélites, fornecimento de partes e equipamentos de satélites ou outras atividades	R\$ 9.883.002,18	

Comentário: Apesar das fortes restrições orçamentárias, o índice superou a meta contando com o pagamento de eventos de contratos industriais que estavam inscritos em restos a pagar de 2014.

Quadro 34 - PPACI - Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Internacional

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
PPACI = NPPACI	Número, sem casa decimal (não cumulativo)	35	38
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPPACI	Número de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência ao país.	38	

Comentário: A meta foi superada, com destaque para a assinatura do memorando de entendimento entre a Agência Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA) e do Ajuste Complementar ao Acordo Brasil-Estados Unidos para colaboração em Geofísica e Pesquisa sobre Clima Espacial.

Quadro 35 - PPACN - Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Nacional

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
PPACN = NPPACN	Número, sem casa decimal (não cumulativo)	48	31
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPPACN	Número de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano	31	

Comentário: Esse índice tem apresentado uma tendência de diminuição nos últimos anos. Conforme já informado nos últimos relatórios apresentados, muitos convênios/acordos/termos de cooperação firmados há mais de cinco anos (convênios do tipo “guarda-chuva”) foram vencendo sem que os gestores os renovassem ou fizessem aditivos, seja por não haver mais a necessidade de tal parceria ou por ser um convênio “guarda-chuva”, genérico, o que não é mais aprovado pela Consultoria Jurídica da União (CJU) nem pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Quadro 36 - FQ – Fator de Qualidade

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
$FQ = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n f(Qualis(i))$	Número (não cumulativo)	8,5	8,2
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
N	Número de artigos publicados em revistas classificadas no Qualis	295	
Qualis (i)	Melhor qualificação do Qualis da CAPES para a revista onde foi publicado o artigo <i>i</i>	Qualis(i) (para i = 2948,4)	
F	Tabela de conversão das qualificações do Qualis para decimais		

Tabela de conversão <i>f</i>	
Qualis	Nota
A1	10
A2	8.6
B1	7.1
B2	5.7
B3	4.3
B4	2.9
B5	1.4
C	0

Comentário: Considerando que o valor obtido para o indicador tem uma margem de erro de +/- 0,3, o valor apurado está dentro do valor pactuado para 2015. Há a necessidade de revisão, o quanto antes, da definição e das variáveis envolvidas em seu cálculo, uma vez que a utilização do Qualis da Capes como fator de avaliação da qualidade de periódicos é inadequada, além de não ser totalmente abrangente (cerca de 30% dos periódicos nos quais o INPE publica artigos não estão classificados no Qualis atualmente).

Quadro 37 - APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
APD = $[1 - (DM / OCC)] * 100$	Número, sem casa decimal (não cumulativo)	40	24
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
DM	∑ das Despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano	R\$ 53.006.348,04	
OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150/250 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas	R\$ 69.911.353,53	

Comentário: Em 2015 houve um decréscimo no consumo (11,72%). Contudo, as tarifas aumentaram em média 70,18% o que elevou a despesa em torno de 40% em relação a 2014. Também houve repactuação de contratos, o que, apesar das contenções de despesas com passagens e viagens, contribuiu para que houvesse crescimento com despesas de manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, água, telefonia e pessoal administrativo terceirizado.

Quadro 38 - RRP - Relação entre Receita Própria e OCC

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
RRP = $RPT / OCC * 100$	%, sem casa decimal (não cumulativo)	40	74
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
RPT	Receita Própria Total incluindo a receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra orçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano	R\$ 52.966.874,05	

	(inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa)	
OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150/250 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas	R\$ 69.911.353,53

Comentário: O resultado foi bem acima da meta. Houve aumento na RPT devido a convênios com a Finep, Fapesp, o CNPq e Fundo Amazônia/BNDES. Com a redução do OCC em relação ao ano anterior, houve a elevação do índice RRP.

Quadro 39 - IEO - Índice de Execução Orçamentária

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IEO = VOE / OCC _e * 100	%, sem casa decimal (não cumulativo)	100	99
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
VOE	∑ dos valores de Custeio e Capital efetivamente empenhados e liquidados. Somente fonte 100.	R\$ 120.042.736,40	
OCC _e	Limite de empenho autorizado	R\$ 120.206.754,52	

Comentário: Sob orientação da SCUP, o indicador IEO passou por um ajuste a partir de 2015. A variável VOE, que até 2014 era definida como “∑ dos valores de Custeio e Capital efetivamente empenhados e liquidados somente fonte 100”, passou a contabilizar apenas os valores empenhados. Esta mudança fez com que o valor final do índice de execução orçamentária refletisse de maneira mais realista os esforços da equipe de administração em apoiar as atividades relacionadas à execução no Instituto. Em 2015 o INPE apresentou excelente resultado neste indicador, atingindo 99%, o que demonstra que quase a totalidade dos créditos orçamentários recebidos foram empenhados. Apesar deste resultado favorável, é necessário destacar que o atraso na disponibilização orçamentária deste ano, o parcelamento das descentralizações em duodécimos mensais e o limite de empenho autorizado significativamente menor em relação a 2014 comprometeram o planejamento de compras e contratações do INPE. A contínua redução de orçamento deve dificultar a manutenção e operação do Instituto, bem como o cumprimento de metas e objetivos.

Observações:

- (1) O valor do OCC_e foi calculado apenas para Fonte 100, conforme definição do termo VOE que compõe o indicador.
- (2) Não foram considerados créditos de Pessoal.

Quadro 40 - ICT - Índice de Capacitação e Treinamento

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
ICT = ACT / OCC * 100	%, sem casa decimal (não cumulativo)	0,40	0,35
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
ACT	Recursos financeiros aplicados em capacitação e treinamento no ano	243.709,14	
OCC	A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100/150/250 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas	R\$ 69.911.353,53	

Comentário: Apesar da redução orçamentária em relação ao ano anterior, o resultado foi próximo da meta estabelecida. Os recursos financeiros aplicados em Capacitação e Treinamento em 2015 permitiram atender 1.123 servidores em 142 ações de capacitação (70 eventos internos e 72 eventos externos). Foram executados 95,47% do Plano Orçamentário do Programa de Gestão para Capacitação de Recursos Humanos do INPE.

Quadro 41 - PRB - Participação Relativa de Bolsistas

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
PRB = [NTB / (NTB + NTS)] * 100	%, sem casa decimal (não cumulativo)	13	13
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NTB	∑ dos bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano.	138	
NTS	Número total de servidores em todas as carreiras, no ano, inclusive CDT	927	

Comentário: Meta atingida plenamente. O contingente de profissionais que atuam como bolsistas representa em torno de 20% do quadro de Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (TNSE) no INPE e contribui com a condução de dezenas de projetos, agregando competências a diversas áreas do Instituto.

Quadro 42 - PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
PRPT = $[\text{NPT} / (\text{NPT} + \text{NTS})] * 100$	%, sem casa decimal (não cumulativo)	37	40
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
NPT	Σ do pessoal terceirizado, no ano	615	
NTS	Número total de servidores em todas as carreiras, no ano, inclusive CDT	927	

Comentário: O resultado foi ligeiramente superior à meta. O número do pessoal terceirizado representa a força de trabalho dedicada à limpeza, manutenção, segurança e apoio administrativo. Nos últimos anos tem sido tendência a necessidade de funcionários terceirizados para realizar as tarefas de cunho administrativo, sem os quais a rotina institucional ficaria muito prejudicada, uma vez que não há como realizar as tarefas de maneira eficiente e nem cumprir as metas do INPE efetivamente sem esse apoio.

Quadro 43 - IBAD - Índice de Beneficiários em Atividades de Divulgação de C,T&I

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO
IBAD	Número	5.000	14.834
VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	VALOR	
IBAD	Número total de participantes da comunidade não especializada na área de atuação do INPE, em atividades de divulgação da Ciência, Tecnologia e Inovação, organizadas pelo Instituto	14.834	

Comentário: A meta foi amplamente superada. Com a implementação do Repositório de Indicadores de Gestão (RING) houve um avanço no sistema de coleta de informações sobre o IBAD, o que fez com que aumentasse significativamente esse índice. Além das visitas aos laboratórios, foram oferecidos cursos de capacitação e treinamento a alunos, estudantes e sociedade em geral.

3 GOVERNANÇA

3.1 Descrição das estruturas de governança

De acordo com seu Regimento Interno, o INPE é dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão é provido pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República por indicação do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (art. 7º). O Diretor é nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (art. 8º).

O Instituto conta com o Conselho Técnico-Científico (CTC), que é uma unidade colegiada, com função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento de suas atividades científicas e tecnológicas (art. 12). As competências do CTC são as seguintes:

- I – supervisionar a política científica e tecnológica do Instituto, conforme o planejamento estratégico da instituição e o Plano Plurianual do Governo Federal;
- II – avaliar os resultados dos projetos e atividades do INPE;
- III – acompanhar a gestão de Recursos Humanos do INPE;
- IV – recomendar novas atividades de ciência e tecnologia a serem desenvolvidas pelo Instituto e assessorar na sua implantação;
- V – avaliar propostas de reformulação de atividades de ciência e tecnologia desenvolvidas pelo Instituto; e
- VI – opinar sobre matérias submetidas pelo Presidente ou por membros em exercício.

Também é importante destacar a existência da Comissão de Ética do INPE que exerce as atribuições constantes na legislação (Decreto nº 1.171 de 22/06/1994 e Decreto nº 6.029, de 01/02/2007), com as seguintes competências:

- I - atuar como instância consultiva do dirigente máximo e dos respectivos servidores de órgão ou de entidade federal;
- II - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 1994, devendo:
 - a) submeter à Comissão de Ética Pública - CEP propostas de aperfeiçoamento do Código de Ética Profissional;
 - b) apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes;
 - c) recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações objetivando a

disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina;

III - representar o órgão ou a entidade na Rede de Ética do Poder Executivo Federal a que se refere o art. 9º do Decreto nº 6.029, de 2007;

IV - supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à CEP situações que possam configurar descumprimento de suas normas;

V - aplicar o código de ética ou de conduta próprio, se couber;

VI - orientar e aconselhar sobre a conduta ética do servidor, inclusive no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público;

VII - responder consultas que lhes forem dirigidas;

VIII - receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração;

IX - instaurar processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos;

X - convocar servidor e convidar outras pessoas a prestar informação;

XI - requisitar às partes, aos agentes públicos e aos órgãos e entidades federais informações e documentos necessários à instrução de expedientes;

XII - requerer informações e documentos necessários à instrução de expedientes a agentes públicos e a órgãos e entidades de outros entes da federação ou de outros Poderes da República;

XIII - realizar diligências e solicitar pareceres de especialistas;

XIV - esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios éticos;

XV - aplicar a penalidade de censura ética ao servidor e encaminhar cópia do ato à unidade de gestão de pessoal, podendo também:

a) sugerir ao dirigente máximo a exoneração de ocupante de cargo ou função de confiança;

b) sugerir ao dirigente máximo o retorno do servidor ao órgão ou entidade de origem;

c) sugerir ao dirigente máximo a remessa de expediente ao setor competente para exame de eventuais transgressões de naturezas diversas;

d) adotar outras medidas para evitar ou sanar desvios éticos, lavrando, se for o caso, o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional - ACP;P;

XVI - arquivar os processos ou remetê-los ao órgão competente quando, respectivamente, não seja comprovado o desvio ético ou configurada infração cuja apuração seja da competência de órgão distinto;

XVII - notificar as partes sobre suas decisões;

XVIII - submeter ao dirigente máximo do órgão ou entidade sugestões de aprimoramento ao código de conduta ética da instituição;

XIX - dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas de conduta ética e deliberar sobre os casos omissos, observando as normas e orientações da CEP;

XX - elaborar e propor alterações ao código de ética ou de conduta próprio e ao regimento interno da respectiva Comissão de Ética;

XXI - dar ampla divulgação ao regimento ético;

XXII - dar publicidade de seus atos, observada a restrição do art. 14 desta Resolução;

XXIII - requisitar agente público para prestar serviços transitórios técnicos ou administrativos à Comissão de Ética, mediante prévia autorização do dirigente máximo

do órgão ou entidade;

XXIV - elaborar e executar o plano de trabalho de gestão da ética; e

XXV - indicar por meio de ato interno, representantes locais da Comissão de Ética, que serão designados pelos dirigentes máximos dos órgãos ou entidades, para contribuir nos trabalhos de educação e de comunicação.

Até o exercício de 2015 não existiam oficialmente no INPE conselho de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria, unidade de auditoria interna ou de controle interno. No início de 2016, foi criada a Coordenação de Controle Interno (RE/DIR-568v08).

Em termos de comitês de apoio à governança, em outubro de 2014 foi criado o Comitê Assessor de Tecnologia da Informação (CATI), conforme DE/DIR-2832. O CATI é constituído por colaboradores das áreas finalísticas do INPE e da área de TI. Este Comitê atua de forma consultiva junto a Coordenação de Tecnologia da Informação, cabendo-lhe dar pareceres sobre os seguintes assuntos relacionados a TIC no INPE:

- a) Conteúdo e divulgação do PETI e PDTI;
- b) Procedimentos para atendimento a requisitos de governança e segurança em tecnologia da informação e comunicações e governo eletrônico;
- c) Planejamento de médio e longo prazo, prioridades e distribuição dos recursos de TIC;
- d) Gerenciamento de dados;
- e) Padrões de qualidade e avaliação de desempenho dos serviços de TIC;
- f) Metodologias de desenvolvimento de sistema de informação;
- g) Procedimentos para aquisição de produtos e serviços de TIC;
- h) Novas tecnologias a serem utilizadas;
- i) Normas internas relacionadas a TI;

Os Comitês Assessores das Unidades Finalísticas também podem ser considerados como instâncias de governança do Instituto, uma vez que entre suas atribuições estão:

“3.1 Assessorar o titular da unidade finalística na análise, avaliação e elaboração de propostas relacionadas a assuntos técnicos, científicos, acadêmicos, administrativos e orçamentários, emitindo pareceres, quando pertinente, sobre cada assunto tratado;

3.3 Discutir e participar da elaboração do planejamento estratégico da unidade finalística levando em consideração os temas: conjuntura e perspectivas, linhas de ação, proposta e aprovação de projetos, obtenção de recursos externos, formação de recursos humanos, capacitação de servidores, reposição de vagas, contratação de pessoal, promoção de eventos e intercâmbio, e indicadores de desempenho da unidade;

3.4 Acompanhar ao longo do ano o uso de recursos alocados à unidade finalística, nas principais alíneas que compõem o seu orçamento, em consonância com as propostas aprovadas

3.9 Realizar o controle e a gestão da execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados nos termos da Lei n.8.958, de 1994, regulamentada pelo Decreto n.

7.423, de 2010, que envolvam aplicação de recursos públicos”, entre outros (RE/DIR-119.13

3.2 Atividades de correção e de apuração de ilícitos administrativos

Em 2015 foram instaurados cinco processos de sindicância investigativa, dos quais seis já estão concluídos e não geraram sindicância disciplinar. Dois processos ainda estão em andamento. Nenhum servidor foi indiciado nos processos já concluídos.

Os assuntos tratados nos processos foram: Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos, Favorecimento próprio ou de terceiros, Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos, Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou desapreço e Reconhecimento de dívida.

Os procedimentos instaurados e concluídos no exercício de 2015, encaminhados a esta Coordenação de Recursos Humanos – CRH, foram devidamente registrados no Sistema CGU-PAD.

O INPE atuou em conformidade com os preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, no entanto os processos não foram incluídos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD, no prazo de 30 dias a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam, contudo, todos os processos instaurados em 2015 já estão devidamente registrados no sistema CGUPAD.

A desconformidade se deve em razão de não haver no INPE, unidade específica para gerir os processos disciplinares instaurados no Instituto, ficando o registro no sistema CGUPAD a cargo de servidores da CRH designados para tal.

Estes servidores têm atividades específicas de RH e se esforçam para manter o sistema atualizado. O acesso ao sistema CGUPAD não pode ser compartilhado com os servidores que não têm designação e nem com os colaboradores da área (terceiros e estagiários).

Informamos que os processos instaurados em 2016 também já se encontram cadastrados no sistema CGUPAD e as ocorrências relativas aos processos disciplinares instaurados ou a instaurar no Instituto serão efetuadas, com o intuito de atender aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

3.3 Gestão de riscos e controles internos

INPE já adota rotineiramente diversos aspectos de avaliação de riscos, como a formalização de seus objetivos e metas, por meio de seus processos de planejamento, com clara identificação dos processos críticos para sua consecução; o acompanhamento contínuo, por meio de reuniões mensais de direção, dos processos estratégicos com vistas a diagnosticar os riscos e tomar ações para mitigá-los, quando necessário; e a aderência às normas ou regulamentos para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.

Com relação ao Controle Interno, embora o INPE não possua um setor institucionalizado para tal encargo, sempre se empenhou no acompanhamento de seus processos internos e no atendimento tempestivo às demandas provenientes dos Órgãos de Controle. A maior dificuldade para a institucionalização do Controle Interno no Instituto reside na falta de pessoal, notadamente na área de gestão, o que fez com que fosse criada, no início do corrente ano de 2016, através da Portaria RE/DIR-568v08, uma Coordenação de Controle Interno com atribuições limitadas, não tão abrangentes quanto aquelas previstas na Constituição Federal e legislação correlata, atinentes aos Órgãos de Controle Interno.

Diante dos supracitados mecanismos de que dispõe o INPE atualmente, concernentes à gestão de riscos e controles internos, constatou-se que os principais riscos identificados para o desempenho do Instituto consistem na falta de pessoal e nos contingenciamentos de recursos. Ainda que, como órgão da Administração Direta, o INPE tenha limitada governabilidade para atuar sobre esses riscos, busca como política permanente a gestão junto aos órgãos responsáveis visando minimizá-los, de forma a permitir que o INPE permaneça sendo um órgão de excelência e que possa cumprir sua missão de produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil.

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de acesso do Cidadão

Por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do INPE, o Instituto atende e orienta os cidadãos quanto ao acesso à informação disponível. O SIC pode ser acessado em <http://www.inpe.br/acessoainformacao/SIC>, página onde estão disponibilizados formulários para pedido de acesso à informação, recursos referentes a pedido de acesso à informação e reclamações, bem como informações para contato, como telefone, endereço e e-mail (sic@inpe.br).

Outra forma de entrar em contato com o Instituto é pelo canal de comunicação *Webmaster*, por meio do item “Fale Conosco” (webmaster@inpe.br), disponível em todas as páginas do site institucional do INPE.

Ao longo de 2015, o SIC-INPE recebeu e deu tratamento a um total de 49 pedidos de acesso à informação, com um tempo médio de resposta em torno de 4,08 dias.

Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

Figura 1 - Quantidade de pedidos registros por mês - 2015

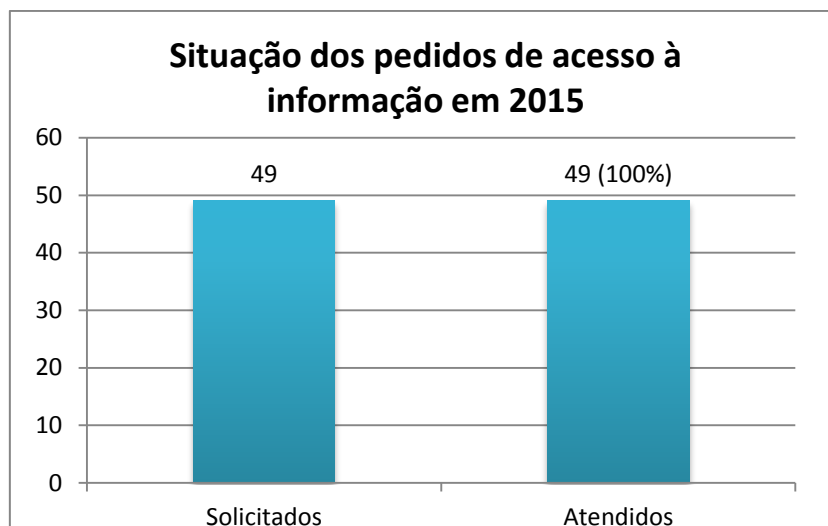


Quadro 44 - Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação

Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
Janeiro/2015	7	-
Fevereiro/2015	5	-28.57%
Marco/2015	5	0%
Abril/2015	5	0%
Mai/2015	3	-40%
Junho/2015	6	50%
Julho/2015	4	-33.33%
Agosto/2015	4	0%
Setembro/2015	3	-25%
Outubro/2015	3	0%
Novembro/2015	3	0%
Dezembro/2015	1	-66.67%
TOTAL	49	
MÉDIA	4,08	

Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Figura 2 – Situação dos pedidos de acesso à informação



Características e temas dos pedidos de acesso à informação

Quadro 45 - Pedidos de acesso à informação

Total de perguntas	71
Total de solicitantes	43
Perguntas por pedido	1,45
Maior número de pedidos feito por um solicitante	4
Solicitantes com um único pedido	39

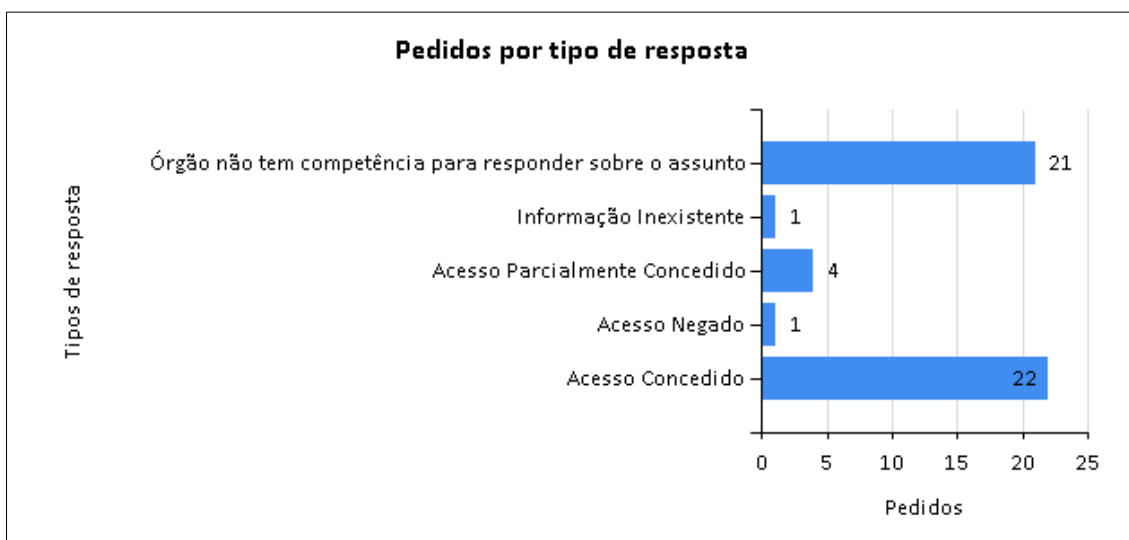
Quadro 46 - Temas das solicitações de acesso à informação

Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Ciência, Informação e Comunicação - Ciência e Tecnologia	30	61,22%
Governo e Política - Administração pública	10	20,41%
Meio ambiente - Gestão de meio ambiente	3	6,12%
Saúde - Ciência e tecnologia em saúde	2	4,08%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	1	2,04%
Governo e Política - Fiscalização do estado	1	2,04%
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura de subsistência	1	2,04%
Educação - Assistência ao estudante	1	2,04%

Resposta aos pedidos de acesso à informação

O tempo médio de resposta aos pedidos de acesso à informação foi de 7,16 dias.

Figura 3 - Pedidos por tipo de resposta

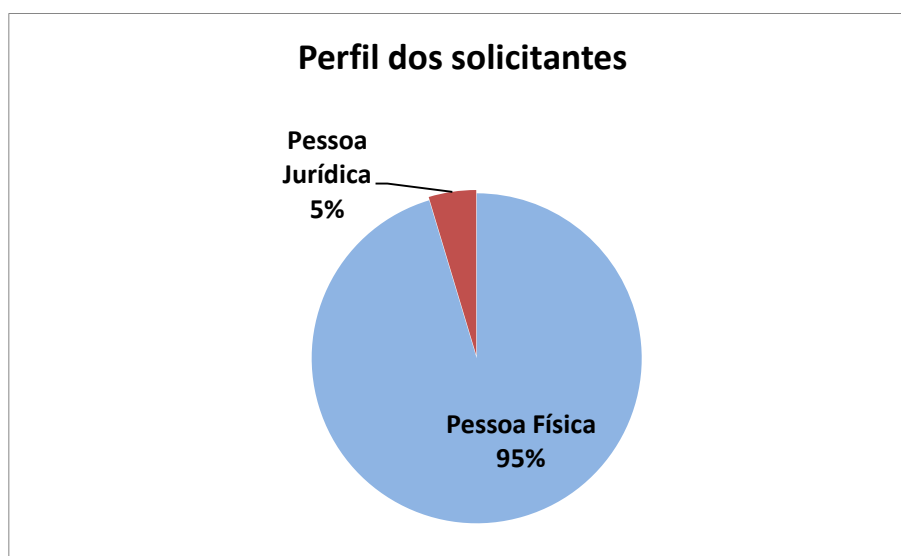


Quadro 47 - Meio de Resposta – acesso à informação

Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	48	97,96%
Correspondência física (com custo)	1	2,04%

Com relação a seu sítio na internet, o INPE está trabalhando na reformulação conforme estabelecido na Instrução Normativa SECOM-PR Nº 8, de 19 de dezembro de 2014, que disciplina a implantação e a gestão da Identidade Padrão de Comunicação Digital das propriedades digitais de órgãos e entidades do Poder Executivo.

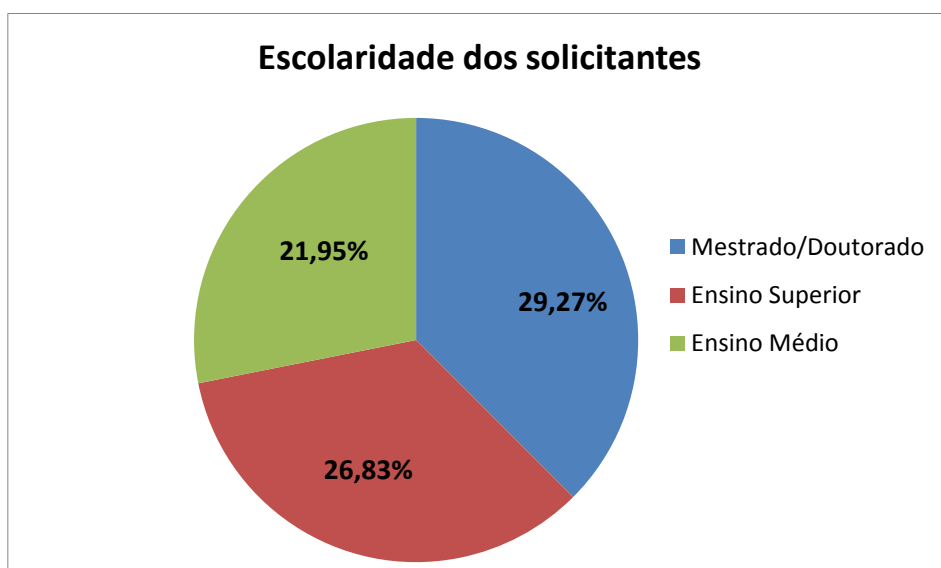
Figura 4 - Perfil dos solicitantes – acesso à informação



Quadro 48 - Localização dos solicitantes – acesso à informação

Estado	Número de solicitantes	% dos solicitantes	Número de pedidos
CE	1	2,44%	1
DF	5	12,20%	5
GO	1	2,44%	1
MA	1	2,44%	1
MG	5	12,20%	8
MS	1	2,44%	1
MT	1	2,44%	1
PB	1	2,44%	1
PE	1	2,44%	1
PR	1	2,44%	1
RJ	3	7,32%	3
RN	2	4,88%	2
RO	1	2,44%	1
RS	2	4,88%	2
SC	1	2,44%	1
SP	14	34,15%	17
Não informado	2	4,88%	2

Figura 5 - Escolaridade e profissão dos solicitantes



Quadro 49 - Profissão dos solicitantes

Profissão	%
Estudante	24,39
Servidor público federal	14,63
Empregado - setor privado	12,20
Outra	12,20
Professor	4,88
Não Informado	7,32
Jornalista	7,32
Servidor público estadual	4,88
Empresário/empreendedor	4,88
Pesquisador	4,88
Servidor público municipal	2,44

Perfil dos solicitantes – pessoa jurídica

Os solicitantes - pessoas jurídicas, 50% foram de empresas de grande porte e 50% de organizações não governamentais.

Pedidos de informação recebidos através do *Webmaster* Institucional (*Webmaster@inpe.br*).

Quadro 50 - Quantidade de pedidos – acesso à informação

Total de pedidos:	787
Média mensal:	65,58

Quadro 51 - Quantidade de solicitações recebidas – acesso à informação

Mês	Nº de pedidos
Janeiro	63
Fevereiro	74
Março	92
Abril	65
Maio	53
Junho	50
Julho	53
Agosto	64
Setembro	66
Outubro	84
novembro	65
dezembro	40
TOTAL	769

Foram recebidas duas sugestões, 15 reclamações e uma denúncia, no período.

Quadro 52 - Reclamações recebidas no período

Mês	Reclamações recebidas
Fevereiro	1
Março	1
Abril	1
Maio	2
Junho	3
Setembro	2
Outubro	2
novembro	1
dezembro	2
TOTAL	15

Além dos canais institucionais SIC e *Webmaster*, algumas áreas finalísticas do INPE também mantêm registros e estatísticas de acesso aos seus serviços e produtos. A seguir são apresentadas algumas dessas áreas.

- EMBRACE

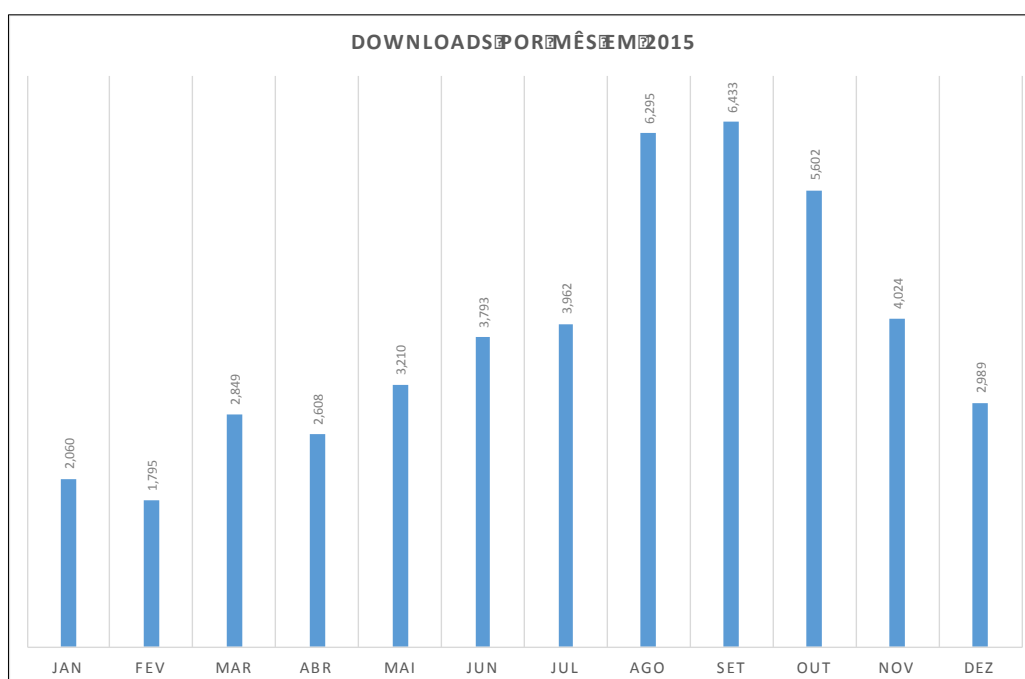
O Programa Embrace/INPE, que significa "Estudo e Monitoramento Brasileiro de Clima Espacial", possui dois canais de acesso direto do cidadão à unidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc. O Primeiro deles é através do Portal Web do Programa Embrace/INPE (<http://www2.inpe.br/climaespacial/portal/contato/>). O segundo canal de acesso direto ocorre de forma presencial durante os encontros bianuais do Programa Embrace/INPE com os usuários de Clima espacial, denominado "Workshop do Programa de Clima Espacial do INPE com Usuários" (<http://www2.inpe.br/climaespacial/workshop2015usuarios/>). Em ambos os casos o acesso pode ser feito por qualquer cidadão, sem custos e sem qualquer restrição.

- Programa QUEIMADAS

O Banco de Dados de Queimadas é o sistema precursor do Programa Queimadas e utilizado para *download* dos focos de queimadas e incêndios detectados em imagens de satélite. Nele, é possível encontrar todos os dados das detecções desde 1998. O número de acessos em 04 de março de 2016 registra 642.692 visitas desde 31 de maio de 2002, conforme figura abaixo, das quais, cerca de 60.000 nos últimos 12 meses, ou seja, em média 5.000 acessos mensais.

Neste sistema foram registrados 45.620 *downloads* de arquivos ao longo dos meses de 2015, conforme apresentado na figura abaixo, o que resulta na média de 3.800 acessos mensais.

Figura 6 - Nmero de *downloads* por mês em 2015 – Programa Queimadas



Os usuários podem também optar por receber Relatórios e Alertas configurados individualmente conforme sua preferência ou necessidade, e que são enviados rotineiramente mediante cadastro gratuito em http://www.inpe.br/queimadas/cadastro_login.php.

Para usuários institucionais (ex. PrevFogo/IBAMA, ICMBio, ONS, Polícia Militar, Bombeiros, entre outros) o Programa Queimada efetua um atendimento diferenciado permitindo o acesso direto por meio de FTP a bases de dados configuradas para seu uso específico. Em 2015 foram distribuídos aproximadamente 100.000 arquivos para 10 instituições, cujos detalhes estão apresentados na figura abaixo.

- Programa AMAZÔNIA

O Programa de Monitoramento da Amazônia do INPE (PAMZ) conta com quatro sistemas operacionais: PRODES, DETER, DEGRAD e TERRACCLASS. Estes sistemas são complementares e foram concebidos para atender a diferentes objetivos.

As atividades operacionais do PAMZ estão divididas nos seguintes projetos, onde os três primeiros são operados a partir do campus do INPE em São José dos Campos/SP e o último a partir do Centro Regional da Amazônia que o INPE mantém em Belém/PA:

- PRODES – Inventário anual do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal (www.obt.inpe.br/prodes)
- DETER – Alertas de desmatamento em tempo quase real na Amazônia Legal (www.obt.inpe.br/deter)
- DEGRAD – Mapeamento de áreas florestais degradadas na Amazônia Legal. (www.obt.inpe.br/degrad)
- TERRACCLASS – Mapeamento do uso e cobertura da terra das áreas desmatadas na Amazônia Legal (<http://www.inpe.br/cra>)

Todos os sistemas acima disponibilizam seus dados pública e gratuitamente para sociedade e contam com canais próprios para fazer esta distribuição. A forma encontrada para disponibilizar esses dados é através de sítios específicos na Internet (endereços acima) onde é possível consultar e obter um conjunto de mapas em formato vetorial, imagens de satélite, tabelas e estatísticas. Todos os sites também indicam um contato via e-mail para solucionar eventuais dúvidas dos usuários.

O acesso aos dados dos sistemas PRODES e DETER é feito a partir de um cadastramento prévio do usuário interessado. O cadastro de usuários do PRODES conta com 17.963 inscritos e o do DETER com 11.519.

- Programa SONDA

As informações sobre o Programa SONDA podem ser obtidas através do contato direto com o/a webmaster <sonda@inpe.br> e na própria página do site <<http://sonda.ccst.inpe.br/infos/ajuda.html>>.

Não são efetuados registros de dados gerenciais de forma rotineira, mas podem ser obtidos via *Webmaster*. Os dados são empregados também para publicações científicas. Alterações no site ocorrem na medida em que vão facilitar ao usuário. O conteúdo é atualizado na medida em que dados adicionais são coletados e o controle de qualidade aplicado.

A produção científica da equipe envolvida com a rede SONDA está disponível no website de seu mantenedor, o LABREN - Laboratório de Modelagem e Estudos de Recursos Renováveis de Energia.

4.2 Carta de serviços ao Cidadão

De acordo com o Decreto n. 6.932, de 11 de agosto de 2009, em seu artigo 11º, “os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente ao cidadão deverão elaborar e divulgar ‘Carta de Serviços ao Cidadão’, no âmbito de sua esfera de competência”. O INPE entende que não presta serviços diretamente ao cidadão. Portanto, não tem elaborada uma *Carta de Serviços ao Cidadão*.

4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuário

O INPE considera que não presta serviços diretamente ao cidadão, e, que, portanto, está desobrigado de manter uma *Carta de Serviços ao Cidadão*, e de aplicar periodicamente a pesquisa de satisfação prevista no art. 12 do Decreto 6.932/2009.

4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O INPE mantém *site* institucional (<http://www.inpe.br>), no qual podem ser encontrados *links* para o canal de acesso à informação (<http://www.inpe.br/acessoainformacao/>) e para o Portal de Acesso à Informação do Portal Brasil, conforme Instrução Normativa nº 8, de 19 de dezembro de 2014 da SECOM (Secretária de Comunicação Social) da Presidência da República. Além disso, o canal de comunicação *webmaster*, por meio do item “Fale Conosco” (webmaster@inpe.br), está disponível em todas as páginas do site institucional do INPE.

Na página principal do INPE, há dois caminhos para acessar os Relatórios de Gestão, Relatórios de Auditoria de Gestão e Acórdãos do TCU: clicando no item “Relatório de Gestão” localizado no menu lateral esquerdo ou no botão “Relatório de Gestão” localizado no canto inferior direito da página, sendo que ambos os caminhos levam à página em que estão disponibilizados os links para downloads dos Relatórios, em http://www.inpe.br/gestao/relatorio_gestao.php.

Outros documentos relevantes do Instituto como, por exemplo, o Relatório do Termo de Compromisso de Gestão, enviado semestralmente ao MCTI, podem ser acessados por meio do canal de acesso à informação. Além disso, informações referentes às áreas

finalísticas do INPE também podem ser acessadas a partir da página principal do Instituto.

4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e o Decreto 5.296/2004 estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dão outras providências.

Com relação à acessibilidade física, o Instituto vem se reestruturando nos últimos dez anos para atender à lei 10.098/2000. Os prédios novos como o CCST, CTE2, CEA2, LABGEL, LAMBDA e BETA já foram projetados para atender a lei de acessibilidade. Todos possuem vagas reservadas e claramente sinalizadas destinadas ao estacionamento de veículos de pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida. Os demais prédios necessitam de um estudo para implantação da acessibilidade. Em área externa do INPE todas as calçadas foram reestruturadas para cumprimento da lei. Adicionalmente, todos os passeios públicos do Instituto possuem altura máxima aproximada de 10 centímetros com relação à via de trânsito interna e rampas de acesso.

Com relação a seu sítio na internet, o INPE está trabalhando na reformulação conforme estabelecido na Instrução Normativa SECOM-PR N° 8, de 19 de dezembro de 2014, que disciplina a implantação e a gestão da Identidade Padrão de Comunicação Digital das propriedades digitais de órgãos e entidades do Poder Executivo.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

As medidas adotadas para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade, seguiram os procedimentos estabelecidos na MACROFUNÇÃO 020330.

A depreciação de todos os itens adquiridos a partir de 01/01/2010 teve início em dezembro de 2010, e continuou sendo feita mensalmente.

A reavaliação e redução de valor recuperável dos bens adquiridos antes de 2010 seguiram o cronograma a seguir.

Quadro 53 – Cronograma

Conta	Título	Prazo máximo
1421202	Aeronave*	2011
1421220	Embarcações**	2011
1421235	Equipamento de processamento de dados	2011
1421252	Veículos de tração mecânica***	2011
1421206	Aparelhos e equipamentos de comunicação	2012
1421228	Máquinas e equipamento de natureza industrial	2012
1421208	Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	2013
1421242	Mobiliário em geral	2013

*Para a avaliação da aeronave foi contratada a empresa AviõesNet.

** A Instituição não possui embarcações.

***Para os veículos de tração mecânica foi adotada a tabela FIPE.

Quanto aos demais itens foi adotada pesquisa de mercado via internet.

5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

As informações referentes à apuração de custos no âmbito da unidade foram prestadas na Unidade Prestadora de Contas da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, posto que a unidade responsável pelo gerenciamento de custos (Setorial de Custos no âmbito de órgão superior) é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, conforme Portaria SEXEC nº 6, de 30 de maio de 2012, cuja unidade integra a estrutura da Secretaria Executiva desse Ministério. As Unidades de Pesquisa do MCTI, entre as quais o INPE, ainda não adotaram o Sistema

de Custos do Governo Federal no exercício em referência, mas tão logo seja possível tomarão as providências cabíveis.

5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Ver Anexo

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

As informações sobre composição da força de trabalho, despesas com pessoal, gestão de riscos relacionados ao pessoal e contratação de pessoal de apoio e estagiários estão detalhadas nas seções seguintes deste capítulo, respectivamente: “Estrutura de pessoal da Unidade”, “Demonstrativo de despesas com pessoal”, “Gestão de riscos relacionados ao pessoal”, e “contratação de pessoal de apoio e estagiários”.

As demais informações solicitadas neste item de “Gestão de pessoas”, bem como informações que a unidade julgou relevante relatar são as seguintes:

Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade

Quadro 54 - Expectativa de aposentadoria dos servidores da UPC

Cargo	Servidores ativos (2015)	Expectativa de aposentadorias por Ano					
		2016 (possíveis)	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Pesquisador	175	62	9	12	5	7	80
Assistente de Pesquisa	17	0	0	0	0	0	17
Analista em C&T	86	25	3	4	1	1	52
Assistente em C&T	115	48	5	15	7	6	34
Auxiliar em C&T	13	6	0	1	1	1	4
Tecnologista	342	88	22	16	12	14	190
Técnico	223	54	16	8	9	12	124
Auxiliar Técnico	2	0	0	1	0	0	1
Anistiado	6	2	0	0	0	0	4
Nomeado Cargo Comissão	3	3	0	0	0	0	0
Requisitado	1	0	0	0	0	0	1
Total Geral	983	288	55	57	35	41	507
Total Geral	983	476					507

Fonte: FE-dezembro 2015

A idade média dos servidores do INPE é de 51,22 anos.

Quadro 55 - Escolaridade dos servidores da UPC

Cargo	Escolaridade							Total Geral
	Doutorado	Mestrado	Especiali-zação	1º Grau Complet	1º Grau Incomplet	2º Grau Complet	3º Grau Complet	
Pesquisador	171	4	0	0	0	0	0	175
Assistente de Pesquisa	10	7	0	0	0	0	0	17
Analista em C&T	19	31	36	0	0	0	0	86
Assistente em C&T	0	2	113	0	0	0	0	115
Auxiliar em C&T	0	0	11	1	1	0	0	13
Tecnologista	147	121	67	0	0	0	7	342
Técnico	0	6	215	0	0	1	1	223
Auxiliar Técnico	0	0	2	0	0	0	0	2
Anistiado	0	0	0	1	0	4	1	6
Nomeado C. Comissão	1	1	1	0	0	0	0	3
Requisitado	1	0	0	0	0	0	0	1
Total Geral	349	172	445	2	1	5	9	983

Fonte: FE-dezembro 2015

Relação entre servidores efetivos e temporários: O INPE não possui servidores temporários.

Política de capacitação e treinamento do pessoal

O INPE investe na capacitação dos servidores em cursos abertos (realizados no próprio Instituto) e em cursos fechados (realizados em outras instituições no país e no exterior), além dos programas acadêmicos.

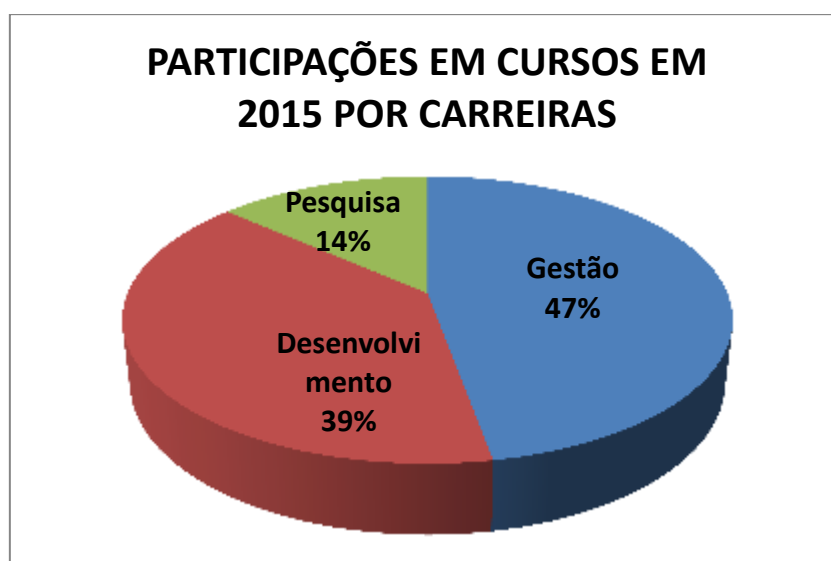
O Instituto tem política interna para o Desenvolvimento de Pessoal. São realizadas ações de capacitação previstas no Plano Anual de Capacitação do INPE, que segue diretrizes do Plano de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas – PDGP no âmbito da Administração Central do MCTI, instituído pela Portaria nº 173, de 19 de dezembro de 2012, além daquelas dispostas no art. 3º, do Decreto nº5.707/2006.

Existe estímulo à formação em Cursos de Pós-graduação “Stricto Sensu” (mestrado e doutorado) e em Programas de Pós-doutorado realizados por servidores do INPE, no

próprio INPE ou em outras instituições, tanto no país e como no exterior, através de licença-capacitação e incentivos, que incluem dispensa do horário de trabalho parcial ou afastamento total e manutenção da remuneração.

Buscando usar os recursos de capacitação no INPE de forma mais racional, os servidores da área meio (carreira de gestão: Analista em C&T e Assistente em C&T) e da área fim (carreira de desenvolvimento: Técnico e Tecnologista sem doutorado) são prioridade nas ações de capacitações dessa Unidade de Pesquisa. Já na área fim de nível superior (carreira de desenvolvimento e pesquisa: Tecnologista com doutorado e Pesquisador), para participação (principalmente docentes) em congressos e eventos semelhantes somente pode ser autorizado caso um pedido anterior às agências de fomento tenha sido recusado. Isso se justifica pelo fato que estes possuem diversas formas de financiar suas participações em eventos via FAPESP, CAPES e CNPq, enquanto servidores que não possuem doutorado têm muito mais restrições para usar este canal.

Figura 7 – Participação em cursos



Fonte: Banco de Dados SGC

Todas as ações de capacitações que os servidores do INPE participam se relacionam com suas atividades e são diretamente pautadas com as competências requeridas pela Instituição. A participação é justificada e autorizada pelos chefes de área, e há avaliação de reação por parte dos servidores. Os eventos realizados internamente e externamente são planejados a partir do Plano Anual de Capacitação. Mas a realização se dá por ordem de demanda prioritária, devido restrições orçamentárias. O Instituto viabiliza também oferecer cursos ministrados por servidores/instrutores do próprio Instituto e de outros órgãos do poder executivo, que também acaba sendo prejudicado devido a restrições para pagamento de diárias e passagens.

As ações de capacitação fechadas no INPE são oferecidas com chamada para inscrição através da Intranet e mala direta nos e-mails e seleção dos servidores. Foram ministrados internamente em 2015 os seguintes treinamentos por área temática:

Ciência e Tecnologia

- BESM Advanced Lectures Series on Coupled Ocean-Atmosphere Data Assimilation
- Palestra: "uma conversa ao sabor dos raios"
- Palestra: Geologia de Titã
- Palestra: Mars Soil Wetness Sensor (WET) Instrument Design

Desenvolvimento Gerencial

- Palestra: "A Arte de Liderar" - Cinco Competências Essenciais
- Palestra: Rotas para um Empreendedor

Direito e Justiça

- Curso de Noções de Direito Administrativo Disciplinar
- Programa de Treinamento de Processo Administrativo Disciplinar - PAD

Segurança e Medicina do Trabalho

- Curso para Membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA
- Semana Interna de Prevenção de Acidentes - SIPAT
- Capacitação em Análise e Prevenção de Acidentes de Trabalho pelo MAPA

Formação Inicial para novos servidores

- Evento Integração de Novos Servidores

Gestão de Pessoas

- Curso de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
- O Método 5S: 5 Sentidos da Excelência
- Palestra: "As Contribuições da Neurociência para o Gerenciamento da Carreira e da Produtividade"

Informática - aplicativos e sistemas internos

- Arduino Básico
- AutoCAD - Desenhos de Conjuntos e Detalhamentos
- Numpy, Matplotlib e SciPy
- SolidWorks (Módulo Básico e 2D)
- Labview Básico
- Linguagem de Programação Python 2.7 Básico
- Matlab Básico
- MS Excel 2010 Intermediário
- Programação Orientada a Objetos em Java

Informática - programação e tecnologia da informação

- Governança de TI Básico I - COBIT 5

Informática - sistemas informatizados do Governo Federal

- Treinamento no Sistema PRÓTON
- Treinamento no Sistema RING
- Treinamento no Sistema SIPLAN

Logística

- Gestão e Fiscalização de Contratos
- Reciclagem
- Curso de Língua Portuguesa
- Pessoa, Família e Sociedade
- Palestra de Inclusão de Pessoas com Deficiência
 - Palestra "Papel da Mulher na Sociedade Moderna"
 - Palestra: Promoção da Igualdade Racial
- Planejamento
- Construção de Indicadores para o PPA 2016-2019
 - Gestão de Pequenos e Médios Projetos
 - Seminário: Desenvolvendo Competência e Sistemas de Monitoramento e Avaliação
- Transportes
- Curso de Direção Defensiva para Motoristas do INPE

Os cursos mais específicos são feitos na maioria através de ações de capacitação abertas. Foram capacitados os servidores do INPE nos seguintes eventos externos em 2015:

Ciência e Tecnologia

- 12º Congresso Brasileiro e 2º Congresso Latino-Americano de Inteligência Computacional
- 13th International Conference Dynamical Systems - Theory and Applications
- 13th International Conference on Plasma Based Ion Implantation & Deposition
- 14º Encontro Nacional de Secretariado da Administração Pública
- 15th International Congress of the Brazilian Geophysical Society
- 19th Conference on Surface Modification of Materials by Ion Beams
- 1st Latin American IAA CubeSat Workshop
- 23rd ABCM International Congress Of Mechanical Engineering - COBEM 2015
- 2nd COSPAR Symposium Brazil 2015
- 45th International Conference on Dependable System and Networks
- 66th International Astronautical Congress - IAC
- 7th International Scientific Conference on Physics and Control - PhysCon
- ARM Summer Training and Science Applications
- Avaliação de Qualidade Geométrica de Ortoimagens
- Congresso Brasileiro de Aplicações de Vácuo na Indústria e na Ciência - CBRAVIC
- Congresso Latino Americano de Satélites
- DINCON-2015
- ESA Software Product Assunto Workshop 2015
- Forum RNP
- Santander Summer Institute
- SMBO/IEE MTT-S International Microwave and Optoelectronics Conference
- Space Studies program 2015
- Workshop Brasileiro de Micrometeorologia

- X Jornada de Educação em Sensoriamento Remoto e V Seminário de Geotecnologias
 - XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR)
 - XVIII Simpósio Brasileiro de Química Teórica - SBQT 2015
- Desenvolvimento Gerencial
- 2º Congresso Brasileiro de Liderança e Gestão de Pessoas
 - Fórum de Líderes 2015
 - Palestra sobre Liderança Inclusiva
- Direito e Justiça
- Ciclo de Cursos de Segurança Jurídica e Licenciamento Tecnologia
 - Direito Internacional
 - Retenções de Tributos pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública
- Economia, Orçamento e Finanças
- Encontro Nacional de Gestores Públicos e Certames Licitatórios
 - Gestão de Orçamento Público
- Gestão da Informação
- Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação
 - XI Congresso de Arquivologia do MERCOSUL
- Gestão de Pessoas
- Reforma da Previdência
- Gestão de Pessoas
- 41º Congresso Nacional sobre Gestão de Pessoas - CONARH
 - Aprendendo a Lidar Com as Mudanças
 - Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento - CBTD 2015
 - Entrevista Emocional
 - Programa de Formação Internacional em Coaching Profissional
- Habilitação, Saneamento, Urbanismo e Trânsito.
- Curso de Avaliações e Perícias de Imóveis Urbanos
- Informática - aplicativos e sistemas internos
- Treinamento - Introdução ao FORTRAN 90
- Informática - programação e tecnologia da informação
- 6º Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto (CONFOA)
 - Congresso Brasileiro de Softwar: Teoria e Prática (CBSOFT 2015)
 - Doutorado em Engenharia Eletrônica e Computação
 - Doutorado Sanduíche na área de Engenharia da Computação (Licença com Afastamento do País)
 - ESA Software Product Assunto Workshop 2015
 - Pós-Graduação em Engenharia Eletrônica e Computação (Doutorado em co-tutela com "Télécom Paris Tech")
- Informática - sistemas informatizados do Governo Federal
- 9ª Pregão Week
 - SICONV - Sistema de Convênios
 - Tesouro Gerencial
- Outros: Secretariado
- 11º Encontro Nacional de Secretariado da Administração Pública
 - Congresso Internacional de Secretariado - COINS
 - Conferência Nacional de Secretariado - CONASEC 2015

Planejamento

- Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional
- Estrutura e Melhoria de Processos
- Sistema de Indicadores

Saúde

- Doutorado na área de Patologia
- SBPT - Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia
- XV Congresso Brasileiro de Qualidade de Vida

Quadro 56 - Informações contidas no Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação 2015

Servidores	Nº de servidores capacitados COM previsão no PAC 2015	Nº de servidores capacitados SEM previsão no PAC 2015
Dirigentes, Gerentes e Assessores	43	9
Demais servidores	862	173
TOTAL	905	182
Ações de Aperfeiçoamento	Ações realizadas com previsão no PAC 2015	Ações realizadas sem previsão no PAC 2015
Aprendizagem em serviço	130	0
Autodesenvolvimento	2	0
Conferência/ Congresso/ Encontro/ Fórum/ Seminário ou similares	54	7
Curso	184	109
Oficina	1	0
Palestra	525	59
Workshop	2	2
Outros	0	0
TOTAL	898	177

Fonte: Banco de Dados SGC

Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal

O INPE adota como procedimento padrão a assinatura de declaração específica por todo servidor empossado em cargo público e que deva desempenhar suas funções nesta UPC.

Também conta-se com as informações do sistema SIAPE, que dispõe de alguns mecanismos que apoiam as diligências realizadas regularmente pela Secretaria de

Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público – SEGRT, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, para o fim de evitar acumulação irregular.

Conta-se também com o Sistema de Trilhas de Auditoria da Controladoria-Geral da União, que regularmente realiza auditorias na folha de pagamento, por meio do sistema SIAPE.

A Coordenação de Recursos Humanos – CRH do INPE, juntamente com a Divisão de Gestão de Pessoas – DGP estão sempre atentas a ações dessa natureza e, até o presente, entende que as práticas adotadas para o fim de acompanhar e controlar tais acumulações irregulares têm-se mostrado suficientes para o propósito.

Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

O INPE possui em sua estrutura organizacional, subordinada à Direção, a Coordenação de Recursos Humanos - CRH que zela pelas ações institucionais de caráter estratégico, promovendo a concretização de atividades nas áreas de Pagamento, Cadastro, Aposentadoria e Pensão, Benefícios, Capacitação, Programa de Estágio e Serviço de Assistência e Benefícios.

A Coordenação de Recursos Humanos - CRH não possui indicadores gerenciais específicos e sim informações funcionais que norteiam as ações relativas à gestão de pessoas.

Absenteísmo

Não se verificou absenteísmo expressivo, a não ser aqueles abrigados pelo Regime Jurídico Único, quais sejam os decorrentes de licenças para tratamento de saúde (artigo 202 da Lei nº 8.112/90). Esses afastamentos são acompanhados pelo Serviço de Assistência e Benefícios do INPE, bem como pelos profissionais do SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor.

Quadro 57 – Licenças de servidores

Licença para tratamento de saúde (Nº de Servidores)	Licença médica de servidores para acompanhamento de familiar (Nº de Servidores)
57	11

Fonte: Banco de Dados SAS 2015

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Conforme levantamento realizado pelo Serviço de Assistência e Benefícios - SAS, em 2015, foram registrados 04 acidentes de trabalho. No que tange às doenças ocupacionais, não foram verificados casos que possam ser atribuídos às atividades desempenhadas pelos servidores neste Instituto.

Exames Médicos Periódicos

O Serviço de Assistência e Benefícios - SAS coordenou o Programa de Exames Médicos Periódicos em todas as unidades do INPE, com o propósito de promoção à saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

Ao final de 2014, em virtude do encerramento do contrato com a empresa ANABIM, o MCTI apresentou a possibilidade de cada Unidade de Pesquisa executar sua própria contratação dos exames médicos. No INPE, optou-se pela elaboração de apenas um único processo licitatório para realização dos exames contemplando todas as suas unidades.

Após composição do processo de licitação, o INPE ficou no aguardo de definições e recursos financeiros do MCTI para dar continuidade aos trabalhos. Entretanto, a Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento emitiu parecer favorável quanto à possibilidade de a GEAP – Autogestão em Saúde, celebrar convênio por adesão com Órgãos da Administração Pública Federal para a realização dos exames periódicos.

Diante dessa possibilidade, o MCTI, enquanto aguardava o parecer de sua Consultoria Jurídica, expediu o Memo nº 486/2015, orientando as Unidades de Pesquisa a decidirem entre a celebração do Convênio com a GEAP ou a realizar procedimento licitatório dos exames periódicos de seu quadro de pessoal, considerando a conveniência e as vantagens.

Ao optar pela GEAP, considera-se como vantagens: a pouca burocracia para a celebração de um convênio dessa natureza, se comparado com um procedimento licitatório nos termos e condições da Lei 8.666/1993 e legislação correlata, além da economia de recursos financeiros, materiais e humanos envolvidos no processo. Também foram considerados os custos dos exames realizados pela GEAP que são bem menores que os apresentados pelas empresas em pesquisa realizada em abril deste ano e a possibilidade de que os mesmos ainda pudessem ser realizados em 2015.

Somente em 19/11/2015, o INPE recebeu cópia do parecer favorável da Consultoria Jurídica do MCTI para a realização dos Exames Médicos Periódicos com a GEAP. Em seguida, recebeu orientação do MCTI informando que a data limite de empenho referente ao orçamento dos exames médicos periódicos, deveria ser até o dia 25/11/2015, impreterivelmente.

Dada a exiguidade de tempo, o INPE atendeu ao pedido de recolhimento do valor disponibilizado, aproximadamente 2/12 do montante necessário. Dessa forma, o processo de adesão do INPE junto a GEAP ficou prejudicado, visto que este ainda seria submetido à CJU, por determinação do diretor do INPE para apreciação e análise.

Apesar de inviabilizada, essa atividade demandou inúmeros esforços do SAS, seja para análise de cenário e de documentos, busca de informações, entendimentos em outros órgãos e tomada de decisão.

Rotatividade (*turnover*) – Ano 2015

Quadro 58 - Servidores de carreira - ingressos em 2015

Carreira	Cargo	Admissão	Remoção para o INPE (entrada)	Redistribuição para o INPE (entrada)	Total
Pesquisa	Pesquisador	14	2	1	17
Desenv. Tecnológico	Tecnologista	42	1	0	43
	Técnico	0	0	0	0
	Auxiliar Técnico	0	0	0	0
Gestão	Analista em C&T	0	1	0	1
	Assistente em C&T	0	1	1	2
	Auxiliar em C&T	0	0	0	0
Total		56	5	2	63

Fonte: SIAPE-dezembro 2015

Em 2015 foram realizadas 56 admissões, por meio do Concurso Público INPE/2014, autorizado a partir de acordo que previa a substituição do quadro de servidores temporários do INPE em 2013 por servidores públicos concursados.

Quadro 59 - Servidores de Carreira Egressos em 2015

Carreira	Cargo	Exoneração a pedido	Exoneração (desistência Est. Probat. para recondução)	Demissão (CLT)	Vacância por Posse em Cargo	Inacumulável Falecimento Servidor Ativo	Aposentadoria	Remo-ção para outro órgão (saída)	Redistribuição para outro órgão (saída)	Total
Pesquisa	Pesquisador	0	0	1	0	0	8	1	0	10
Desenv. Tecnológico	Tecnologista	0	0	0	0	0	12	0	0	12
	Técnico	0	0	0	0	0	14	0	0	14
	Auxiliar Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gestão	Analista em C&T	0	0	0	0	0	14	1	0	15
	Assistente em C&T	0	0	0	0	0	14	0	0	14
	Auxiliar em C&T	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Total		0	0	1	0	1	63	2	0	67

Fonte: SIAPE-dezembro 2015

Nota-se que 63 servidores aposentaram durante o exercício de 2015, 1 servidor celetista (estrangeiro) pediu demissão, 1 servidor ativo faleceu e 2 servidores foram removidos para outra UPC.

Educação Continuada

Os eventos realizados internamente e externamente são planejados a partir do Plano Anual de Capacitação. Mas a realização se dá na medida do possível, devido restrições orçamentárias. O Instituto viabiliza também oferecer cursos ministrados por servidores/instrutores do próprio Instituto e de outros órgãos do poder executivo, que também acaba sendo prejudicado devido restrições para pagamento de diárias e passagens.

As ações de capacitação fechadas no INPE são oferecidas com chamada para inscrição através da Intranet e mala direta nos e-mails e seleção dos servidores. Na maioria conhecimentos básicos, instruções normativas da Administração Pública, lideranças,

motivacionais e de conhecimento técnico de nível médio. Os cursos mais específicos são feitos na maioria através de ações de capacitação abertas (eventos externos).

Quadro 60 - Informações contidas no Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação 2015

Servidores	Nº de servidores capacitados COM previsão no PAC 2015	Nº de servidores capacitados SEM previsão no PAC 2015
Dirigentes, Gerentes e Assessores	43	9
Demais servidores	862	173
TOTAL	905	182

Fonte: Banco de Dados SGC

Quadro 61 – Ações de aperfeiçoamento

Ações de Aperfeiçoamento	Ações realizadas com previsão no PAC 2015	Ações realizadas sem previsão no PAC 2015
Aprendizagem em serviço	130	0
Autodesenvolvimento	2	0
Conferência/ Congresso/ Encontro/ Fórum/ Seminário ou similares	54	7
Curso	184	109
Oficina	1	0
Palestra	525	59
Workshop	2	2
Outros	0	0
TOTAL	898	177

Fonte: Banco de Dados SGC

Pesquisa de Clima Organizacional

A fim de avaliar o clima organizacional do Instituto, o INPE participa pelo oitavo ano consecutivo na Pesquisa de Clima Organizacional, realizada pela “Guia VOCÊ S/A – As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar” em parceria com a “Fundação Instituto de Administração” (FIA), responsável pela metodologia da pesquisa e ligada à Universidade de São Paulo (USP).

Segundo a FIA-USP, o material de pesquisa para elaboração do Guia é utilizado em projetos acadêmicos dos cursos da FEA-USP, nos programas de especialização da FIA e

por pesquisadores de outras instituições, preservando a confidencialidade de todos os envolvidos. Os métodos e procedimentos adotados são transparentes e simplificados, preservando-se a legitimidade científica e estatística da pesquisa; a metodologia é suscetível a processos periódicos de atualização e os conteúdos e critérios adotados pela pesquisa se sustentam em uma base teórica sólida e atualizada sobre Gestão de Pessoas. Essa pesquisa avalia o Índice de Qualidade no Ambiente de Trabalho (IQAT), e se refere à percepção dos empregados sobre a relação que eles têm com a instituição, com o trabalho em si, com liderança e pares. Ele é obtido por meio da análise do questionário respondido pelos servidores. As perguntas avaliaram quatro indicadores:

- Identidade: Mede a relação dos servidores com a estratégia e o negócio da instituição e o quanto a organização corresponde a seus valores pessoais.
- Satisfação e motivação: Inclui itens como salário, bônus, o trabalho em si, o ambiente físico e as perspectivas de crescimento que a instituição oferece.
- Aprendizado e desenvolvimento: Inclui fatores como aprendizado e desenvolvimento no trabalho, educação corporativa e oportunidades de promoção.
- Liderança: Percepção dos empregados sobre os chefes em relação à habilidade de comunicação, a quanto eles estimulam o time a se desenvolver profissionalmente, se são confiáveis, justos e coerentes em seu discurso e atitudes.

Ao final de cada edição da pesquisa “Guia Você S/A As Melhores Instituições Públicas para Você Trabalhar” o INPE recebe, gratuitamente, o Sumário Executivo, que é um diagnóstico do desempenho da Instituição em relação às outras participantes.

Esse relatório, preparado pela equipe da FIA, nos permite comparar as notas do INPE com a média das três melhores instituições do mesmo setor e porte, além da evolução do INPE de 2008 a 2015.

A figura abaixo apresenta o desempenho do INPE com a média das três instituições públicas classificadas no anuário de 2015.

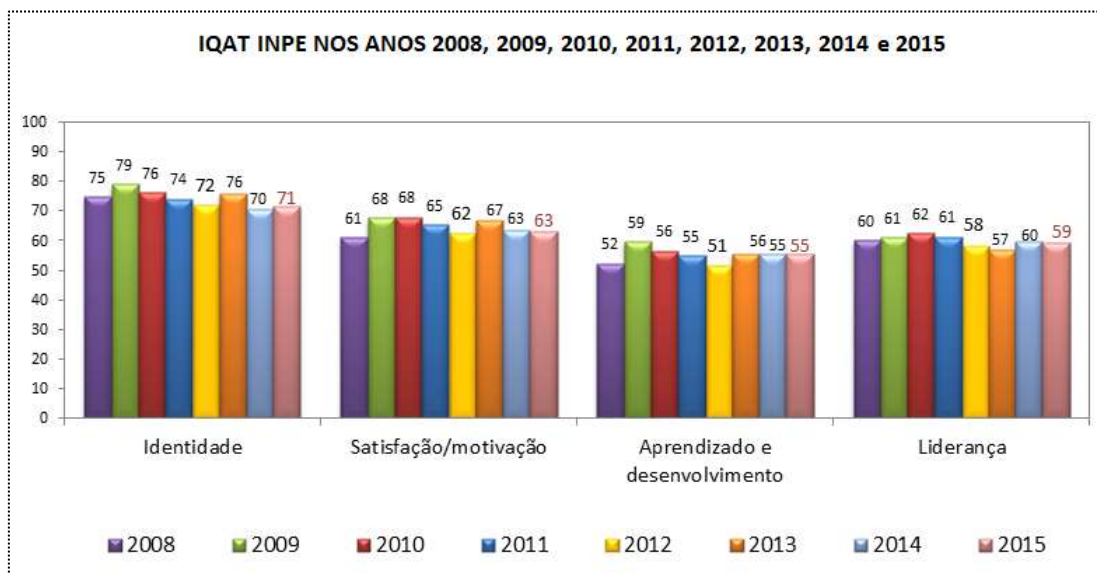
Figura 8 – Índices de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho



Fonte: Banco de Dados SGC

O gráfico a seguir apresenta os Índices de Qualidade de Vida no Ambiente Trabalho obtidos pelo INPE entre 2008 e 2015. Observa-se se que a tendência das pesquisas nos anos anteriores foi mantida em 2015 e que a “Identidade”, “Satisfação e Motivação” são os principais pontos fortes do INPE.

Figura 9 – Índice de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho 2008-2015



Fonte: Banco de Dados SGC

A pesquisa de clima organizacional se tornou um viável instrumento de gestão que, ao acumular informações por longo período de tempo, permite ao INPE, obter sólido conhecimento sobre a percepção dos servidores com relação ao seu ambiente de trabalho. Tal conhecimento pode subsidiar a tomada de decisões e ações para proporcionar melhorias institucionais.

Finalmente, é necessário que o INPE mantenha a sua participação em uma pesquisa de clima organizacional para compreender as necessidades, preocupações e percepções dos servidores buscando entender o que é preciso ser feito para que a Instituição se torne um lugar ainda melhor para se trabalhar.

Acórdão nº 520/2015 – TCU – Plenário

Em atendimento ao Acórdão nº 520/2015 – TCU – Plenário, o quadro abaixo demonstra a expectativa de aposentadoria dos servidores do INPE. Nota-se que 29,08% dos servidores do INPE já podem se aposentar em 2016 e que 48,27% poderão se aposentar até 2020.

Quadro 62 - Expectativa de aposentadoria dos servidores da UPC

Cargo	Servidores ativos (2015)	Expectativa de aposentadorias por Ano					
		2016 (possíveis)	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Pesquisador	175	62	9	12	5	7	80
Assistente de Pesquisa	17	0	0	0	0	0	17
Analista em C&T	86	25	3	4	1	1	52
Assistente em C&T	115	48	5	15	7	6	34
Auxiliar em C&T	13	6	0	1	1	1	4
Tecnologista	342	88	22	16	12	14	190
Técnico	223	54	16	8	9	12	124
Auxiliar Técnico	2	0	0	1	0	0	1
Anistiado	6	2	0	0	0	0	4
Requisitado	1	0	0	0	0	0	1
Total Geral	983	285	55	57	35	41	507
Total Geral	983	473					507

Fonte: FE-dezembro 2015

Dos 214 servidores da área de gestão, 36,92% já podem aposentar em 2016 e 57,94% poderão se aposentar até 2020.

Em resposta aos questionamentos de uma Nota Técnica 457/2013/ DEPEF/SEGFEP-MP, referentes ao estudo demandado no Acórdão nº 43/2013-TCU, referente à auditoria TC006.536/2012-3, elaborados, respectivamente, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e Tribunal de Contas da União (TCU), o INPE elaborou um estudo descrevendo as necessidades de *adequação, reposição e ampliação de seu quadro funcional, bem como a expectativa de aposentadorias*. O estudo original foi entregue ao TCU, MCTI e MP, em maio de 2013 e o presente estudo foi realizado para atender aos questionamentos levantados pelo MPOG, na Nota Técnica 457/2013/DEPEF/SEGEP-MP encaminhada ao INPE em 09/12/2013. O estudo realizado pelo INPE, por determinação do TCU no ACÓRDÃO Nº 43/2013 - TCU – Plenário, apontava para um quadro ideal de 1220 novos servidores em 2014, número semelhante ao estimado na auditoria do TCU (TC – 006.536/2012-3), que indicava a necessidade de 1061 novos servidores.

É importante ressaltar que, antecipando-se a este cenário de desequilíbrio entre demandas feitas ao Instituto e número de quadros necessários para atendê-las adequadamente, foram efetuados pleitos recentes de novas contratações ao MCTI e ao MP, por meio dos Avisos Interministeriais 225/2012 e 169/2013, e do Ofício 254/2014 (enviado ao MCTI).

Em setembro de 2014, o INPE recebeu do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o Memo-Circular 23/2014-SPOA/MCTI, datado de 05/09/2014, solicitando informações sobre o quadro de lotação aprovado para o INPE, com o número de cargos ocupados e vagos, e as necessidades de ampliação do quadro atual de funcionários, identificando

competências a serem mantidas, modificadas ou extintas. A resposta, enviada em 16/09/2014, continha o levantamento de cargos ocupados e vagos, e a necessidade da ampliação do quadro. O quadro a seguir mostra o status recente do quadro de servidores do INPE.

A avaliação feita no estudo mostra, de forma inequívoca, que os grandes programas nacionais associados à área de Ciência, Tecnologia e Inovação na área espacial serão prejudicados caso o INPE perca a capacidade de atuar como o instituto de referência no acesso ao espaço e suas aplicações.

Quadro 63 - Evolução do quadro funcional de servidores do INPE.

Cargo	Total (10/10/2014)	Total (31/10/2015)
ANALISTA EM C&T (ATIVOS + CEDIDOS + LSR)	103	90
ANISTIADO	6	5
ASSISTENTE EM C&T (ATIVOS+CEDIDOS)	134	134
ASSISTENTE EM PESQUISA	3	17
AUXILIAR EM C&T	17	13
AUXILIAR TECNICO	2	2
CONTRATO TEMPORARIO	44	0
REQUISITADOS	0	1
NOM. CARGO COMISSÃO	2	3
PESQUISADOR (ATIVOS+CEDIDOS)	185	174
TECNICO (ATIVOS+LSR)	240	230
TECNOLOGISTA (ATIVOS+CEDIDOS+LSR)	313	343
Total Geral	1049	987

Metodologia de cálculo

A metodologia para avaliar a perda de capacidade e determinar a necessidade de quadros seguiu os passos seguintes:

1) foi efetuado um levantamento do número de servidores e colaboradores em todas as áreas de atuação do INPE, e em que projetos e atividades cada um deles estava envolvido;

- 2) cada área montou uma matriz contendo projetos e recursos humanos necessários para executá-los;
- 3) a matriz permite identificar o esforço semanal de cada servidor nos projetos da área;
- 4) os projetos prioritários foram indicados pelos coordenadores;
- 5) a equipe de trabalho identificou a totalidade de recursos humanos envolvidos em cada projeto prioritário;
- 6) a curva de aposentadoria de todos os servidores foi levantada;
- 7) foi definida uma linha de corte a partir da qual a aposentadoria de servidores alocados num determinado projeto torna-o inviável por ausência de recursos humanos; e
- 8) foram criados cenários que mostram o impacto da redução da força de trabalho para 80%, 70%, 60% e 50% do quantitativo atual atuando em quatro projetos de grande porte do INPE.

Discussão dos Resultados

O quadro a seguir apresenta as principais áreas de atuação do INPE e, para o presente estudo, a área de acesso ao espaço e sua infraestrutura, desenvolvidas pela ETE, CRC, LIT e CTE já estão praticamente no estado crítico, podendo interromper as principais atividades do PNAE já a partir de 2016, conforme apresentado sequente. A CEA e a OBT, que são responsáveis, respectivamente, pelos grandes programas de monitoramento do Clima Espacial, Amazônia e Queimadas, já estavam em situação bastante crítica em 2014 e poderão iniciar as atividades em 2016 já sem efetivo para dar continuidade aos programas com a eficiência e eficácia necessárias.

Quadro 64 - Classificação das áreas de atuação do INPE.

	ÁREAS DE ATUAÇÃO	
	Acesso ao Espaço e sua infraestrutura	Aplicações
ETE/LIT/CTE/CRC	Atividades do PNAE, política industrial, prestação de serviços à indústria, serviços de rastreamento e controle, P&D em plataformas orbitais e cargas úteis	
CPT/CST		Previsão de tempo, estudos climáticos e P&D em meteorologia científica
OBT		Monitoramento da Amazônia e queimadas, P&D em geotecnologias
CEA		Monitoramento do clima espacial, P&D em ciências espaciais

Quadro 65 - Estimativa da redução da força de trabalho nos projetos e atividades prioritários do INPE.

	Servidores efetivos		Estimativa de quadro considerando as expectativas de aposentadoria (em relação a 31/10/2015)			
	10/10/2014	31/10/2015	Fim de 2015	2016	2017	2020
PNAE / Política Industrial	347	325	257 (79%)	234 (74%)	227 (70%)	181 (56%)
Previsão de Tempo e Clima	154	163	136 (83%)	136 (83%)	134 (82%)	131 (80%)
Monitoramento de Biomas e Queimadas	134	121	70 (58%)	63 (52%)	55 (45%)	50 (41%)
Clima Espacial	115	106	73 (69%)	68 (64%)	59 (59%)	54 (51%)
Gestão+DIR+TI	299	271	190 (70%)	173 (64%)	158 (58%)	147 (54%)
Total	1049	987	726 (74%)	674 (68%)	633 (64%)	563 (57%)

Obs: As marcações em itálico referem-se a quadros com porcentagem igual ou inferior a 75% do valor efetivo em 31/10/2015.

O resultado da análise foi utilizado como justificativa para a autorização de concurso para provimento de 438 vagas para o INPE, distribuídas entre as carreiras de pesquisador (70 vagas), tecnologista (200 vagas), técnico (58 vagas), analista de C&T (50 vagas) e assistente de C&T (60 vagas), solicitadas ao MP pelo MCTI, conforme explicitado no Aviso Interministerial 169/MCTI, de 20/09/2013. A atualização do estudo, em 2014, considerou uma pequena ampliação do quadro, de 126 vagas, pleiteada para atender adequadamente as demandas apresentadas ao Instituto no PPA 2016-2019.

Esta reposição/ampliação (564 vagas), caso efetivada em 2016, somente será suficiente para, em fins de 2017, o INPE retomar aproximadamente o efetivo de janeiro de 2014, uma vez que o MCTI informou que as 68 vagas usadas para resolver a questão dos funcionários temporários CDT, também assunto do Acórdão no. 43/2103, serão descontadas do total de 438 vagas.

Alguns dos grandes desafios que o INPE enfrentará nos próximos anos, ligados ao PNAE, são o PESE e a construção e integração de satélites geoestacionários. Uma equipe para atuar no PESE, que envolve a construção de várias constelações de satélites, deve seguir os moldes do CBERS e necessitará de uma equipe de dimensões equivalentes. O número, baseado no quadro atual que contempla servidores da ETE e do LIT e na expectativa de aposentadorias, é da ordem de 80 servidores. Para a construção

e integração de satélites geoestacionários, pode haver um compartilhamento de competências com o PESE (que contempla também um satélite geoestacionário) e uma adição de 40 servidores, número este baseado no quadro atual e aposentadorias dos projetos SGDC (LIT) e Novas Missões (ETE). Os novos desafios na área de acesso ao espaço seriam atendidos por 120 novos servidores.

A área de aplicações de interesse para a Defesa (Observação da Terra e Ciências Espaciais e Atmosféricas), que tratam dos programas de Clima Espacial, Desmatamento de Biomas e Queimadas, necessita de reposição da mesma ordem em 2016 (cerca de 120 servidores) para manter números equivalentes aos de setembro de 2014.

A Área de Gestão

A Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia é destinada a servidores habilitados a exercer atividades de apoio à direção, à coordenação, à organização, ao planejamento, ao controle e à avaliação de projetos de pesquisa e desenvolvimento na área de Ciência e Tecnologia, bem como toda atividade de suporte administrativo. Essa área conta, atualmente, com 206 servidores e já se encontra em situação crítica, com áreas estratégicas em que há somente um (ou nenhum) servidor atuando. Conforme visto nas anteriores, ambas as áreas já atingiram o estágio crítico em 2014, com a aposentadoria de 10% da equipe atual entre 30/09/2014 e 30/09/2015. Em 2020, o INPE poderá ter menos de um terço (32%) da força de trabalho atual na área de gestão, tornando inviável a operação do Instituto.

Considerando-se que as atividades desenvolvidas pela gestão contemplam um nível crescente de complexidade, exigindo alta competência, e que é necessário prever um período de transição entre o ingresso de um servidor e a aposentadoria de outro, que se dá tanto através do conhecimento explícito, quanto do conhecimento tácito, a recomposição do quadro de Gestão é uma necessidade premente do Instituto.

Sob a óptica do decréscimo do quadro de servidores, é possível identificar dois níveis de processos desenvolvidos no INPE por servidores da Gestão: os de impacto imediato devido às aposentadorias previstas até 2017 (denominados de “Alto Impacto”) e os de impacto médio em decorrência das aposentadorias previstas até 2020 (denominados de “Médio Impacto”). Cabe ressaltar que os processos que incluem a utilização de sistemas governamentais são impactados de forma acentuada e imediata, uma vez que, por lei, somente servidores podem realizá-los.

No grupo “Alto Impacto” são incluídos, entre outros, os processos de planejamento, execução e acompanhamento orçamentário e financeiro; auditoria interna; concessão de benefícios, pensões, licenças, afastamentos, pagamento de pessoal; segurança e medicina do trabalho; administração de contratos; operação de sistemas governamentais (SIASG, SIAFI, SCDP, entre outros); processos de compras (licitação e pregão); importação e exportação; elaboração, acompanhamento e avaliação de indicadores de C,T&I; processos de concessão de diárias; gestão da informação; gestão do conhecimento; monitoramento e avaliação estratégica; assessoramento executivo.

No grupo “Médio Impacto” são incluídos, entre outros, os processos de gestão da capacitação; aplicabilidade de tributos; organização de eventos de difusão do

conhecimento, simpósios e assembléas; gestão documental; acompanhamento de licenças médicas, psicológico e social; acompanhamento e vistoria técnica de infraestrutura; gestão patrimonial; processo administrativo disciplinar e sindicâncias; assessoramento executivo; apoio à administração de projetos de pesquisa; gerência de logística, programas e qualidade; gestão da propriedade intelectual; manutenção da infraestrutura das redes de comunicação.

A área de gestão tem prevista a contratação de 50 analistas e 60 assistentes em C&T. Em 2016, esse número, somado à expectativa de aposentadoria da área, já não é suficiente para retornar ao patamar de setembro de 2014. A perda de recursos humanos na área de gestão vem tornando precários ou inoperantes vários processos que dão suporte às atividades fim do Instituto, afetando direta e imediatamente sua capacidade de atingir os objetivos de sua missão. Deve-se ressaltar que, ao contrário das carreiras de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, em que os servidores permanecem ativos, muitas vezes até a aposentadoria compulsória, uma característica marcante dos servidores da Carreira de Gestão é requerer a aposentadoria assim que a condição legal para entrar com o requerimento é atingida.

Conclusões

Os resultados dos estudos e levantamentos feitos pelas diversas áreas do INPE apontam para um quadro crítico de queda de qualidade nas atividades e serviços prestados pelo INPE. Internamente, com a queda permanente dos quadros de gestão desde 2010, os problemas nas ações administrativas, gestão de contratos e atividades de manutenção das unidades do INPE já são notadas. As soluções apontadas pelo estudo para atender as demandas do Acórdão no. 43/2013, com as necessidades de reposição, adequação e ampliação de seu quadro funcional, assim como a expectativa de aposentadorias, indicavam a contratação de 1220 servidores a partir de 2014.

O plano de ação que contemplou a substituição dos contratados temporários, que desempenhavam atividades inerentes à atuação finalística do INPE, por servidores efetivos, via concurso público, realizado no primeiro semestre de 2014, permitiu a contratação de 68 novos servidores para as áreas de previsão de tempo e ciência do sistema terrestre, mas atendeu somente uma pequena da demanda atual do Instituto.

É fundamental registrar que, em 30/12/2015, 261 servidores já possuíam condições de requerer suas aposentadorias. Isto representa 26% do quadro de servidores ativos no momento, sendo que a quase totalidade dos casos encontra-se recebendo abono de permanência. Esse fato é uma forte ameaça à manutenção da capacidade operacional do Instituto, uma vez que é sabido (e reiterado por muitos dos servidores nessa situação) que, caso o abono seja revogado pelo governo, praticamente todos que se encontram nessa condição entrarão com requerimento de aposentadoria.

A perda de lideranças e servidores mais experientes em todas as áreas de atuação do Instituto ameaça a qualidade dos serviços prestados pelo INPE à sociedade. Na data da conclusão deste relatório, 3 das 5 grandes áreas listadas já podem ter seu quadro reduzido para menos de 75% do quadro e, potencialmente, o efetivo total do INPE pode cair para 71% do valor nominal em 31/10/2015. Uma redução desse porte terá grande impacto na eficácia para atender as demandas de governo que dependem de acesso ao

espaço e afetará a transferência do conhecimento para as gerações mais novas, podendo, em curto prazo, inviabilizar a trajetória do INPE como centro de excelência no País.

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 66 - Quadro - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1191	980	58	67
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1190	980	58	67
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1190	979	58	67
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1191	980	58	67

Fonte: FE-dezembro 2015

Quadro 67 - Quadro - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	218	762
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	218	762
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	218	761
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	218	762

Fonte: FE-dezembro 2015

Quadro 68 - Quadro - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	64	60	18	10
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	64	60	18	10
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	61	0	18	10
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	2	2	0	0
2. Funções Gratificadas	19	18	2	3
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	19	17	2	3
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	83	78	20	13

Fonte: FE-dezembro 2015

Análise Crítica

A carência de servidores no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, principalmente na área meio, vem de muitos anos. A quantidade de servidores disponíveis não é suficiente frente às necessidades da UPC.

A força de trabalho está com idade média de 51,22 anos e a cada ano cresce o número de aposentadorias. Esse fato impacta direta e negativamente no desenvolvimento das atividades da área meio e fim do INPE.

Mesmo com os Concursos Públicos realizados nos últimos anos, o quantitativo de servidores nomeados não supre a necessidade real, as vagas autorizadas são inferiores à força de trabalho perdida, principalmente na área meio.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 69 - Quadro - Despesas do pessoal

Tipologias / Exercícios		Vencimentos e Vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercício	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercício	2015	73.577.250,94	1.694.849,79	31.019.106,06	47.783.778,37	4.862.755,09	6.111.336,96	511.642,18	10.806,64	0,00	165.571.526,03
	2014	70.517.824,97	1.766.332,19	31.836.102,70	46.512.165,14	4.960.081,54	5.989.536,02	66.050,38	29.634,52	0,00	161.677.727,46
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercício	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Servidores SEMVÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercício	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercício	2015	679.714,43	0,00	270.684,47	496.516,02	16.412,00	14.339,16	192,84	0,00	0,00	1.477.858,92
	2014	710.730,90	0,00	288.643,05	487.293,42	20.142,00	24.493,03	300,90	0,00	0,00	1.531.603,30
Servidores com contrato temporário											
Exercício	2015	168.084,00	0,00	20.367,53	62.111,38	4.765,86	9.392,68	177.233,87	0,00	0,00	441.955,32
	2014	3.894.286,23	0,00	319.179,79	147.998,29	302.224,79	0,00	89.637,28	0,00	0,00	4.753.326,38

Fonte: SIAPE-dezembro 2015

Observação: Todos os contratos temporários que existiam no INPE foram extintos em janeiro de 2015.

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A gestão de riscos na área de pessoal objetiva planejar a captação de recursos humanos de forma a reduzir ao mínimo possível os impactos dos riscos oriundos de vacâncias.

O INPE periodicamente realiza estudos que quantificam a necessidade de Concurso Público para repor a força de trabalho das Carreiras de C&T.

Tais estudos são encaminhados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e compõem o Quadro de Necessidades daquele Órgão.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Quadro 70 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Nome: INPE - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS						
UG/Gestão: 240106						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situaç ativo normal (a), ativo prorrogado (p) ou encerrado (e)ão:
			INÍCIO	FIM		
2013	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de auxiliar administrativo	BS Serviços e Tecnologia 03.655.231/0001-21	10/07/2013	10/07/2016	Médio	(P)
2011	Vigilância Patrimonial de São José dos Campos	ORPAN Organização Panamericana de Segurança Patrimonial LTDA. 05.137.100/0001-82	30/11/2011	30/11/2016	Médio	(P)
2013	Vigilância Patrimonial de Atibaia	ORPAN organização Panamericana de segurança patrimonial LTDA 5.137.100/0001-82	25/09/2013	25/09/2016	Médio	(P)
2015	Prestação de serviços continuados de limpeza predial com fornecimento de materiais domissanitários, utensílios e equipamentos a serem realizados nas unidades do INPE em São José dos Campos-SP e Atibaia-SP.	Perfect Clean Serviços Especializados Eireli – EPP 12.066.450/0001-66	01/12/2015	01/12/2016	Fundamental	(A)

Quadro 71 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de Cargos da Unidade

Nome: INPE – CRA						
UG/Gestão: 240106						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situaç ativo normal (a), ativo prorrogado (p) ou encerrado (e)ão:
			INÍCIO	FIM		
2014	Contratação de empresa especializada para prestação de Vigilância Patrimonial Armada para as Áreas do INPE/CRA	Empresa Vidicon Serviços de Vigilância Ltda	14/11/2014	14/11/2016	Médio	(P)
2013	Prestação de serviços especializados de limpeza e conservação	Empresa L. Sales Serviços Ltda.	06/03/2013	06/03/2016	Médio	(P)

Quadro 72 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de Cargos da Unidade

Nome: INPE – CRS – SANTA MARIA						
UG/Gestão: 240106						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situaç ativo normal (a), ativo prorrogado (p) ou encerrado (e)ão:
			INÍCIO	FIM		
2012	Prestação de serviços especializados de apoio administrativo	Multiágil limpeza portaria e associados Ltda	23/11/12	23/11/17	Médio	(P)
2015	Prestação de serviços de vigilância armada do OES, em São Martinho da Serra,RS	Epavi Segurança Ltda	02/10/15	02/10/20	Médio	(A)
2013	Prestação de serviços continuados em limpeza e conservação de áreas verdes, do OES.	Sulclean Serviços Ltda CNPJ: 06.205.427/0001-02	18/11/13	18/11/18	Fundamental	(P)
2013	Prestação de serviços especializados em limpeza predial.	Selp Prestação de Serviços Ltda CNPJ: 02.220.169/0001-82	28/02/13	28/02/18	Não há exigência	(P)
2013	Prestação de serviços continuados em limpeza e conservação de áreas verdes, do CRS.	Selp Prestação de Serviços Ltda CNPJ: 02.220.169/0001-82	19/11/13	19/11/18	Não há exigência	(P)

Quadro 73 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de Cargos da Unidade

Nome: INPE – DAE – SÃO LUIS						
UG/Gestão: 240106						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situaç ativo normal (a), ativo prorrogado (p) ou encerrado (e)ão:
			INÍCIO	FIM		
2013	Segurança Patrimonial	Alerta Segurança Privada Ltda	2013	2017	Médio	(P)
2014	Limpeza Predial, Conservação e Limpeza de Áreas Verdes.	Projebel Serviços Comércio LTDA	2014	2016	Médio	(P)

Quadro 74 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de Cargos da Unidade

Nome: INPE – CACHOEIRA PAULISTA						
UG/Gestão: 240108						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situaç ativo normal (a), ativo prorrogado (p) ou encerrado (e)ão:
			INÍCIO	FIM		
2014	Contratação de empresa especializada para prestação de Vigilância Patrimonial Armada	Aço Forte Segurança e Vigilância Ltda	14/11/2014	14/11/2016	Ensino Médio	(P) 62
2016	Mantenabilidade da infraestrutura essencial dos sistemas elétricos, eletrônicos e refrigeração	TMA Engenharia e Comércio LTDA	02/03/2016	02/08/2016	01 Superior 03 Médio	(A) 04
2016	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva	Escala serviços de projetos industriais e manutenção Ltda	02/03/2016	02/08/2016	01 superior 03 Médio	(A) 04

Quadro 75 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de Cargos da Unidade

Nome: INPE – CUIABÁ						
UG/Gestão: 240106						
Ano do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situaç ativo normal (a), ativo prorrogado (p) ou encerrado (e)ão:
			INÍCIO	FIM		
2016	Contratação da empresa Ruela e Soares Ltda., para a prestação de serviços de limpeza e conservação predial	10.732.146/00001-85	12/01/2016	12/01/2017	Fundamental	(A)
2012	Contratação da empresa Segvel- Serviços de Segurança e Vigilância Ltda., para a prestação de serviços de vigilância armada	05.083.119/0001-99	03/10/2012	03/10/2016	Fundamental	(P)

Quadro 76 - Contratação de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes em 2015				Despesa no exercício de 2015
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	117	119	120	127	896.168,00
1.1 Área Fim	69	71	71	75	529.120,00
1.2 Área Meio	48	48	49	52	367.048,00
2. Nível Médio	22	31	31	32	139.726,00
2.1 Área Fim	16	23	23	24	107.180,00
2.2 Área Meio	6	8	8	8	32.546,00
3. Total (1+2)	136	150	151	159	1.035.894,00
Análise Crítica					

Fonte: SIAPE-dezembro 2015

A contratação de estagiários no âmbito do INPE tem amparo na Lei nº 11.788/2008, Orientação Normativa nº 4/2014 da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento e Contrato nº 09/2015, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI e o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE. Internamente, o INPE segue a Resolução RE/DIR-066 – Concessão de Estágio (disponível na Intranet), que se baseia nesta legislação.

As vagas de estágio, autorizadas pelo MCTI, são preenchidas de acordo com a demanda interna deste Instituto, mediante processo seletivo nas áreas. Os resultados observados para a área meio e fim são bastante positivos.

Registra-se, no entanto, como aspecto negativo a elevada rotatividade dos estagiários, motivada pelos baixos valores da bolsa de estágio (R\$520,00 e 290,00 para nível superior e médio, respectivamente) para carga horária máxima de 30 (trinta) horas semanais.

A seguir é apresentado quadro com a evolução das quantidades médias de contratos e a despesa para os exercícios de 2013, 2014 e 2015.

Quadro 77 – Evolução das quantidades e despesas nos últimos anos

Nível de escolaridade	Evolução das quantidades e despesa nos últimos anos					
	2013		2014		2015	
	Média de contratos	Despesa	Média de contratos	Despesa	Média de contratos	Despesa
1. Nível superior	117	932.842,42	116	930.560,00	121	896.168,00
1.1 Área Fim	60	478.483,83	43	352.760,00	72	529.120,00
1.2 Área Meio	57	454.358,59	73	577.800,00	49	367.048,00
2. Nível Médio	46	205.180,49	28	122.600,00	30	139.726,00
2.1 Área Fim	27	121.090,12	20	88.800,00	22	107.180,00
2.2 Área Meio	19	84.090,37	8	33.800,00	8	32.546,00
3. Total (1+2)	163	1.138.022,91	144	1.053.160,00	151	1.035.894,00

Fonte: SIAPE-dezembro 2015

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da união

Na UG do INPE em São José dos Campos (240106) os registros de imóveis (no SPIUnet) são realizados pelo responsável pelo patrimônio.

A Unidade de São José dos Campos, registrada no SPIUnet com RIP de nº 7099.00506.500-0, é a sede do Instituto, instalado em um terreno de 247.684,00 m² cedido por um período de 100 anos (01/02/1963 a 31/01/2063) pelo DCTA do Ministério da Defesa. A Unidade conta com 53 prédios.

A Unidade de São Martinho da Serra - RS, registrada no SPIUnet com RIP de nº 5793.00002.500-5, é o Observatório Espacial do Sul, instalado em um terreno de 120.000,00 m² DOADO pelo GRPU-RS do Ministério do Planejamento conforme termo de entrega datado de 04 de maio de 2001, com 06 prédios construídos a partir de 1997.

A Unidade de Cuiabá, registrada no SPIUnet com RIP de nº 9067.00205.500-7, é o Centro Político Administrativo, instalado em um terreno de 299.831,50 m² doado pelo Estado do Mato Grosso aguardando entrega definitiva conforme processo nº 45496/2006, 287874/2006 e 42096/2007, com 06 prédios.

O Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais (Santa Maria – RS), Com RIP de nº 8841.00455.500-9, construídos em um terreno com área de 176.920,00m² da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM conforme Instrumento público de cessão de uso publicado no diário oficial da união em 19/12/1996 nº 246 pag. 26934.

O Centro Regional da Amazônia (Belém – PA) Com RIP de nº 0427.00954.500-7, criado pela portaria 729 de 20 de novembro de 2007. Este Centro está em operação desde janeiro de 2009.

O Centro de Rádio-Astronomia e Astrofísica – CRAAM (*Atibaia – SP*, Com RIP de nº 6181.00029.500-6). O Centro de Rádio-Astronomia e Astrofísica instalado na cidade de Atibaia-SP por ser um ponto estratégico para observar explosões solares, ocupa uma área cedida em regime de comodato pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 20 de Abril de 1977, mediante convênio de cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o Instituto Mackenzie, com vigência de 30 anos e prorrogado através de termo aditivo por 66 anos.

A Unidade INPE em São Luiz – *Maranhão*, com RIP de nº 0921.00825.500-8. A unidade de São Luis – MA, ocupa uma área de 7 ha. no Campus Cidade Universitária D. Paulo VI, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. A área foi cedida por força do instrumento Público de Cessão de uso celebrado entre a UEMA e o INPE datado de 30 de abril de 1991, onde funciona o Observatório Geofísico Espacial.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, para o desenvolvimento de suas atividades na área de gestão dos imóveis s acima, conta com o setor de patrimônio, subordinado a Coordenação de Gestão Interna (CGI) na Sede de São José dos Campos.

Este setor também responsável pela gestão contábil dos bens móveis e imóveis de uso do MCTI – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, além de realizar a sua conciliação no SIAFI e no SPIUnet.

A estrutura de controle e gestão do setor de Patrimônio está a cargo de dois servidores, considerando que apenas um deles (responsável) detém o acesso aos sistemas de controle de imóveis, o SPIUnet.

Mensalmente, por ocasião do fechamento contábil do Patrimônio é feito o acompanhamento, a verificação e a conciliação dos registros e informações dos imóveis, no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet, considerado qualitativamente eficiente visto que os lançamentos quando necessários são efetuados pelo servidor responsável pela contabilização.

O INPE não possui imóvel locado de terceiros.

Quadro 78 - Despesa de Manutenção e Qualidade dos Registros Contábeis

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ									
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
240106	0921.00825.500-8 – São Luis	Em regularização - outro	Reparos importantes		30/12/2014	32.432,84	-	-	
240106	9067.00205.500-7 Cuiabá	Em regularização entrega	Reparos importantes		06/10/2015	11.550.192,87	-	-	
240106	0427.00954.500-7 Belem	Em regularização – outro	Novo		30/12/2014	7.913.091,34	-	R\$ 42.811,25	
240106	5793.00002.500-5 São Martinho	Entrega – Administração Federal Direta	Novo		18/09/2015	1.497.912,07	-	-	
240106	8841.00455.500-9 Santa Maria	Em regularização – outro	Novo		22/12/2014	8.927.250,94	-	-	
240106	6181.00029.500-6 Atibaia	Em regularização - outro	Reparos importantes		11/12/2014	997.207,80	-	-	
240106	7099.00506.500-0 São José	Cessão – Outros	Muito Bom		17/09/2015	65.812.599,96	-	R\$ 626.366,63	
Total								R\$	669.177,88
Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União									

Obs.: Valores referentes as despesas de manutenção no ano de 2015, somente nas unidades de Belém e São José dos Campos.

Quadro 79 - Quadro – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF – MA – Maranhão	1	1
	0921 – São Luis	1	1
	UF – MT – Mato Grosso	1	1
	9067 – Cuiabá	1	1
	UF – PA – Para	1	1
	0427 – Belém	1	1
	UF – RS – Rio Grande do Sul	2	2
	5793 – São Martinho da Serra	1	1
	8841 – Santa Maria	1	1
	UF – SP – São Paulo	2	2
6181 – Atibaia	1	1	
7099 – São José dos Campos	1	1	

Subtotal Brasil		7	7
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		7	7

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

6.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros

<p style="text-align: center;">DECLARAÇÃO</p> <p>Declaro que o INPE não possui imóvel locado de terceiros.</p> <p style="text-align: center;">ADEMIR BEZERRA DE ANDRADE RESP. PELO ALMOX. E PATRIMÔNIO RE DIR 012.49</p>

6.3 Gestão da tecnologia da informação

- a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor do INPE vigente (PD 2011-2015) estabelece, entre seus Objetivos Estratégicos (OE), dois objetivos considerados base para a criação de diretrizes que norteiam a elaboração do planejamento de TI. São estes:

OE11: “Produzir dados, software e metodologias para fortalecer a atuação do INPE nas áreas de aplicações espaciais, da saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento urbano”.

OE12: “Prover a infraestrutura, a gestão de competências e de pessoas, e os serviços administrativos de forma a garantir a plena execução das atividades do INPE”.

Estes Objetivos Estratégicos causam impacto direto a todos os demais OEs e, em particular, à área de TI, e foram considerados como base para o estabelecimento de diretrizes, iniciativas e objetivos estratégicos do PETI-INPE e para definição dos planos de ação do PDTI-INPE.

Neste contexto, a tecnologia da informação é ferramenta essencial para o funcionamento do INPE, seja nas atividades finalística (p.ex. sensoriamento remoto, meteorologia, engenharia e tecnologia espacial etc.), seja nas atividades de suporte (administração, gestão de pessoas, orçamento e finanças etc.).

PETI-INPE

Atendendo a Instrução Normativa IN SLTI/MP Nº 04/2014 (IN04) e elevando o nível de maturidade do INPE em Governança de TI, o Planejamento de TI do INPE encontra-se consolidado pelos documentos: Planejamento Estratégico de TI (PETI-INPE) e Plano Diretor de TI (PDTI-INPE), ambos alinhados ao Plano Estratégico Institucional (Plano Diretor do INPE: PDI-INPE), de modo que toda necessidade de serviços de TI vise o atendimento da missão institucional.

O PETI complementa o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), por meio do planejamento dos recursos de tecnologia da informação, envolvendo a definição dos objetivos estratégicos específicos para a área de TI e o estabelecimento de diretrizes e as metas que orientam a construção do Planejamento de TI do INPE.

O PETI-INPE 2015-2016 v.01 foi criado por uma equipe multidisciplinar da área de TI e foi aprovado pelo Comitê Assessor de TI (CATI) em 08/10/2016, data esta na qual este documento foi remetido à Direção do INPE para aprovação.

O PETI-INPE 2015-2016 estabelece as iniciativas estratégicas e os objetivos estratégicos de TI do INPE, os quais foram desenvolvidos com base em:

- Princípios, instruções normativas, orientações e recomendações apontadas nos acórdãos e ofícios dos órgãos de controle do Governo Federal;
- Recomendações da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações - EGTIC 2014-2015 da SLTI/SISP;
- Objetivos estratégicos OE11 e OE12 definidos no PDTI-INPE 2011-2015;
- PETI 2013-2015 do Ministério do Planejamento, à exceção de especificidades próprias de atividades únicas do INPE;
- Os objetivos estratégicos de TI do INPE contidos no PETI-INPE 2015-2016 encontram-se organizados em três perspectivas, incluindo:
 - Resultados: indica os resultados tangíveis da estratégia adotada, que geram impacto para a própria área de TI e para as áreas finalísticas do INPE.
 - Processos: indica os objetivos relacionados às ações internas e de apoio direto ao alcance da visão.
 - Sustentação: indica os objetivos relacionados à qualificação dos recursos humanos, utilização eficaz dos recursos orçamentários e dimensionamento tecnológico.

A responsabilidade pelo cumprimento do PETI é da Alta Administração, do Coordenador de TI e dos gestores de área de todas as unidades finalísticas e administrativas do Instituto.

O PETI-INPE constitui o referencial básico para a elaboração do Plano Diretor de TI do INPE (PDTI-INPE). As iniciativas estratégicas do PETI-INPE indicam as diretrizes a serem seguidas para o alcance dos objetivos estratégicos de TI. O plano de ações do novo PDTI-INPE está sendo elaborado em conformidade com estas iniciativas estratégicas e as ações do PDTI devem ser monitoradas por meio de indicadores e metas.

PDTI-INPE

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (PDTI-INPE) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para apoio às atividades finalísticas e administrativas do Instituto por um determinado período.

O PDTI-INPE tem por objetivo definir estratégias e diretrizes em Tecnologia da Informação e Comunicações que possibilitem ao INPE alcançar seus objetivos e metas institucionais.

O PDTI-INPE descreve como o INPE realizará a transição de sua situação atual relacionada à TI para uma situação futura, a partir da definição de um plano de metas e ações. Este plano deve ser revisto anualmente.

Os envolvidos nos processos de elaboração, acompanhamento e aprovação do PDTI são, respectivamente: Equipe de Elaboração e Acompanhamento do PDTI (EqPDTI), Comitê Assessor de TI (CATI) Coordenador de TI e Diretor do INPE.

O PDTI-INPE 2015-2016 v.06 foi criado por uma equipe multidisciplinar proveniente de diferentes áreas do INPE e foi aprovado pelo Comitê Assessor de TI (CATI) em 12/2015.

Na nova versão do PDTI-INPE 2016-2017, que está sendo elaborada segundo as recomendações do SISP/SLTI, são apresentados: análise dos ambientes interno e externo à área de TI; definição dos planos de ação e indicadores de desempenho das ações estabelecidas, em conformidade com os objetivos estratégicos da TI e o planejamento de investimentos necessários; planejamento do quantitativo e da capacitação de pessoas para a área de TI e identificação e tratamento de riscos relacionados à TI.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Assessor de Tecnologia da Informação (CATI) foi criado em outubro de 2014, conforme DE/DIR-2832.

O CATI é constituído por colaboradores das áreas finalísticas do INPE e da área de TI. Este Comitê atua de forma consultiva junto a Coordenação de Tecnologia da Informação, cabendo-lhe dar pareceres sobre os seguintes assuntos relacionados a TIC no INPE:

- a) Conteúdo e divulgação do PETI e PDTI;
- b) Procedimentos para atendimento a requisitos de governança e segurança em tecnologia da informação e comunicações e governo eletrônico;
- c) Planejamento de médio e longo prazo, prioridades e distribuição dos recursos de TIC;
- d) Gerenciamento de dados;
- e) Padrões de qualidade e avaliação de desempenho dos serviços de TIC;
- f) Metodologias de desenvolvimento de sistema de informação;
- g) Procedimentos para aquisição de produtos e serviços de TIC;
- h) Novas tecnologias a serem utilizadas;
- i) Normas internas relacionadas a TI.

São atribuições do Presidente do CATI:

- a) Convocar reuniões, estabelecendo a respectiva pauta;
- b) Indicar relatores para os assuntos a serem tratados nas reuniões;
- c) Designar um membro para secretariar as reuniões;
- d) Conduzir a reunião com base na pauta;
- e) Acompanhar as atividades do Comitê;
- f) Observar os prazos e obrigações para renovação do Comitê.

Este comitê tem o mandato de 1 (um) ano, a contar da data de assinatura da Portaria de Designação (23/10/2014), e a indicação dos membros do próximo mandato deve ocorrer até 1(um) mês antes de expirar o mandato atual, de forma a garantir a continuidade das atividades deste Comitê.

Componentes da CATI

Antonio Esio Marcondes Salgado – Presidente

Airam Jonatas Preto

Benicio Pereira de Carvalho Filho

Elbert Einstein Nehrer Macau

Filipe de Simone Cividanes

Horácio Hiroiti Sawame

João Benedito Diehl

Joaquim Eduardo Rezende Costa

Lília de Sá Silva

Luiz Flávio Rodrigues

Maria de Fatima Mattiello Francisco

Maurício Gonçalves Vieira Ferreira

Pedro Ribeiro de Andrade Neto

Ricardo Varela Correa

Principais Decisões CATI

- 1a Reunião (14/10/2014): Início dos trabalhos. Apresentação dos membros do CATI pelo Gabinete do Diretor, definição das atribuições e entendimento da missão.
- 2a Reunião (29/05/2015): Necessidade de modificar o processo de compras para passar pela área de TI e retornar para área finalística. Esclarecimentos das responsabilidades da TI corporativa. Envio do documento Planejamento Estratégico de TI (PETI) para aprovação do CATI. Definição da distribuição do enlace de 10GB Internet para o INPE-Cachoeira Paulista, sem prejuízo às atividades do CPTEC. Realização de análise da infraestrutura e cabeamento de rede dos prédios visando reestruturação necessária para instalação de telefonia VoIP em todo o INPE. Manter a conexão ponto a ponto na telefonia existente entre os Centros de Controle de Satélite de Cuiabá e SJC e implantar uma conexão RNP. Migração das contas de mail de todas as áreas, divisões e serviços do INPE - SJC. Desenvolvimento de aplicativo de cadastramento de contas (login/senha) - Login Institucional de uso comum no correio eletrônico e outros sistemas institucionais.
- 3a Reunião (02/07/2015): Apresentação do Plano de Providências TCU enviado à Direção. Definição do PDTI e comunicação da necessidade de definir a Equipe de Elaboração do PDTI (EqPDTI). Atualização do PETI segundo as revisões do CATI. Apresentação da necessidade de elaborar a POSIC e definir a Comissão de Segurança da Informação do INPE. Sobre a migração do correio eletrônico corporativo, decidiu-se continuar o processo em andamento.
- 4a Reunião (25/09/2015): Apresentação da primeira parte do novo PDTI atualizada no padrão SISP e metodologia adotada. Estado atual dos processos licitatórios na TI INPE e notícias sobre os contratos atuais na área de comunicação.
- 5a Reunião (11/11/2015): Comunicação da situação dos processos licitatórios e contratos da área, dificuldades encontradas na renovação dos contratos e decisões na condução dos processos.

- c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Principais sistemas de gestão em produção no período:

1) SIPLAN – Sistema de Planejamento Orçamentário

- | | |
|--------------------------------------|--|
| 1.1) Objetivo: | Gestão de recursos orçamentários |
| 1.2) Principais funcionalidades: | Gerenciar os recursos orçamentários, facilitando seu planejamento e garantindo um melhor controle dos gastos |
| 1.3) Responsável Técnico: | José Bento Fontes |
| 1.4) Responsável da área de Negócio: | Simone Redivo |
| 1.5) Criticidade: | Alta |
| 1.6) Estado atual: | Sistema em produção |

2) SIGECON – Sistema de Gestão de Contratos

- | | |
|--------------------------------------|---|
| 2.1) Objetivo: | Gestão de contratos |
| 2.2) Principais funcionalidades: | Registro de contratos, registro de eventos associados a cada contrato (pagamentos, glosas, ocorrências, aditivos, apostilamentos, etc.) |
| 2.3) Responsável Técnico: | José Luiz Moreira |
| 2.4) Responsável da área de Negócio: | Antonio Esio Marcondes Salgado |
| 2.5) Criticidade: | Alta |
| 2.6) Estado atual: | Sistema em fase inicial de produção |

3) COMPRAS – Sistema de Compras

- | | |
|--------------------------------------|---|
| 3.1) Objetivo: | Gestão do processo de compras |
| 3.2) Principais funcionalidades: | Registro de todas as etapas do processo de compras, emissão de Requisições de Compras |
| 3.3) Responsável Técnico: | José Bento Fontes |
| 3.4) Responsável da área de Negócio: | Ademir Jorge |
| 3.5) Criticidade: | Alta |
| 3.6) Estado atual: | Sistema em produção |

4) PATRIMÔNIO – Sistema de Gestão de Patrimônio

- | | |
|--------------------------------------|--|
| 4.1) Objetivo: | Gestão de patrimônio do INPE |
| 4.2) Principais funcionalidades: | Registro de bens patrimoniais, registro de movimentação de bens cadastrados, registro de baixa de bens |
| 4.3) Responsável Técnico: | Luiz Alberto Melo |
| 4.4) Responsável da área de Negócio: | José Raimundo Costa Santos |

- 4.5) Criticidade: Alta
- 4.6) Estado atual: Sistema em produção
- 5) SÍTIO INTERNET**
- 5.1) Objetivo: Sítio Internet do INPE
- 5.2) Principais funcionalidades: Divulgação de informações institucionais na Internet para integração de sistemas e informações institucionais
- 5.3) Responsável Técnico: Jacqueline Georgette Sire Salgado
- 5.4) Responsável da área de Negócio: Direção INPE
- 5.5) Criticidade: Alta
- 5.6) Estado atual: Sistema em produção
- 6) SÍTIO INTRANET**
- 6.1) Objetivo: Sítio Intranet do INPE
- 6.2) Principais funcionalidades: Divulgação de informações institucionais na Intranet para integração de sistemas e informações institucionais
- 6.3) Responsável Técnico: José Luiz Moreira
- 6.4) Responsável da área de Negócio: Direção INPE
- 6.5) Criticidade: Alta
- 6.6) Estado atual: Sistema em produção
- 7) DISCO VIRTUAL**
- 7.1) Objetivo: Repositório individual de dados interno ao INPE
- 7.2) Principais funcionalidades: Disponibilizar repositório individual de documentos com as funções básicas de gerenciador de arquivos para ambiente WEB
- 7.3) Responsável Técnico: José Luiz Moreira
- 7.4) Responsável da área de Negócio: Antonio Esio Marcondes Salgado
- 7.5) Criticidade: Alta
- 7.6) Estado atual: Sistema em fase inicial de produção
- 8) SGC - Sistema de gestão de capacitação por competência**
- 8.1) Objetivo: Gestão de capacitação por competência
- 8.2) Principais funcionalidades: Emissão de certificados de eventos de capacitação e eventos institucionais e correlatos
- 8.3) Responsável Técnico: José Bento Fontes
- 8.4) Responsável da área de Negócio: Danusa Aparecida Batista Caramello
- 8.5) Criticidade: Média
- 8.6) Estado atual: Sistema em produção

9) SAEV

- 9.1) Objetivo: Administração de eventos
9.2) Principais funcionalidades: Registro de atividades ligadas a eventos do tipo congressos, simpósios, reuniões técnicas envolvendo público interno e externo.
9.3) Responsável Técnico: José Bento Fontes
9.4) Responsável da área de Negócio: Douglas Francisco Marcolino Gherardi
9.5) Criticidade: Média
9.6) Estado atual: Sistema em produção

- d)** Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Quadro 80 - Plano e capacitação planejado para o ano de 2015

NOME DA CAPACITAÇÃO PREVISTA	Nº PARTIC. PREVISTOS	CARGA HORÁRIA
Segurança da Informação	30	8
Certificação Digital	4	16
Planejamento de TI	3	16
Governança de TI	8	40
Gerenciamento de Projetos de TI	5	24
Gerenciamento de Processos	5	24
Excel Básico última versão	2	24
Excel Avançado última versão	2	24
Powerpoint última versão	2	20
Congresso Internacional de Secretariado	1	24
Encontro Nacional de Secretariado	1	24
Congresso Brasileiro de Liderança e Informação	1	8
Participação em eventos de TI e secretariado	10	16

Quadro 81 - Treinamentos efetivamente realizados no período

NOME DA CAPACITAÇÃO	Nº PARTIC.	CARGA HORÁRIA	LOCAL	PARTICIPANTES	PERÍODO
Governança de TI Básico I: Cobit 5	10	16h	INPE-SJCampos	André Rodolpho Silva João Messias Alves da Silva Clayton Martins Pereira Jacqueline G. Sire Salgado José Bento Fontes José Luiz Moreira Luiz Alberto de Campos Melo Lília de Sá Silva Milena Prado da Costa Sene Maria do Rosário Gifoni Tierno	18 e 19/11/2015
Congresso Internacional de Secretariado	1	24h	Santos	Rita Aparecida da Costa	20 a 22/08/2015
11o Encontro Nacional de Secretariado	1	24h	Rio de Janeiro	Rita Aparecida da Costa	30/09/2015 a 02/10/2015
Fórum RNP	2	16h	Brasília	Ricardo Varela Correia Antonio Esio M. Salgado	25 a 27/08/2015
Phyton Básico	1	20h	INPE-SJCampos	Alexandre Balistrieri	10 a 14/08/2015
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	1	40h	INPE-SJCampos	Rita Aparecida da Costa	21 a 25/09/2015

- e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Quadro 82 - Quadro CTI / INPE

Nome	SIAPE	Cargo	Expectativa de Aposentadoria	Unidade
Pesquisadores				
Airam Jonatas Preto	6643787	Pesquisador	2018	STI
Tecnologistas				
Nível Superior				
Antonio Esio Marcondes Salgado	664820	Tecnologista	2018	CTI
Alexandre Balistriero	664513	Tecnologista	2020	STI
Benicio Pereira de Carvalho Filho	664308	Tecnologista	2013	STI
Jacqueline Georgette Sire Salgado	1253751	Tecnologista	2017	STI
José Bento Fontes	664507	Tecnologista	2021	STI
Koiti Ozaki	664762	Tecnologista	2017	STI
Lilia de Sá Silva	1357189	Tecnologista	2025	STI
Luiz Alberto de Campos Melo	665233	Tecnologista	2013	STI
Marcela Patrícia Cornejo Lopez	664267	Tecnologista	2019	STI
Márcia Cristina Ragazzini	664489	Tecnologista	2017	STI
Ricardo Varela Correa	664643	Tecnologista	2017	STI
Sergio França	664470	Tecnologista	2022	STI
Nível Médio				
Antonio de Queiroz Junior	1823409	Técnico	2037	STI
Gilberto Rodrigues Junior	664158	Técnico	2022	STI
João Carlos Henrique	664927	Técnico	2017	STI
José Luiz Moreira	664303	Técnico	2024	STI
Marcelo Ribeiro Braga	664919	Técnico	2016	STI
Maria do Rosário Gifoni Tierno	664180	Técnico	2017	STI
Marilene Cardoso	664688	Técnico	2007	STI
Milena Prado da Costa Sene	130885	Técnico	2032	STI
Sebastião Carlos Ribeiro Reis	664431	Técnico	2017	STI
Vicente Kaname Itikawa	664743	Técnico	2009	STI
Gestão				
Rita Aparecida da Costa	664385	Assistente C&T		STI
Terceirizados				
José Divino de Souza				STI
Ivana Aparecida Mariano				STI

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

No INPE, os serviços prestados encontram-se segmentados em 4 principais áreas:

- Atendimento ao cliente
- Redes e infraestrutura
- Desenvolvimento WEB

- Sistemas Institucionais

A Central de Serviços (Service Desk) dá suporte à execução dos processos de gerenciamento de serviços de TI no INPE.

Os processos para suportar o gerenciamento dos serviços de TI do INPE estão baseados na Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (*Information Technology Infrastructure Library - ITIL v3*) e envolvem:

- Gerenciamento de Incidente
- Cumprimento de Requisição
- Gerenciamento de Evento
- Gerenciamento de Problema
- Gerenciamento de Acesso
- Gerenciamento de Catálogo de Serviço
- Gerenciamento de Nível de Serviço
- Gerenciamento do Conhecimento
- Gerenciamento da Mudança
- Gerenciamento de Liberação e Implantação
- Validação do Serviço
- Relatório de Serviço
- Gerenciamento da Segurança da Informação

Para realizar o gerenciamento dos processos supracitados é utilizada a ferramenta de ITSM - *Information Technology Service Management* denominada CITSmart (disponível no Portal de Software Público Brasileiro), instalada em equipamentos da infraestrutura de TI do INPE.

O sistema CITSmart permite o registro de abertura de chamados, escalonamento, acompanhamento da situação do atendimento, registro de incidentes e requisições, configuração, apresenta o catálogo de serviços, entre outros.

O Gerenciamento de Eventos é realizado atualmente através da ferramenta Nagios.

O módulo de Gerenciamento da Configuração e Ativo de Serviço está em fase de projeto, envolvendo teste e homologação do software - previsão de implantação em produção: maio/2016

Com relação aos processos de Gerenciamento da Capacidade e Gerenciamento da Disponibilidade, são apresentados pela empresa prestadora de Serviço de Suporte Tecnológico de TI e Comunicação relatórios mensais (Relatório de Serviço) aos gestores de TI descrevendo a situação de componentes relacionados a serviços críticos do INPE, incluindo: email, WIFI, elementos ativos da rede (roteadores e switches de borda), firewall e *storages*.

Para os processos de Gerenciamento da Mudança, Gerenciamento de Liberação e Implantação e Validação do Serviço, é criado um documento (PMUD - Proposta de Mudança) que apresenta detalhes acerca da mudança a ser realizada, que é encaminhado por email aos gestores de TI para avaliação. Uma vez aprovada a mudança, o registro da mudança é feito no CITSmart. O documento PMUD é anexado ao sistema juntamente com o email da autorização da mudança.

O processo de Gerenciamento da Segurança da Informação é realizado com base nas normas contidas na resolução INPE "RE/DIR-518". Quando ocorre um incidente de segurança, a empresa prestadora de Serviço de Suporte Tecnológico de TI e Comunicação realiza análise do incidente e entrega relatório com a descrição detalhada da análise realizada.

O processo de Gerenciamento da Continuidade dos Serviços de TI está em fase de definição. O ambiente do Centro de Controle da RedeBeta está sendo readequado para servir de site remoto de backup de dados das principais estações servidoras do INPE.

Para Gerenciamento Financeiro dos Serviços de TI são feitas planilhas em MS-Excel para controle dos custos.

- g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Quadro 83 – Descrição projetos de TI

Projeto	Ação	Resultados Esperados	Prazo de Conclusão	OE PETI-INPE	IE PETI-INPE	Valor Orçado	Valor Despendido
Manutenção e atualização da Base de Dados Institucional	Atualizar a Base de Dados Institucional, integrando informações institucionais necessárias ao projeto RING – Repositório de Indicadores de Gestão	Dados do SID – Serviço de Informação e RH necessários ao projeto RING disponibilizados na Base Institucional	Nov/2015	OE1, OE2	IE1.1, IE2.3	*	*
Implantação do Sistema de Gestão de Patrimônio – Patrimônio-INPE	Concluir o desenvolvimento e implantar o Sistema de Gestão de Patrimônio	Sistema Patrimônio - INPE implantado	Mai/2015	OE1	IE1.1	*	*
Manutenção do Sistema de Planejamento e Compras - SIPLAN	Realizar manutenção do sistema SIPLAN para atendimento aos requisitos do cliente	Sistema SIPLAN atualizado conforme necessidades do período	Dez/2015	OE1, OE2	IE1.1, IE2.3	*	*
Implantação do Sistema de Gestão de Contratos - SIGECON	Concluir desenvolvimento do SIGECON para implantação	Sistema SIGECON implantado em fase preliminar	Ago/2015	OE1	IE1.1	*	*
Implementação do Sistema de produção de relatórios gerenciais - DASHBOARD	Implementar o sistema DASHBOARD	Sistema DASHBOARD implementado, em fase de teste e povoamento de dados	Dez/2015	OE1	IE1.1	*	*
Implementação do Sistema de Solicitação de Transporte	Elaborar o projeto do sistema de solicitação de transporte	Projeto do Sistema de solicitação de transporte concluído	Dez/2015	OE1	IE1.1	*	*

Projeto	Ação	Resultados Esperados	Prazo de Conclusão	OE PETI-INPE	IE PETI-INPE	Valor Orçado	Valor Despendido
Portal Intranet	Manter atualizado e implementar novas funcionalidades	Portal atualizado conforme as necessidades do período	Dez/2015	OE1, OE2	IE1.1, IE2.3	*	*
Portal Internet	Reformular e adequar a identidade visual do Portal Internet de acordo com as normas do Governo Federal	Portal Internet em reformulação Estudo de viabilidade de implantação de um CMS	Dez/2015	OE1, OE5	IE1.1, OE5.3	*	*
Implantação do repositório de dados individual para ambiente Web – DISCO VIRTUAL	Implantar o DISCO VIRTUAL na Intranet-INPE	DISCO VIRTUAL implantado	Fev/2015	OE1	IE1.1	*	*
Implantação do sistema de login único para acesso a sistemas e serviços de TI – LOGIN INSTITUCIONAL	Implantar o LOGIN INSTITUCIONAL	LOGIN INSTITUCIONAL implantado	Jul/2015	OE1	IE1.1	*	*
Atualização do Sistema de Votação CTC	Atualizar o Sistema de Votação CTC para atender novas necessidades do cliente	Sistema de Votação CTC atualizado	Mai/2015	OE1, OE2	IE1.1, IE2.3	*	*
Elaboração do Plano de Capacitação de Servidores INPE na área de TI (PAC-2015) e acompanhamento da execução do Plano Anual	Elaborar, executar e acompanhar o PAC-2015	Treinamentos realizados conforme verba disponível	Dez/2015	OE10	IE10.2, IE10.4	*	*

Projeto	Ação	Resultados Esperados	Prazo de Conclusão	OE PETI-INPE	IE PETI-INPE	Valor Orçado	Valor Despendido
Elaboração do Planejamento Estratégico de TI – PETI-INPE	Elaborar, revisar, aprovar e divulgar o PETI	Documento PETI-INPE elaborado, revisado pelo CATI, aprovado pela Direção e publicado	Out/2015	OE4	IE4.6	NA	NA
Atualização do Plano Diretor de TI – PDTI-INPE	Manter atualizado, revisar, aprovar e divulgar o PDTI	Documento PDTI-INPE atualizado, revisado pelo CATI, aprovado pela Direção e publicado	Dez/2015	OE4	IE4.7	NA	NA
Implantação gradativa do sistema de e-mail Institucional	Criar o sistema de e-mail Institucional @inpe.br para que servidores possam ter acesso ao sistemas institucionais pelo login único	Sistema de email institucional em implantação	Dez/2015	OE1, OE2	IE1.1, IE2.3	*	*
Implantação do sistema VoIP de telefonia	Implantar o sistema VoIP em substituição ao sistema de telefonia convencional	Sistema VoiP de telefonia em implantação	Dez/2015	OE2, OE12	IE2.3, IE12.1	*	*
Readequação do ambiente do Centro de Controle da RedeBeta	Readequar o ambiente do Centro de Controle da RedeBeta para melhor organização e ocupação do espaço, visando ser site remoto de backup das servidoras INPE	Ambiente da RedeBeta readequado	Dez/2015	OE12	IE12.1	*	*

NA = Não se aplica.

(*) As atividades descritas são realizadas ou conduzidas por servidores do INPE com o apoio de empresas especializadas na prestação de serviços de tecnologia da informação.

Estes serviços são prestados no suporte a microinformática e redes de comunicação de dados, e no apoio a manutenção de sistemas de gestão do Instituto.

A demanda para os serviços de apoio a manutenção e desenvolvimento é colocada por meio de ordens de serviço, com pagamento de forma global para todos os módulos e serviços entregues a cada mês.

A composição de valor de cada item demandaria o cálculo do valor do servidor alocado, mais o custo associado a este produto específico pago para a empresa prestadora do serviço, quando aplicável.

Não há cálculo de valor detalhado “orçado” e “despendido” por projeto, no momento.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

De forma a mitigar eventual dependência tecnológica as seguintes providências são adotadas:

- Gestão de atividades de TI do Instituto realizadas somente por servidores;
- Uso de sistemas de apoio e ferramentas de gerenciamento disponíveis no Portal de SW Público Brasileiro ou gratuitas;
- Exigência de documentação completa de produtos entregues, principalmente sistemas de gestão, com código fonte e todos os demais documentos que permitam compreensão e possibilitem acesso completo para modificações que se façam necessárias.

Estas providências visam mitigar a dependência de empresas prestadoras de serviço.

6.3.1 Principais sistemas de informações

As informações sobre os principais Sistemas de Informações foram fornecidas no item anterior – Gestão de Tecnologia da Informação.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 84 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 008.834/2012-1	3132/2014 - Plenário	9.1	Ofício 2944/2014-TCU/SECEX-SP	23/12/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
<p>9.1. Determinar ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que, no prazo de cento e oitenta dias:</p> <p>9.1.1. Promova a adequação dos convênios e contratos celebrados com a Funcate, de modo a observar o disposto no art. 164, § 3º, da Constituição, nos arts. 56, 57 e 60 a 63 da Lei 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto 93.872/1986, com vistas ao recolhimento à conta única do Tesouro Nacional dos ingressos de todos os recursos auferidos pela Funcate por meio da prestação de serviços a clientes externos, com a utilização de instalações do Inpe, inclusive da remuneração devida à Funcate;</p> <p>9.1.2. Promova a adequação dos convênios e contratos celebrados com a Funcate, de modo a estabelecer cláusula de remuneração da fundação de apoio com base em critérios claramente definidos, em conformidade com os custos operacionais efetivamente incorridos, observado o limite máximo estabelecido, conforme o caso, no art. 11 do Decreto 5.563/2005 ou no parágrafo único do art. 52 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011; promova a adequação dos convênios e contratos celebrados com a Funcate, de modo a observar o disposto no art. 164, § 3º, da Constituição, nos arts. 56, 57 e 60 a 63 da Lei 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto 93.872/1986, com vistas ao recolhimento à conta única do Tesouro Nacional dos ingressos de todos os recursos auferidos pela Funcate por meio da prestação de serviços a clientes externos, com a utilização de instalações do Inpe, inclusive da remuneração devida à Funcate;</p> <p>9.1.3. Elabore norma disciplinando o seu relacionamento com a Funcate, em cumprimento ao disposto no art. 6º, caput, do Decreto 7.423/2010, observando as diretrizes indicadas nos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 1.935/2011-TCU-2ª Câmara, além das demais disposições legais e regulamentares que tratam do assunto; promova a adequação dos convênios e contratos celebrados com a Funcate, de modo a observar o disposto no art. 164, § 3º, da Constituição, nos arts. 56, 57 e 60 a 63 da Lei 4.320/1964 e no art. 2º do Decreto 93.872/1986, com vistas ao recolhimento à conta única do Tesouro Nacional dos ingressos de todos os recursos auferidos pela Funcate por meio da prestação de serviços a clientes externos, com a utilização de instalações do Inpe, inclusive da remuneração devida à Funcate;</p>				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
As determinações constantes do Acórdão vêm sendo cumpridas, conforme informamos através do Ofício GAB nº 0542/2015, sendo que até o momento não recebemos manifestação da Corte de Contas a respeito.				

Quadro 85 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 003.426/2013-0	520/2015 - Plenário	1.7.1	Ofício 706/2015-TCU/SECEX-SP	22/04/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
1.7.1. Com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do RI/TCU, determinar ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que incorpore anualmente ao Relatório de Gestão, até o exercício de 2020, estudos e levantamentos com as necessidades de adequação e reposição de seu quadro funcional, ante a expectativa de aposentadorias e de ampliação de suas atribuições institucionais, bem como noticie sobre resultados de tratativas mantidas com os órgãos competentes para realização de concursos públicos para suprir tais necessidades;				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
O INPE promoveu a inclusão, no presente Relatório de Gestão, especificamente no item referente à Gestão de Pessoas, de estudos e levantamentos evidenciando a necessidade de reposição de seu quadro funcional, providência que será reiterada nos Relatórios de Gestão dos anos subsequentes, até o exercício de 2020.				

Quadro 86 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.1	Ofício 0932/2014- TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
<p>9.1.1. Elabore, execute e teste, periodicamente, em atenção às disposições contidas na NC – DSIC/GSI/PR 6/IN01, de 11 de novembro de 2009, e em consonância com o item 9.2 do acórdão 1603/2008-TCU-Plenário, o plano de gestão de continuidade do negócio da Instituição, de forma a minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades, à semelhança das orientações contidas na seção 14 da ABNT NBR ISO/IEC 270002:2005, nas seções 8.6 e 8.7 da ABNT NBR 15999-1:2007 e no Cobit 5, DSS04.3 – <i>Develop and implement a business continuity response</i> (Desenvolver e implementar resposta à continuidade do negócio).</p>				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
<p>Houve atraso na elaboração do Plano de Continuidade de Negócios em função da concentração de esforços na conclusão de processos licitatórios para novos contratos em toda a área de comunicação de voz e dados do INPE, cujos contratos se encerraram em dezembro de 2015 após 5 anos.</p> <p>Foi recentemente ampliada a equipe de planejamento de TI para agilizar a elaboração de documentos da área de forma a minimizar o atraso na elaboração deste documento.</p>				

Quadro 87 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.2	Ofício 0932/2014- TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
9.1.2. Elabore e execute processo de gestão de ativos de informação da entidade, em atenção ao disposto na NC - DSIC/GSI/PR 10/IN01, de 30 de janeiro de 2012, à semelhança das orientações contidas na seção 7.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e no Cobit 5, Processo BAI09 - <i>Manage assets</i> (Gerenciar ativos - tradução livre);				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
<p>O processo de gestão de ativos está sendo reformulado para que haja monitoração remota (inventário) de bens de TI. A implantação deste recurso está em andamento, porém há a necessidade de um trabalho de esclarecimentos junto a comunidade científica de que a gestão de ativos não interfere na segurança das informações e sistemas de uso científico nos equipamentos destinados aos pesquisadores.</p> <p>Foi recentemente ampliada a equipe de planejamento de TI para agilizar a elaboração de documentos da área de forma a minimizar o atraso na elaboração deste documento.</p>				

Quadro 88 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.3	Ofício 0932/2014- TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
9.1.3. Elabore e aprove formalmente a política de controle de acesso a informações e recursos de TI, em atenção ao item 2.6 da NC - DSIC/GSI/PR 7/IN01, de 6 de maio de 2010, em consonância com o item 9.2 do acórdão 1603/2008-TCU-Plenário e com base nos requisitos de negócio e de segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na seção 11.1.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
Foi recentemente ampliada a equipe de planejamento de TI para agilizar a elaboração de documentos da área, com o apoio do Comitê Assessor de TI – CATI.				

Quadro 89 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.4	Ofício 0932/2014- TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
9.1.4. Elabore e implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação, em atenção ao disposto na NC - DSIC/GSI/PR 4/IN01, de 15 de fevereiro de 2013, em atenção ao item 3.2.7 da NC - DSIC/GSI/PR 2/IN01, de 13 de outubro de 2008, à semelhança das orientações contidas na seção 4 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
Foi recentemente ampliada a equipe de planejamento de TI para agilizar a elaboração de documentos da área. O andamento desta atividade requer a conclusão dos trabalhos de automatização do inventário de ativos e definição da classificação dos documentos ativos do INPE.				

Quadro 90 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.5	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
9.1.5. Elabore e execute processo de gestão de incidentes de segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na seção 13 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
O processo de gestão de incidentes existe porém não há documentação consolidada. Foi recentemente ampliada a equipe de planejamento de TI para agilizar a elaboração de documentos da área.				

Quadro 91 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.6	Ofício 0932/2014- TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
9.1.6. Estabeleça e monitore as políticas corporativas, a exemplo da política de segurança da informação e das demais políticas relativas à governança de tecnologia da informação, com base nas boas práticas contidas na seção 2.3 do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC;				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
Foi recentemente ampliada a equipe de planejamento de TI para agilizar a elaboração de documentos da área.				

Quadro 92 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.7	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
9.1.7.Elabore e aprove formalmente um processo de aprimoramento contínuo da governança de TI, que contemple, pelo menos, a definição de papéis e responsabilidades voltadas especificamente para a melhoria da governança de TI; realização de diagnósticos ou autoavaliações de governança e de gestão de TI; e definição e acompanhamento de metas de governança de TI e das ações necessárias para alcançá-las, com base em parâmetros de governança, necessidades de negócio e riscos relevantes, a exemplo das boas práticas contidas no capítulo 3 do guia de referência da implementação do Cobit 5;				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
Trata-se de um processo que envolve maturação da governança de TI do INPE e envolve definições de estrutura organizacional que dependem de ações de diversas áreas e órgãos. As atividades estão em andamento, porém há dificuldade em obter as aprovações e conclusões de etapas dependentes de outros órgãos.				

Quadro 93 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.8	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
<p>Estabeleça, formalmente, em consonância com o disposto no item 9.1.1 do acórdão 2308/2010-TCU-Plenário e com base nas boas práticas contidas na seção 3.3 da ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009: 9.1.8.1. Objetivos de gestão e de uso corporativos de TI alinhados às estratégias de negócio;</p> <p>9.1.8.2. Indicadores de desempenho para os objetivos de gestão definidos;</p> <p>9.1.8.3. Metas de desempenho da gestão e do uso corporativo de TI para cada indicador definido;</p> <p>9.1.8.4. Mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da Instituição;</p> <p>9.1.8.5. Mecanismos de gestão de riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativo de TI.</p>				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
<p>Atividade em andamento, aguardando resultados de definição do plano de gerenciamento de riscos. Foi recentemente ampliada a equipe de planejamento de TI para agilizar a elaboração de documentos da área.</p>				

Quadro 94 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.9	Ofício 0932/2014- TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
<p>9.1.9. Utilize, ao elaborar o plano diretor de TI, as práticas contidas na seção 5 do Guia de Elaboração de PDTI do Sisp e faça constar pelo menos os seguintes elementos:</p> <p>9.1.9.1. Desdobramento das diretrizes estabelecidas em planos estratégicos, a exemplo do plano estratégico institucional e do plano estratégico de TI;</p> <p>9.1.9.2. Vinculação das ações de TI (atividades e projetos) a indicadores e metas de negócio;</p> <p>9.1.9.3. Vinculação das ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão;</p> <p>9.1.9.4. Vinculação entre as ações de TI priorizadas ao orçamento de TI;</p> <p>9.1.9.5. Quantitativo necessário (ideal) para a força de trabalho em TI.</p>				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
Foi recentemente ampliada a equipe de planejamento de TI para agilizar a elaboração de documentos da área.				

Quadro 95 – Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.10	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
9.1.10. Realize avaliação quantitativa e qualitativa do pessoal do setor de TI, de forma a delimitar as necessidades de recursos humanos para a gestão e operação das atividades de TI da instituição, em consonância com o item 9.2.2 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO07.01 - <i>Maintain adequate and appropriate staffing</i> (Manter pessoal adequado e apropriado - tradução livre), atividade 1;				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
Falta inserir na seção “Recursos Humanos de TI” do PDTI a avaliação quantitativa dos profissionais de TI necessários para gestão e operação das atividades de TI do INPE.				

Quadro 96 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.11	Ofício 0932/2014- TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
9.1.11. Elabore, aprove e acompanhe a execução de um plano anual de capacitação do pessoal do setor de TI, de forma a prover e aprimorar o conhecimento necessário para a gestão e operação de TI, em consonância com o item 9.9.1 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO07.03 - Maintain the skills and competencies of personnel (Manter as habilidades e as competências de pessoal - tradução livre), atividades 4 e 5;				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
A elaboração do PAC de TI é um item de ação que já ocorre efetivamente há alguns anos no INPE.				

Quadro 97 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.12	Ofício 0932/2014- TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
9.1.12. Implemente processo de gestão de nível de serviço de TI, de forma a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de TI de acordo com as prioridades do negócio e dentro do orçamento estabelecido, à semelhança das orientações contidas na seção 6.1.3 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008;				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
As atividades estão em andamento. Os atrasos ocorridos são em decorrência de alocação da equipe para atividades de elaboração de novos contratos de TI no ultimo trimestre de 2015. Foi recentemente ampliada a equipe de planejamento de TI para agilizar a elaboração de documentos da área.				

Quadro 98 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.13	Ofício 0932/2014- TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
9.1.13. Elabore, publique e mantenha atualizado catálogo de serviços de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO09.02 - Catalogue IT-enabled services (Catalogar serviços de tecnologia da informação habilitados - tradução livre), bem como na seção 6.1.1 da norma ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008;				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
<p>A publicação de catálogo de serviços contribui para melhorar a qualidade no fornecimento dos serviços de TI.</p> <p>A definição do nível de detalhamento adequado é um agente complicador, pois há a possibilidade de identificação de diversos tipos de serviços com variada complexidade, o que torna o documento bastante complexo.</p> <p>A metrificação dos serviços é outro agente complicador, pois somente é possível criar métricas confiáveis a partir de uma experiência mínima de atendimento dos respectivos serviços, com controle sobre prazos e qualidade de atendimento, o que está sendo feito no INPE.</p>				

Quadro 99 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.1.14	Ofício 0932/2014- TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
9.1.14. Elabore e execute processo de gestão de continuidade dos serviços de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, DSS04.3 - Develop and implement a business continuity response (Desenvolver e implementar resposta à continuidade do negócio - tradução livre).				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
Foi recentemente formada uma equipe de planejamento de TI com profissionais capacitados a desenvolver os planos de TI da área.				

Quadro 100 - Quadro Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Deliberações do TCU				
Deliberações Expedidas pelo TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.349/2013-0	1017/2014 - Plenário	9.2	Ofício 0932/2014-TCU/SECEX-SP	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE				
Descrição da Deliberação				
9.2. Determinar ao Inpe que inclua nos relatórios de gestão, dos exercícios vindouros, informações específicas que permitam o acompanhamento pelos órgãos de controle das ações afetas à governança de TI, conforme orientações contidas no item 7 e seus subitens do Anexo Único da Portaria TCU 175/2013.				
Justificativa para o seu não Cumprimento:				
A organização das atividades da área de em uma Coordenação do Instituto foi um agente facilitador para melhor governança das atividades de TI, com conseqüente facilitação de preenchimento de dados desta área nos relatórios de gestão.				

7.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

Informações referentes ao item “Tratamento de determinações e recomendações do TCU” foram tratadas de forma conjunta neste item

A corrente gestão, com início de atuação em maio de 2012, tem buscado colocar a operação do Instituto em conformidade com a norma legal, adotando como uma das métricas para aferição da eficácia de suas ações o volume de recomendações dos órgãos de controle externo.

Fruto desta política, o INPE reduziu gradativa e consideravelmente o número de recomendações dos órgãos de controle no decorrer dos anos.

Especificamente em relação ao exercício de 2015, poucos Acórdãos proferidos pela Corte de Contas relacionaram-se diretamente com o INPE, merecendo destaque o Acórdão nº 520/2015 – Plenário, através do qual determinou-se ao INPE a incorporação anual, ao Relatório de Gestão, até o ano de 2020, de estudos e levantamento relacionados à

adequação e reposição do quadro funcional, dando-se notícia, ainda, sobre os resultados das tratativas com os órgãos competentes visando suprir tais necessidades.

No que concerne às recomendações provenientes do OCI (CGU), apenas 5 (cinco) integraram o Plano de Providências Permanentes do Instituto, sendo que a maior dificuldade no atendimento da grande maioria delas se deu justamente em razão da carência de recursos humanos do INPE, decorrente do grande número de aposentadorias dos últimos anos, sem a contrapartida de novas contratações, mediante a realização de concurso público.

Para o atendimento às demandas provenientes dos Órgãos de Controle, o INPE sempre se valeu de mecanismos de controle, mas sem a institucionalização de um setor específico de “Controle Interno”.

Em 26 de setembro de 2014, foi designada, através da Portaria DE/DIR-2830, uma Comissão tendente a elaborar uma proposta de estrutura de Controle Interno, a qual concluiu seus trabalhos e apresentou seu relatório final em 27 de fevereiro de 2015.

Desde então permanece em avaliação a viabilidade de institucionalização de uma instância organizacional de Controle Interno.

A maior dificuldade, novamente, para se institucionalizar um Órgão de Controle Interno, reside na falta de pessoal, notadamente na área de gestão. Nada obstante, visando sobretudo aprimorar o atendimento às demandas dos Órgãos de Controle e aperfeiçoar o acompanhamento de auditorias pelos mesmos realizadas, houve por bem a Direção do INPE transformar a Coordenação de Gestão Tecnológica – TEC em Coordenação de Controle Interno – CCI, o que se deu recentemente, através da RE/DIR-568v08.

Referida Coordenação, todavia, dado o diminuto quadro de pessoal do INPE, notadamente na área de gestão, foi criada com atribuições limitadas, não tão abrangentes quanto aquelas previstas na Constituição Federal e legislação correlata, atinentes aos Órgãos de Controle Interno.

Acrescente-se, enfim, que a manutenção da referida Coordenação não está assegurada diante da proposta do Governo Federal de reduzir cargos comissionados para todos os Ministérios.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não foi apurado nenhum dano ao Erário no exercício de 2015.

Sobre a estrutura e os controles de que o INPE dispõe para a apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral: ver itens *Tratamento de recomendações do órgão de controle interno* e *Gestão de riscos e Controles Internos*.

Acrescente-se que, com o escopo de minimizar a ocorrência de ilícitos administrativos de um modo geral, o Instituto tem se valido do fundamental apoio da Advocacia Geral da União - AGU, tanto no âmbito consultivo, por intermédio da Consultoria Jurídica da União em São José dos Campos – CJU/SJC, quanto na esfera litigiosa, através da Procuradoria Seccional da União em São José dos Campos – PSU-SJC.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5 da Lei 8.666/1993

O cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços é observado e cumprido por esta UPC, respeitando a cronologia das datas de suas exigibilidades contratuais, tendo como condicionante e vinculação os sub-repasses financeiros efetuados pela Setorial Financeira dos órgãos responsáveis.

Para garantir o cumprimento do cronograma de pagamento, instituímos o lançamento de tais obrigações no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, na conta contábil de nº 213110400, intitulada “Contas a Pagar Credores”.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

O presente tópico corresponde justamente à Recomendação da Controladoria Geral da União, representada pelo Documento OS: 201503494, Constatação: 21, Identificação: 149698, respondida pelo Ofício INPE GAB nº 0119/2015. Conforme mencionado no referido Ofício, após solicitação feita internamente às áreas, o INPE constatou que 8 (oito) de seus contratos eram passíveis de incidência do benefício legal em questão, ou seja, que 8 (oito) empresas eventualmente se beneficiaram com a desoneração, a saber: 1) Central IT, 2) Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos, 3) CTIS, 4) Exímia Construtora Ltda, - EXM, 5) Fasul Pavimentação e Consultoria, 6) Quadritec Construções e Empreendimentos Ltda, 7) CETEST Minas Engenharia e Serviços S/A, e 8) ACTIVE Engenharia Ltda. Por conseguinte, o INPE promoveu a notificação das referidas empresas, o que gerou as seguintes consequências: 1) A empresa Central IT informou que, em virtude de decisão proferida pelo TCU, em sede de reexame interposto contra o Acórdão 2859/2013 – Plenário, de suspensão dos subitens 9.2 e 9.3, os quais determinavam a revisão dos contratos, julga desnecessária a revisão do contrato e, por conseguinte, requer o seu encerramento, sem qualquer restituição de valores. 2) A empresa Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos respondeu que em seu contrato utilizou a Ata de Registro de Preços MCTI, decorrente do Pregão 12/2012 como base, o qual mantém desde sua origem a folha de pagamento de pessoa desonerada na forma da Lei, razão pela qual entende ausentes impactos desta natureza em seu contrato firmado com o INPE. 3) A empresa CTIS, embora instada reiteradamente a responder às

solicitações, não se manifestou até o momento. 4) A empresa Exímia Construtora Ltda - EXM apresentou declaração de que está submetida ao regime de recolhimento da contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento a partir de 01/2014. 5) A empresa Fasul Pavimentação e Consultoria declarou que “*se enquadra na alíquota de 8%, conforme prevê a Lei 9.249/1995 – art. 15, § 1º, devido ao fornecimento de materiais de nossa propriedade e a responsabilidade pela execução da obra (ADN Cosit 6/97)*”, especificando ainda a forma de retenção tributária. 6) A empresa Quadritec Construções e Empreendimentos Ltda não se enquadra na situação em tela, conquanto a data de início da incidência do benefício se sobrepõe à da finalização dos trabalhos. 7) As empresas CETEST Minas Engenharia e Serviços S/A e ACTIVE Engenharia Ltda. não forneceram suas respostas até o momento. Por conseguinte, o INPE está promovendo a notificação das empresas que ainda não responderam para que informem se os respectivos contratos se enquadram na disposição contida na Medida Provisória nº 540/2011, ou seja, se são passíveis de incidência da desoneração na folha de pagamento contida na aludida norma. Sobrevindo as respostas, o INPE promoverá as medidas administrativas cabíveis visando a obtenção dos valores eventualmente pagos a maior, ocasião em que terá melhores condições de prestar as informações constantes das letras “b” e “c” das orientações para elaboração do item de informação “*Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento*”.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 101 - Despesas com Publicidade INPE

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional (1)	2021/20UI; 2050/20VA; 2056/20VB	139.545,15	130.276,61
Lega (2)l	2106/2000	129.496,26	102.794,53
Mercadológica			
utilidade pública			

(1).Dos valores pagos de Publicidades Institucional, R\$ 3.120,16 referem-se a Restos a Pagar de 2014. (2).Dos valores pagos de Publicidade Legal, R\$ 17.872,69 referem-se a Restos a Pagar de 2014.

As despesas classificadas como publicidade legal referem-se a publicação de atos legais nos processos de licitações, recursos humanos, entre outros. As despesas classificadas como publicidade institucional, incluem a publicação de artigos científicos em revistas internacionais.

**ANEXO - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI
4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS**



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 29/02/2016	PÁGINA 181
--------------------	------------

SUBTÍTULO	240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	-Despesas Orçamentárias	117.805.221,36	-
Ordinárias	-	-	-Ordinárias	117.545.101,38	-
Vinculadas	-	-	-Vinculadas	260.119,98	-
Educação	-	-	-Educação	144.511,06	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	-Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	-Operação de Crédito	51.669,56	-
Alienação de Bens e Direitos Transferências	-	-	-Alienação de Bens e Direitos Transferências	-	-
Constitucionais e Legais Previdência Social (RGPS)	-	-	-Constitucionais e Legais Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	-Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	-Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	63.939,36	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	-Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	-Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	114.927.447,17	-	-Transferências Financeiras Concedidas	840.204,51	-
Resultantes da Execução Orçamentária	64.180.688,72	-	-Resultantes da Execução Orçamentária	36.199,03	-
Cota Recebida	-	-	-Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	26.563.178,84	-	-Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	37.617.509,88	-	-Sub-repasse Concedido	36.199,03	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	-Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa Valores	-	-	-Valores Diferidos - Baixa Valores	-	-
Diferidos - Inscrição	-	-	-Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos Cota	-	-	-Correspondências de Créditos Cota	-	-
Devolvida	-	-	-Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	-Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	-Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	50.746.758,45	-	-Independentes da Execução Orçamentária Transferências	804.005,48	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	50.661.750,26	-	-Concedidas para Pagamento de RP Demais	87.728,18	-
Demais Transferências Recebidas	85.000,00	-	-Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	8,19	-	-Movimento de Saldos Patrimoniais	716.277,30	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	-Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	56.965.817,73	-	- Despesas Extraorçamentárias	50.738.090,84	-
Restos a Pagar Processados Inscrição dos Restos	5.843.444,38	-	-Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.880.686,40	-
a Pagar Não Processados Depósitos Restituíveis e	49.878.733,75	-	-Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	41.836.418,20	-
Valores Vinculados Outros Recebimentos	20.977,72	-	-Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Outros	20.977,72	-
Extraorçamentários	1.222.661,88	-	-Pagamentos Extraorçamentários	8,52	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	-Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	-Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	-Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	-Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	8,52	-



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	1.222.661,88		- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial			- Variação Cambial Valores		-
Valores para Compensação			- Compensados Valores em		-
Valores em Trânsito			- Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos			-		-
Saldo do Exercício Anterior	1.841.521,94		- Saldo para o Exercício Seguinte	4.351.270,13	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.841.521,94		- Caixa e Equivalentes de Caixa	4.351.270,13	-
TOTAL	173.734.786,84		- TOTAL	173.734.786,84	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/02/2016 PÁGINA 183

SUBTÍTULO 240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Contribuição de Iluminação Pública				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Receita de				
Concessões e Permissões				
Compensações				
Financeiras				
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos				
Receita da Cessão de Direitos				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receitas Agropecuárias				
Receita da Produção Vegetal				
Receita da Produção Animal e Derivados				
Outras Receitas Agropecuárias				
Receitas Industriais				
Receita da Indústria Extrativa Mineral				
Receita da				
Indústria de Transformação				
Receita da				
Indústria de Construção				
Outras Receitas				
Industriais				
Receitas de Serviços				
Transferências Correntes				
Transferências				
Intergovernamentais				
Transferências de				
Instituições Privadas				
Transferências do				
Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Convênios				
Transferências				
para o Combate à Fome				
Outras Receitas Correntes				
Multas e Juros de Mora				
Indenizações e Restituições				
Receita da Dívida Ativa				
Receitas Dec. Aportes Periódicos				
Amortização Déficit do RPPS				
Rec. Decor. de Aportes Periódicos				
para Compensações ao RGPS				
Receitas Correntes Diversas				
RECEITAS DE CAPITAL				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/02/2016 PÁGINA 184

SUBTÍTULO 240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior Transferência de Pessoas				
Transferências de Outras Instituições Públicas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
Outras Receitas de Capital Integralização				
do Capital Social Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam. Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café				
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional				
Receitas de Capital Diversas				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS				
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO				
DÉFICIT			117.805.221,36	117.805.221,36
TOTAL			117.805.221,36	117.805.221,36
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro				
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação				
Créditos Cancelados Líquidos				
Créditos Adicionais Reabertos				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/02/2016 PÁGINA 185

SUBTÍTULO 240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	75.471.691,18	62.307.093,10	59.303.146,00	-75.471.691,18
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	101.740,54	101.740,54	101.740,54	-101.740,54
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	75.369.950,64	62.205.352,56	59.201.405,46	-75.369.950,64
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	42.333.530,18	5.619.394,51	2.779.897,23	-42.333.530,18
Investimentos Inversões	-	-	42.333.530,18	5.619.394,51	2.779.897,23	-42.333.530,18
Finanças Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	117.805.221,36	67.926.487,61	62.083.043,23	-117.805.221,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	117.805.221,36	67.926.487,61	62.083.043,23	-117.805.221,36
TOTAL	-	-	117.805.221,36	67.926.487,61	62.083.043,23	-117.805.221,36

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.179.738,02	23.670.828,67	19.958.275,22	19.946.760,94	1.036.481,86	9.867.323,89
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.179.738,02	23.670.828,67	19.958.275,22	19.946.760,94	1.036.481,86	9.867.323,89
DESPESAS DE CAPITAL	15.932.318,99	18.259.571,78	24.376.187,26	21.889.657,26	40.280,61	12.261.952,90
Investimentos Inversões	15.932.318,99	18.259.571,78	24.376.187,26	21.889.657,26	40.280,61	12.261.952,90
Finanças	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	23.112.057,01	41.930.400,45	44.334.462,48	41.836.418,20	1.076.762,47	22.129.276,79

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	31.628,18	2.376.479,03	2.408.018,46	88,75	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	31.628,18	2.376.479,03	2.408.018,46	88,75	-
DESPESAS DE CAPITAL	50.375,92	6.437.739,05	6.472.667,94	-	15.447,03
Investimentos Inversões	50.375,92	6.437.739,05	6.472.667,94	-	15.447,03
Financeiras Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	82.004,10	8.814.218,08	8.880.686,40	88,75	15.447,03



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 29/02/2016 PÁGINA 187

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	14.959.715,78	83.419.218,31	PASSIVO CIRCULANTE	8.357.903,08	8.930.035,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.351.270,13	1.841.521,94	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	82.226,18	82.226,18	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8.329.974,38	8.529.472,11
Cientes	82.226,18	82.226,18	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos Dívida	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	27.928,70	400.563,61
Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-	-	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	8.703.247,63	79.403.273,27	-	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-	-
Estoques	1.822.971,84	2.092.196,92	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	656.907.153,19	609.939.216,33	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	8.357.903,08	8.930.035,72
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	-	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS Demais	-	-	Demais Reservas	-	-
Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	663.508.965,89	684.428.398,92
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	-20.919.433,03	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	684.428.398,92	684.428.398,92
Imobilizado	638.491.276,25	594.173.219,17	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	541.864.937,84	499.085.885,80	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	663.508.965,89	684.428.398,92
Bens Móveis	618.108.524,44	547.546.607,90	-	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-76.243.586,60	-48.460.722,10	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/02/2016 PÁGINA 188

SUBTÍTULO 240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	96.626.338,41	95.087.333,37			
Bens Imóveis	96.736.187,82	95.122.817,19			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-109.849,41	-35.483,82			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	18.415.876,94	15.765.997,16			
Softwares	18.370.745,17	15.720.865,39			
Softwares	18.370.745,17	15.720.865,39			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	45.131,77	45.131,77			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	45.131,77	45.131,77			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido					
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	671.866.868,97	693.358.434,64	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	671.866.868,97	693.358.434,64

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	4.351.270,13	75.028.216,94	PASSIVO FINANCEIRO	77.867.869,34	139.014.950,64
ATIVO PERMANENTE	667.515.598,84	618.330.217,70	PASSIVO PERMANENTE		-65.042.457,46
SALDO PATRIMONIAL			-SALDO PATRIMONIAL	593.998.999,63	619.385.941,46

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	177.221.498,06	148.949.960,11	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	161.743.203,66	151.627.583,71
Execução dos Atos Potenciais Ativos	177.221.498,06	148.949.960,11	Execução dos Atos Potenciais Passivos	161.743.203,66	151.627.583,71
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	858.019,09	4.431.791,20	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	176.292.478,97	144.447.168,91	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	40.361.730,23	1.195.946,02
Direitos Contratuais a Executar	71.000,00	71.000,00	Obrigações Contratuais a Executar	121.381.473,43	150.431.637,69
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	177.221.498,06	148.949.960,11	TOTAL	161.743.203,66	151.627.583,71



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/02/2016 PÁGINA 189

SUBTÍTULO 240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-75.016.042,74
Recursos Vinculados	1.499.443,53
Educação	-739,90
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.500.183,43
TOTAL	-73.516.599,21



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	33.651.970,62	-
INGRESSOS	116.171.086,77	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições Receita Patrimonial Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	-	-
Ingressos Extraorçamentários	116.171.086,77	-
Restituições a Pagar	20.977,72	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-
Arrecadação de Outra Unidade Variação Cambial	114.927.447,17	-
Valores para Compensação	1.222.661,88	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-82.519.116,15	-80.578.155,74
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração Defesa	-	-
Nacional Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social Previdência	-	-
Social Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-41.041,78	-
	-	-
	-148.069,32	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo Habitação	-	-
Saneamento Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura Organização Agrária Indústria	-80.389.044,64	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações Energia	-	-
Transporte Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna Juros e Correção Monetária da Dívida Externa Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-1.079.769,66	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-278.769,66	-
Pagamento de Passivos Recebidos Transferências	-801.000,00	-
Financeiras Concedidas Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior Transferência de Arrecadação para Outra Unidade Variação Cambial	-861.190,75	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-840.204,51	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-8,52	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-31.142.222,43	-
INGRESSOS Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-31.142.222,43	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-26.285.412,47	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.856.809,96	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.509.748,19	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.841.521,94	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.351.270,13	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 29/02/2016	PÁGINA 193
-----------------------	---------------

SUBTÍTULO	240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	169.754.100,41	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	477.350,94	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	477.350,94	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	75.141,83	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora Variações	-	-
Monetárias e Cambiais Descontos	-	-
Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	75.141,83	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	165.862.623,26	-
Transferências Intragovernamentais	114.927.447,17	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	50.935.176,09	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.622.715,27	-
Reavaliação de Ativos	2.588.812,98	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos Ganhos com Desincorporação de Passivos Reversão de Redução ao Valor Recuperável	33.902,29	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	716.269,11	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 29/02/2016	PÁGINA 194
-----------------------	---------------

SUBTÍTULO	240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	716.269,11	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	190.673.533,44	-
Pessoal e Encargos	140.168,83	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais Benefícios a Pessoal	60.698,76	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	79.470,07	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	119.101,84	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	41.041,78	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	78.060,06	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	111.292.479,08	-
Uso de Material de Consumo	6.805.438,47	-
Serviços	76.629.810,52	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	27.857.230,09	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	424,33	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora Variações Monetárias e Cambiais Descontos	424,33	-
Financeiros Concedidos Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.925.387,20	-
Transferências Intragovernamentais Transferências Intergovernamentais Transferências a Instituições Privadas Transferências a Instituições Multigovernamentais Transferências a Consórcios Públicos Transferências ao Exterior	840.204,51	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.085.182,69	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	74.020.410,54	-
Perdas com Alienação	273,23	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	1.444.209,97	-
	967,39	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	72.574.959,95	-
Tributárias	4.652,83	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	4.652,83	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	170.908,79	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	170.908,79	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-20.919.433,03	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	-Despesas Orçamentárias	2.270.537,09	-
Ordinárias	-	-	-Ordinárias	2.270.537,09	-
Vinculadas	-	-	-Vinculadas	-	-
Educação	-	-	-Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	-Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	-Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos Transferências	-	-	-Alienação de Bens e Direitos Transferências	-	-
Constitucionais e Legais Previdência Social (RGPS)	-	-	-Constitucionais e Legais Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	-Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	-Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	-Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	-Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	2.646.720,62	-	-Transferências Financeiras Concedidas	71.520,00	-
Resultantes da Execução Orçamentária	2.307.694,56	-	-Resultantes da Execução Orçamentária	35.760,00	-
Cota Recebida	-	-	-Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	-Repasse Concedido	35.760,00	-
Sub-repasse Recebido	2.307.694,56	-	-Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	-Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa Valores	-	-	-Valores Diferidos - Baixa Valores	-	-
Diferidos - Inscrição	-	-	-Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos Cota	-	-	-Correspondências de Créditos Cota	-	-
Devolvida	-	-	-Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	-Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	-Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	339.026,06	-	-Independentes da Execução Orçamentária Transferências	35.760,00	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	337.728,18	-	-Concedidas para Pagamento de RP Demais	35.760,00	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	-Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.297,88	-	-Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	-Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	-Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	323.025,93	-	- Despesas Extraorçamentárias	546.681,94	-
Restos a Pagar Processados Inscrição dos Restos	20.165,68	-	-Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
a Pagar Não Processados Depósitos Restituíveis e	302.860,25	-	-Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	546.681,94	-
Valores Vinculados Outros Recebimentos	-	-	-Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Outros	-	-
Extraorçamentários	-	-	-Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	-Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	-Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	-Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	-Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial			- Variação Cambial Valores		-
Valores para Compensação			- Compensados Valores em		-
Valores em Trânsito			- Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos			-		-
Saldo do Exercício Anterior	268.269,19		- Saldo para o Exercício Seguinte	349.276,71	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	268.269,19		- Caixa e Equivalentes de Caixa	349.276,71	-
TOTAL	3.238.015,74		-TOTAL	3.238.015,74	-



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Contribuição de Iluminação Pública				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários Receita de				
Concessões e Permissões Compensações				
Financeiras				
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos				
Receita da Cessão de Direitos				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receitas Agropecuárias				
Receita da Produção Vegetal				
Receita da Produção Animal e Derivados				
Outras Receitas Agropecuárias				
Receitas Industriais				
Receita da Indústria Extrativa Mineral Receita				
da Indústria de Transformação Receita da				
Indústria de Construção Outras Receitas				
Industriais				
Receitas de Serviços				
Transferências Correntes Transferências				
Intergovernamentais Transferências de				
Instituições Privadas Transferências do				
Exterior Transferências de Pessoas				
Transferências de Convênios Transferências				
para o Combate à Fome				
Outras Receitas Correntes				
Multas e Juros de Mora				
Indenizações e Restituições				
Receita da Dívida Ativa				
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS Rec.				
Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS Receitas				
Correntes Diversas				
RECEITAS DE CAPITAL				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 199

SUBTÍTULO 240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior Transferência de Pessoas				
Transferências de Outras Instituições Públicas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
Outras Receitas de Capital Integralização				
do Capital Social Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam. Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café				
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional				
Receitas de Capital Diversas				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS				
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO				
DÉFICIT			2.270.537,09	2.270.537,09
TOTAL			2.270.537,09	2.270.537,09
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro				
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação				
Créditos Cancelados Líquidos				
Créditos Adicionais Reabertos				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 200

SUBTÍTULO 240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	2.230.849,65	1.944.087,29	1.923.921,61	-2.230.849,65
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	2.230.849,65	1.944.087,29	1.923.921,61	-2.230.849,65
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	39.687,44	23.589,55	23.589,55	-39.687,44
Investimentos Inversões	-	-	39.687,44	23.589,55	23.589,55	-39.687,44
Financeiras Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	2.270.537,09	1.967.676,84	1.947.511,16	-2.270.537,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	2.270.537,09	1.967.676,84	1.947.511,16	-2.270.537,09
TOTAL	-	-	2.270.537,09	1.967.676,84	1.947.511,16	-2.270.537,09

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	17.959,32	461.472,85	417.729,41	402.479,36	44.644,93	32.307,88
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	17.959,32	461.472,85	417.729,41	402.479,36	44.644,93	32.307,88
DESPESAS DE CAPITAL	55.900,00	144.202,58	144.202,58	144.202,58	-	55.900,00
Investimentos Inversões	55.900,00	144.202,58	144.202,58	144.202,58	-	55.900,00
Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	73.859,32	605.675,43	561.931,99	546.681,94	44.644,93	88.207,88

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 201

SUBTÍTULO 240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos Inversões	-	-	-	-	-
Financeiras Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2016	PÁGINA 202
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	437.970,06	361.182,57	PASSIVO CIRCULANTE	35.415,73	91.879,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	349.276,71	268.269,19	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	- Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	35.415,73	-
Cientes	-	-	- Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	- Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos Dívida	-	-	- Provisões de Curto Prazo	-	-
Ativa Tributária	-	-	- Demais Obrigações a Curto Prazo	-	91.879,32
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	32.800,00			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	88.693,35	60.113,38			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.459.314,26	4.572.419,35	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	- Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	- Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	- Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	- Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	- Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	- Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	- Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	35.415,73	91.879,32
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS Demais	-	-	Demais Reservas	-	-
Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	4.861.868,59	4.841.722,60
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	20.145,99	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	4.841.722,60	4.841.722,60
Imobilizado	4.118.706,89	4.231.811,98	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	2.126.689,59	2.239.735,98	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.861.868,59	4.841.722,60
Bens Móveis	3.075.267,30	2.956.891,75			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-948.577,71	-717.155,77			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PÁGINA 203

SUBTÍTULO 240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	1.992.017,30	1.992.076,00			
Bens Imóveis	1.992.143,05	1.992.143,05			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-125,75	-67,05			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	340.607,37	340.607,37			
Softwares	338.393,36	338.393,36			
Softwares	338.393,36	338.393,36			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.214,01	2.214,01			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.214,01	2.214,01			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido					
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	4.897.284,32	4.933.601,92	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.897.284,32	4.933.601,92

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	349.276,71	753.454,75	PASSIVO FINANCEIRO	411.233,81	1.415.030,18
ATIVO PERMANENTE	4.548.007,61	4.180.147,17	PASSIVO PERMANENTE		-661.575,43
SALDO PATRIMONIAL			-SALDO PATRIMONIAL	4.486.050,51	4.180.147,17

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	140.986,33	103.914,63	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.381.802,61	2.036.868,72
Execução dos Atos Potenciais Ativos	140.986,33	103.914,63	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.381.802,61	2.036.868,72
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	140.986,33	103.914,63	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	-Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	73.920,00	73.920,00
Direitos Contratuais a Executar	-	-	-Obrigações Contratuais a Executar	1.307.882,61	1.962.948,72
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	-Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	140.986,33	103.914,63	TOTAL	1.381.802,61	2.036.868,72

BALANÇO PATRIMONIAL- TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 240107 -INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL- MCT

ORGAO SUPERIOR 24000- MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-61.957,10
Recursos Vinculados	
TOTAL	-61.957,10



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 15/03/2016	PÁGINA 205
-----------------------	---------------

SUBTÍTULO	240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	248.799,65	-
INGRESSOS	2.646.720,62	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições Receita Patrimonial Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	-	-
Ingressos Extraorçamentários	2.646.720,62	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-
Arrecadação de Outra Unidade Variação Cambial	2.646.720,62	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Pessoal e Demais Despesas	-2.397.920,97	-
Legislativo	-2.326.400,97	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração Defesa	-	-
Nacional Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social Previdência	-	-
Social Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 15/03/2016	PÁGINA 206
-----------------------	---------------

SUBTÍTULO	240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo Habitação	-	-
Saneamento Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura Organização Agrária Indústria	-2.326.400,97	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações Energia	-	-
Transporte Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna Juros e Correção Monetária da Dívida Externa Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos Transferências	-	-
Financeiras Concedidas Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior Transferência de Arrecadação para Outra Unidade Variação Cambial	-71.520,00	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-71.520,00	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-167.792,13	-
INGRESSOS Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-167.792,13	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-167.792,13	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	81.007,52	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	268.269,19	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	349.276,71	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTITULO	240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.720.640,62	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora Variações	-	-
Monetárias e Cambiais Descontos	-	-
Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.646.720,62	-
Transferências Intragovernamentais	2.646.720,62	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	73.920,00	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos Ganhos com Desincorporação de Passivos Reversão de Redução ao Valor Recuperável	73.920,00	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.700.494,63	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.544.015,33	-
Uso de Material de Consumo	227.310,58	-
Serviços	2.085.224,11	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	231.480,64	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora Variações	-	-
Monetárias e Cambiais Descontos	-	-
Financeiros Concedidos Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	120.936,58	-
Transferências Intragovernamentais Transferências Intergovernamentais Transferências a Instituições Privadas Transferências a Instituições Multigovernamentais Transferências a Consórcios Públicos Transferências ao Exterior	71.520,00	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	49.416,58	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	32.800,00	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240107 - INSTIT.NAC.DE PESQUISAS ESPACIAIS-NATAL - MCT
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	32.800,00	-
Tributárias	2.742,72	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	240,00	-
Contribuições	2.502,72	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20.145,99	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/03/2016 PÁGINA 1

SUBTÍTULO 240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	- Despesas Orçamentárias	18.260,76	277.168,91
Ordinárias	-	-	- Ordinárias	18.260,76	277.168,91
Vinculadas	-	-	- Vinculadas	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	6.967,85	273.059,56	Transferências Financeiras Concedidas	1.250,88	3.759,89
Resultantes da Execução Orçamentária	6.967,85	273.059,56	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	6.967,85	273.059,56	Independentes da Execução Orçamentária	1.250,88	3.759,89
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	- Movimento de Saldos Patrimoniais	1.250,88	3.759,89
Aporte ao RPPS	-	-	- Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	- Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	42.162,31	65.169,36	Despesas Extraorçamentárias	7.249,68	2.143,00
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	- Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	14.036,43	11.721,97	- Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.249,68	2.143,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Outros Recebimentos	-	-	- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Outros	-	-
Extraorçamentários	28.125,88	53.447,39	- Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	28.125,88	53.447,39			
Saldo do Exercício Anterior	64.441,62	9.284,50	Saldo para o Exercício Seguinte	86.810,46	64.441,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	64.441,62	9.284,50	Caixa e Equivalentes de Caixa	86.810,46	64.441,62
TOTAL	113.571,78	347.513,42	TOTAL	113.571,78	347.513,42



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/03/2016 PÁGINA 212

SUBTÍTULO 240108 - INSTIT. NAC. PESQUISAS ESPACIAIS-C. PAULISTA-MCT

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis Alienação				
de Bens Imóveis Alienação de Bens				
Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital Outras				
Receitas de Capital				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

EMISSAO 11/03/2016 PAGINA 213

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	18.260,76	18.260,76
TOTAL	-	-	18.260,76	18.260,76
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	18.260,76	4.224,33	4.224,33	-18.260,76
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	18.260,76	4.224,33	4.224,33	-18.260,76
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos Inversões	-	-	-	-	-	-
Financeiras Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	18.260,76	4.224,33	4.224,33	-18.260,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-18.260,76	4.224,33	4.224,33	-18.260,76
TOTAL	-	-	-18.260,76	4.224,33	4.224,33	-18.260,76

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	9.490,09	5.017,80	5.017,80	-	4.472,29
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	9.490,09	5.017,80	5.017,80	-	4.472,29
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.231,88	2.231,88	2.231,88	-	-
Investimentos Inversões	-	2.231,88	2.231,88	2.231,88	-	-
Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	11.721,97	7.249,68	7.249,68	-	4.472,29

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos Inversões	-	-	-	-	-
Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	126.284.864,84	128.761.382,44	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	126.284.864,84	128.761.382,44

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	86.810,46	64.441,62	PASSIVO FINANCEIRO	18.508,72	14.754,12
ATIVO PERMANENTE	126.198.054,38	128.696.940,82	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	126.266.356,12	128.746.628,32

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-8.260,76
Recursos Vinculados	76.562,50
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	76.562,50
TOTAL	68.301,74



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	24.600,72	68.908,28
INGRESSOS	35.093,73	326.506,95
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições Receita	-	-
Agropecuária Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações Ingressos	-	-
Extraorçamentários Transferências Financeiras	35.093,73	326.506,95
Recebidas Arrecadação de Outra Unidade	-	-
DESEMBOLSOS	6.967,85	273.059,56
Pessoal e Demais Despesas	28.125,88	53.447,39
Legislativo	-10.493,01	-257.598,67
Judiciário	-9.242,13	-246.136,90
Essencial à Justiça	-	-
Administração Defesa	-	-
Nacional Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social Previdência	-	-
Social Saúde	-	-
Trabalho Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo Habitação	-	-
Saneamento Gestão	-	-
Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura Organização	-	-
Agrária	-	-
Indústria	-	-
	-9.242,13	-246.136,90
	-	-
	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/03/2016 PAGINA 218

SUBTÍTULO 240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações Energia	-	-
Transporte Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna Juros e	-	-
Correção Monetária da Dívida Externa Outros Encargos	-	-
da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-7.701,88
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-7.701,88
Dispêndios Extraorçamentários Transferências	-	-
Financeiras Concedidas	-1.250,88	-3.759,89
	-1.250,88	-3.759,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.231,88	-13.751,16
INGRESSOS Alienação	-	-
de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.231,88	-13.751,16
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.231,88	-13.751,16
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.368,84	55.157,12



EXERCICIO 2016 PERIODO Anual

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 11/03/2016 PAGINA 219

SUBTITULO 240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	64.441,62	9.284,50
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	86.810,46	64.441,62



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	96.989,03	5.504.159,98
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	26.875,00	49.687,50
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	26.875,00	49.687,50
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora Variações	-	-
Monetárias e Cambiais Descontos	-	-
Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	65.831,00	5.162.541,65
Transferências Intragovernamentais	6.967,85	273.059,56
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	58.863,15	4.889.482,09
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.032,15	288.170,94
Reavaliação de Ativos	-	266.249,95
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos Ganhos com Desincorporação de Passivos Reversão de Redução ao Valor Recuperável	3.032,15	21.920,99
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.250,88	3.759,89
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.250,88	3.759,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.570.474,48	18.066.067,86
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.569.223,60	15.587.101,42
Uso de Material de Consumo	12.849,37	231.092,70
Serviços	8.044,33	175.530,79
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.548.329,90	15.180.477,93
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora Variações	-	-
Monetárias e Cambiais Descontos	-	-
Financeiros Concedidos Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.250,88	1.056.989,51
Transferências Intragovernamentais Transferências Intergovernamentais Transferências a Instituições Privadas Transferências a Instituições Multigovernamentais Transferências a Consórcios Públicos Transferências ao Exterior	1.250,88	3.759,89
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	1.053.229,62
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	1.420.290,63
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	1.346.451,86
Desincorporação de Ativos	-	3.032,15
	-	70.806,62



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240108 - INSTIT.NAC.PESQUISAS ESPACIAIS-C.PAULISTA-MCT
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	-	1.686,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	1.686,30
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-2.473.485,45	-12.561.907,88

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015